



FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURSO DE MUSEOLOGIA

Código E-mec 122218

Brasília - DF

2019

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Decano de Ensino de Graduação

Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Diretor da Faculdade de Ciência da Informação

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Vice-diretor da Faculdade de Ciência da Informação

Rogério Henrique Araújo Júnior

Coordenador do Curso de Museologia

Monique Batista Magaldi

Coordenação de Extensão

Michelli Pereira da Costa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPPC – CURSO DE MUSEOLOGIA - FCI

Prof.^a Dr.^a Monique Batista Magaldi (Coordenadora do Curso)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

Prof.^a Dr.^a Lillian Maria de Araújo de Resende Alvares

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof.^a Dr.^a Monique Batista Magaldi (Coordenadora do Curso)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

Prof.^a Dr.^a Lillian Maria de Araújo de Resende Alvares

SUMÁRIO

Resumo.....	7
Apresentação.....	8
1. Quadro Síntese de Identificação do Curso: Código E-MEC, SIGRA, Atos Legais de Autorização e Reconhecimento do Curso, Dados Gerais do Curso	11
1.1 Instrução do Processo.....	12
1.2 Requisitos Normativos e Legais	13
Capítulo II – Organização Didático Pedagógica	16
2.1 Contexto Histórico - Acadêmico	16
2.1.1 Universidade de Brasília.....	17
2.1.2 Faculdade de Ciência da Informação	18
2.1.3 Curso de Museologia.....	19
2.1.3.1 Missão e Princípios	20
2.1.3.2 Organização e Gestão.....	23
2.1.4 Contexto Educacional.....	24
2.1.4.1 Metodologia de Diagnóstico da Demanda Social	24
2.1.4.2 Demanda Social – relação candidato/vaga	26
2.1.4.3 Formas de Ingresso.....	26
2.1.4.4 Público Alvo.....	26
2.1.4.5 Perfil do Ingressante.....	29
2.1.4.6 Evasão	30
2.2 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	30
2.2.1 Recepção de Calouros	32
2.2.2 Aula Inaugural	32
2.2.3 Manual do Aluno e Manual do Curso de Museologia	32
2.2.4 Permanência	33
2.2.5 Assistência	34

2.2.6	Acessibilidade	36
2.2.7	Extensão	36
2.2.8	Iniciação Científica e Outros Programas	37
2.2.9	Cooperação Interinstitucional	38
2.2.10	Inserção no Mercado de Trabalho	39
2.3	Princípios e diretrizes gerais do Curso e Plano de Desenvolvimento Institucional	39
2.3.1	Objetivos do Curso de Museologia.....	42
2.3.1.1	Objetivo Geral.....	42
2.3.1.2	Objetivos Específicos	42
2.3.2	Perfil Profissional do Egresso.....	43
2.3.3	Metodologia e Princípios Pedagógicos.....	45
2.4	Estrutura Curricular	46
2.4.1	Quadro Demonstrativo	46
2.4.2	Quadro Síntese de Carga Horária	47
2.5	Estrutura Geral do Curso.....	47
2.5.1	Princípios Curriculares	48
2.5.2	Matriz Geral do Curso de Museologia	49
2.5.3	Matriz Curricular/Carga Horária/Créditos	52
2.5.4	Ementas e Referências das Disciplinas	53
2.5.5	Quadro com Disciplinas Obrigatórias, Obrigatórias Seletivas, Optativas e Estágio Supervisionado.....	53
2.5.6	Articulação Teoria e Prática	62
2.5.7	Práticas Curriculares	62
2.5.8	Estágio Curricular Obrigatório	64
2.5.9	Estágio Curricular Não Obrigatório.....	65
2.6	Integração Interinstitucional.....	65
2.7	Processo de Avaliação	66

2.7.1 Avaliação da Aprendizagem	66
2.7.2 Avaliação do Curso	67
2.7.3 Avaliação do Docente.....	67
2.8 Apoio Discente	68
2.8.1 Orientação Acadêmica	68
2.8.2 Tutoria de Graduação e Monitoria.....	68
2.8.3 Iniciação Científica	68
2.8.4 Extensão	69
2.9 Apoio Pedagógico e Programas de Apoio.....	69
2.10 Articulação e Integração Ensino, Pesquisa, Extensão	70
2.11 Integração Ensino, Pesquisa, Estensão.....	70
2.12 Trabalho de Conclusão de Curso.....	70
2.13 Atividades Complementares.....	70
3. Corpo Docente	71
3.1 Organização Acadêmico Administrativa	71
3.1.1 Estrutura Organizacional	71
3.1.2 Núcleo Docente Estruturante	71
3.1.3 Coordenação do Curso de Museologia	72
3.1.4 Recursos Humanos	72
3.1.5 Corpo Docente	73
3.1.6 Professores Substitutos.....	73
3.2 Participação e Representação Discente	74
4. Infraestrutura	74
4.1 Infraestrutura Física.....	74
4.2 Acessibilidade Física	75
4.3 Infraestrutura de Gestão.....	76
4.4 Infraestrutura de Comunicação	76

4.5 Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e Sistema de Graduação (SIGRA).....	76
4.6 Plataforma de Ensino e Aprendizagem	77
4.7 Redes de Comunicação	77
4.8 Informações e Publicações Normativas	77
ANEXOS	78
ANEXO A	79
ANEXO B	120
ANEXO C	133
ANEXO D	140
ANEXO E	141
ANEXO E	142
ANEXO F.....	146
ANEXO G.....	147
ANEXO H.....	149
ANEXO I.....	156

Resumo

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação, unidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) localizada no *campus* Darcy Ribeiro, foi elaborado a partir da análise da legislação em vigor e de ampla discussão com o objetivo de construir um projeto em consonância com a sociedade brasileira contemporânea. Sua elaboração decorreu também da necessidade de atender à legislação afeta às instituições federais de ensino superior, mais especificamente no cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Museologia (Anexo B). Tendo sido aprovado na 354ª Reunião do Conselho Universitário (Anexo C) em 09 de outubro de 2008 e implementado na mesma data, este Curso de Museologia teve seu primeiro vestibular organizado para o segundo semestre de 2009. Em 15 de outubro de 2009 houve a publicação da Resolução 15/2009/Consuni (Anexo D) homologando a decisão aprovada em 09 de outubro de 2008. Igualmente, na 440ª Reunião ocorrida em 19 de março de 2009, houve a aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UnB do Projeto Acadêmico do Curso de Museologia e do Termo Consórcio do Curso de Museologia por meio da Resolução CEPE 157/2009 (Anexo E). Naquela ocasião, o Curso de Museologia foi organizado já pautado na legislação e normativas pertinentes, inclusive já inserido no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ao longo do ano de 2018, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Museologia debateu e consolidou revisão do conjunto de informações necessárias para a atualização do documento original, assim como foram contempladas as atualizações promovidas pelo Curso de Museologia em decorrência da avaliação externa ocorrida em novembro de 2012 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (Inep). Na 76ª Reunião do dia 05/04/2019, houve a aprovação da redação atualizada do Projeto Político Pedagógico do Curso que não se configura em mudança curricular. O PPPC aprovado apresenta o contexto histórico acadêmico da Universidade de Brasília, da Faculdade de Ciência da Informação e do Curso de Museologia; igualmente apresenta a missão, os princípios, o corpo docente, a organização administrativa e de gestão e a estrutura física da Faculdade de Ciência da Informação; também identifica os elementos que explicitam a concepção e a operacionalização do curso em tela, tais como: o público alvo e o campo de trabalho, as políticas institucionais no âmbito do curso, a integração interinstitucional, a acessibilidade educacional, a matriz e a estrutura curricular com detalhamento dos conteúdos curriculares, a articulação teoria e prática, a articulação ensino, pesquisa e extensão e os processos de avaliação e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Apresenta um conjunto de anexos onde constam as ementas, as bibliografias, os formulários de criação das novas disciplinas, normativas relacionadas às atividades complementares e de extensão, o fluxo do currículo, bem como outras informações e publicações normativas que respaldam o funcionamento do curso. O Curso de Museologia se organiza de forma que o aluno possa integralizar seus 169 créditos em 4 anos (oito semestres, que é o prazo

recomendado). Entretanto, estabelece o limite mínimo de permanência de 7 semestres e máximo de 12 semestres. Sua carga horária é de 2.535 horas distribuídas entre disciplinas obrigatórias (114 créditos), optativas e/ou módulo livre e/ou atividades complementares (55 créditos). O perfil profissional do egresso do curso de Museologia coadunar-se às diretrizes curriculares correspondentes à área museológica e às atribuições do museólogo previstas no decreto que regulamenta a profissão do museólogo. O bacharel em Museologia atuará em sintonia com as discussões e definições conceituais acordadas em âmbito nacional e internacional.

A criação do Curso de Museologia da Universidade de Brasília foi aprovada na 354ª Reunião do Conselho Universitário ocorrida em 09 de outubro de 2008. Seu lançamento ocorreu nesse mesmo dia, em cerimônia oficial no então Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID), vinculado, à época, à Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE). Em 30 de abril de 2010, o Conselho Universitário (Consuni) desta UnB aprovou a transformação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) em Faculdade de Ciência da Informação (FCI) com três cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) e uma Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Concebido como um curso interdisciplinar, seu formato é o de consórcio com o Departamento de Antropologia (DAN), de Artes Visuais (VIS/IDA), o Departamento de História (HIS) e a própria Faculdade de Ciência da Informação (FCI) por meio da parceria com os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia. Na cerimônia oficial de lançamento do Curso de Museologia, ocorrida em 09 de outubro de 2008, foi assinado o Termo de Compromisso entre as unidades integrantes do consórcio: CID/FACE, DAN, VIS/IDA e HIS (Anexo E).

Houve iniciativas anteriores a esta para a criação de um Curso de Museologia na Universidade de Brasília; entretanto, foi no contexto do estabelecimento de uma política pública em âmbito federal para os museus brasileiros que essa iniciativa se formalizou. Em 2006, a Universidade de Brasília recebeu ofício do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu)¹ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) demandando a criação do Curso de Museologia na UnB. Foi formada uma comissão no interior do Departamento de Ciência da Informação e Documentação que avaliou a real demanda para a formação do bacharel em Museologia. O diagnóstico elaborado pela comissão identificou a existência de conjunto significativo de espaços que demandavam esse profissional no Distrito Federal, no Centro-Oeste e nas demais regiões brasileiras uma vez que, à época, apenas duas Universidades Federais ofereciam a formação: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Em 2009, o Departamento de Museus e Centros Culturais se transformou na autarquia Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Observava-se, igualmente, legislação de regulamentação da profissão, existente desde 1984, que estabelecia um mínimo de 1 museólogo por instituição museal.

Portanto, a elaboração desse projeto acadêmico levou em consideração as normativas em vigor para o curso, especialmente as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Museologia* – Resolução CNE/CES 492/2001 e Parecer CNE/CES 1.363/2001 e o parecer CNE/CES 21 de 13 de março de 2002 – o que significa dizer que esse projeto acadêmico considerou em sua elaboração a necessidade de oferecer formação que pudesse garantir

(...) a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, especialmente, aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural. (BRASIL, CNE, 2001, p. 37).

A primeira turma de calouros do Curso de Museologia ingressou no segundo semestre de 2009 e naqueles primeiros anos de estabelecimento do Curso de Museologia, seu Colegiado buscou dentre inúmeras demandas que um curso novo apresenta, estabelecer a normativa de organização do Termo Consórcio do Curso de Museologia, qual seja, o Regimento do Curso.

Em 16 de maio de 2012, foi instituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) por meio do Ato da Direção n. 38/2012 (Anexo F), atendendo assim a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior que normatizou o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante no âmbito das universidades. Em 05 de julho de 2019, o Colegiado do Curso de Museologia aprovou o Regimento do Núcleo Docente Estruturante (Anexo G), do Curso de Museologia que em seu Artigo 2º o define como órgão consultivo e de assessoramento em consonância com a legislação em epígrafe.

Em novembro de 2012, o Curso de Museologia teve sua primeira avaliação externa (Sinaes/INEP) com o objetivo de proceder à renovação de Reconhecimento do Curso. Naquela ocasião, obtivemos média 4 sendo os pontos mais sensíveis a questão da formação do professor do Curso de Museologia (4 dos 13 professores tinham o título de Mestre) e a existência de um dentre os quatro laboratórios previstos para o Curso. Hoje dos 14 professores do Curso de Museologia os cinco mestres estão em cursos de Doutorado com retorno em 2020 (quatro deles) e

2021 (um deles). Em relação à questão dos laboratórios do Curso, todos se encontram instalados e em funcionamento.

1. Quadro Síntese de Identificação do Curso: Código E-MEC, SIGRA, Atos Legais de Autorização e Reconhecimento do Curso, Dados Gerais do Curso

Curso de Museologia – Modalidade Presencial - Diurno

Nome/Sigla da IES	Universidade de Brasília - UnB
Endereço da IES	58774 – Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n – Asa Norte – Brasília – DF CEP:70910-900
Unidade Acadêmica	Faculdade de Ciência da Informação
Curso/Opção SIGRA	Museologia – 1368/SIGRA 8265
Área de Conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas
Código E-mec	122218
Grau/Nível	Bacharelado
Modalidade	Presencial
Turno	Diurno
Titulação Conferida	Bacharel em Museologia
Duração	4 anos – 8 semestres
Carga Horária	2.535 horas
Regime Escolar	Créditos/Semestral
Total de Créditos	169
Créditos das Disciplinas Obrigatórias	114 créditos – 1.710 horas
Créditos de Estágio	8 créditos – 120 horas
Créditos de TCC	8 créditos – 120 horas
Créditos das Disciplinas Optativas e Módulo Livre	55 créditos – 825 horas
Atividades Complementares	16 créditos – 240 horas
Formas de Ingresso	Enem/Sisu, Vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas para Negros), Programa de Avaliação Seriada - PAS, Transferência

	Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluno Estrangeiro e Mudança de Curso.
Vagas	32 semestrais/64 anuais
Limite mínimo de permanência	7 semestres
Limite máximo de permanência	12 semestres
Mínimo de créditos por semestre	16 créditos
Máximo de créditos por semestre	28 créditos
Início de Funcionamento	2009/2 – 03/08/2009
Ato de Criação do Curso	Resolução Consuni 15/2009 de 15/10/2009
Situação Legal	Reconhecimento de Curso- Portaria MEC n. 428 de 30/08/2013.

1.1 Instrução do Processo

O Parecer 492/2001 e a Resolução CNE/CES 21/2002 que dão orientações gerais para a elaboração do PPC dos cursos de graduação em filosofia; história; geografia; serviço social; comunicação social; letras; arquivologia; biblioteconomia; e museologia foi utilizado, como era de se esperar, por nosso curso para a elaboração de seu projeto político pedagógico.

Segundo o referido parecer, será necessário destacar na elaboração desse projeto, sem prejuízo de outros objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica e social; condições objetivas de oferta e a vocação do curso; cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; formas de realização da interdisciplinaridade; modos de integração entre teoria e prática; formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; concepção e composição das atividades de estágio; concepção e composição das atividades complementares.

Nosso trabalho aqui é resultado de mais de 20 reuniões do Núcleo Docente

Estruturante (NDE) que não só objetivou atender às necessárias exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), mas igualmente debater e assessorar as decisões do Colegiado consorciado do Curso de Museologia.

1.2 Requisitos Normativos e Legais

Essa proposta pedagógica ampara-se nos seguintes requisitos normativos e legais:

1. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 - que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. Resolução CNE/CES nº 429, de 03 de abril de 2001 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Museologia;
3. Parecer CNE/CES 1.363/2001.
4. Parecer CNE/CES 21 de 13 de março de 2002.
5. Lei 11.645 de 10 de março de 2008 - altera a Lei 9394/1996 modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
6. Resolução nº 02 de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado na modalidade presencial;
7. Decreto nº 5.296/2004 Regulamenta as Leis 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas especiais, e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
8. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.
9. Portaria Normativa /MEC nº 23 de 01 de dezembro de 2010;
10. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 - dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

11. Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 - regulamenta a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;

12. Regimento da Universidade de Brasília.

A princípio, por se tratar de um curso de bacharelado, poder-se-ia avaliar que o Curso de Museologia não teria uma relação direta com a legislação que institui normas para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígenas nas escolas da rede pública e privada. Entretanto, ao contrário, o Curso de Museologia, assim como todos os Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação observa as Leis 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 e Resoluções CNE/CP 1/2004, CNE/CP3/2004 no sentido de que forma bacharéis para atuar em sociedade, em espaços considerados nevrálgicos que são as áreas que tratam da disponibilização da informação e da memória, quais sejam: arquivos, bibliotecas e museus. A temática é transversal a todo o currículo de Museologia. A disciplina de Introdução à Museologia (1º semestre), por exemplo, tem como elemento central a história dos museus e da construção do campo de conhecimento que é a Museologia, trajetória essa que revela a aproximação dessa instituição e de seus profissionais em direção à sociedade. As disciplinas de Museologia 1, 2 e 3 são oportunidades do desenvolvimento e aprofundamento da temática da Museologia Social. A disciplina de Museologia 3, inclusive, se dedica ao tema da educação em contextos culturais. As disciplinas de Museologia e Comunicação 1 e 2 debatem o tema do público e da comunicação nos diferentes espaços museais. Esse eixo do curso é concluído por meio das disciplinas de Museologia e Comunicação 3 (oportunidades em que os alunos elaboram um projeto expográfico) e Museologia e Comunicação 4, em que os alunos montam a exposição proposta em Museologia e Comunicação 3. Das 14 exposições curriculares (2º/2012 a 2º 2018) realizadas, todas tiveram um forte engajamento social e político como pode ser observado por meio do acesso ao site do curso <http://www.museologia.fci.unb.br/exposicoesmenuprincipal/curriculares>. Destacamos, da mais recente para a mais antiga: "Se essa rua fosse minha: mulheres e *hip-hop* no Distrito Federal", "Avosidades" (em que se buscou a debate geracional e as questões que envolvem a terceira idade), "Capilaridades: entre fios, raízes e identidades negras". Observe-se que na maior parte das exposições, houve

intérprete para Libras. Destacamos a exposição "Gravuras e Gravadoras da UnB". Observe-se que a disciplina voltada para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é amplamente ofertada pelo Instituto de Letras desta UnB.

O modelo consorciado do curso também oportuniza aos alunos o contato com pelo menos duas disciplinas do Curso de Antropologia de um conjunto de disciplinas obrigatórias seletivas ofertadas por aquele Departamento. Além de Introdução à Antropologia, as disciplinas de Estudos Afro-brasileiros e Sociedades Indígenas vêm sendo ofertadas com bastante regularidade. Desnecessário frisar que o aporte teórico-metodológico da Antropologia contribui de maneira inquestionável para a formação de nossos estudantes. Em relação ao Curso de História, suas 4 disciplinas obrigatórias contribuem de igual forma: dentre Introdução ao Estudo da História, História Social e Política do Brasil, Cultura Brasileira e História Regional, destacam-se as duas últimas mais circunstancialmente voltadas para o debate que se quer quando se trata de estudar as trajetórias de grupos tradicionalmente aliados da sociedade brasileira.

Dessa forma, acreditamos que o Curso de Museologia seja, em seu todo curricular, propiciador dessas reflexões. Nossos alunos com bastante frequência se matriculam na disciplina de módulo livre ofertada pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) ministrada pela Prof.^a Dr.^a Nair Bicalho, qual seja, Direitos Humanos e Cidadania ministrada em consonância com as orientações do Parecer CNE/CP n. 8/2012. O tema ambiental é tratado na disciplina obrigatória do 5º semestre Museologia, Patrimônio e Memória que além de debater as temáticas afro-brasileiras e indígena, assim como a de outros grupos formadores das sociedade brasileira, por meio do reconhecimento da diversidade do patrimônio cultural, busca discutir em seu programa as questões relacionadas ao patrimônio ambiental, a legislação de proteção do meio-ambiente por meio da proteção do patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico além do destaque ao estabelecimento do instrumento da "chancela" para o patrimônio natural estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por meio da Portaria 127/2009. Além dessa disciplina obrigatória, no interior da cadeia seletiva do Departamento de Antropologia há a disciplina Cultura e Meio Ambiente, código 135283 que também oferece leituras e metodologias relacionadas explicitamente à questão ambiental em conformidade com a Lei 9.759/1999 e o Decreto 4.281/2002.

Capítulo II – Organização Didático Pedagógica

2.1 Contexto Histórico - Acadêmico

2.1.1 Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962. Sua criação se deu por meio da Lei 3.998 de 15 de dezembro de 1961 como parte integrante da Fundação Universidade de Brasília (FUB). De seu processo de criação participaram intelectuais brasileiros como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer.

Nessa legislação era prevista a criação de Institutos Centrais de Ensino e Pesquisa e Faculdades. Seu primeiro instrumento normativo foi o "Plano Diretor da Universidade de Brasília" (1962) que previa até o ano de 1966 ter instalados 8 (oito) Institutos Centrais e o conjunto de faculdades, dentre elas a Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica. Nele, estavam igualmente previstos a criação, como órgãos complementares, do Museu da Civilização Brasileira, o Museu de Ciências e o Museu de Arte (artigo 27). Naqueles anos iniciais de uma universidade federal situada na capital do país ainda em construção e atropelada pelos processos políticos de 1964, várias foram as suas reestruturações. Com a redemocratização e as próprias alterações nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país, novos ajustes foram sendo feitos.

Na atualidade, a Universidade de Brasília se estrutura em Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas (12 institutos, 14 faculdades, 53 Departamentos) Centros (total de 34) e Órgãos Complementares (em número de 07), distribuídos em 04 *campi*, quais sejam Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama. Como uma instituição federal de ensino, a Universidade de Brasília se norteia pelos princípios da gestão democrática, descentralização e racionalidade organizacional, conforme explicitado em seu estatuto.

A Universidade de Brasília possui mais de 40.000 alunos entre alunos de graduação (na modalidade presencial e a distância) e pós-graduação. O quadro docente da universidade é de cerca de 2.800 professores e cerca de 3.000 servidores técnicos administrativos, compondo uma comunidade acadêmica de aproximadamente 45.000 pessoas comprometidas com o ensino superior público de qualidade.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022 reitera as finalidades da UnB como sendo aquelas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de formar "cidadãos qualificados para o exercício

profissional, empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais." Este mesmo PDI orienta que a missão da Universidade de Brasília é a de

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio da atuação de excelência.

2.1.2 Faculdade de Ciência da Informação

Em 30 de abril de 2010, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou a transformação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) em Faculdade de Ciência da Informação (FCI) com três cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) e uma Pós-Graduação em Ciência da Informação.

O então Departamento de Ciência da Informação e Documentação integrava a Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) desde 2003, oriunda da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA) criada na UnB em 1970.

No Plano Diretor original da Universidade de Brasília, a proposta era a criação de uma faculdade, a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ela só se efetivou em setembro de 1965, com a UnB vivendo a segunda invasão das tropas militares no *Campus Darcy Ribeiro*. Naqueles anos, a instabilidade e a arbitrariedade do governo reestruturou a Universidade sem nenhuma preocupação de natureza pedagógica ou acadêmica. Este cenário explica o estabelecimento de um novo Estatuto para a Universidade que estabelece o fim de uma série de faculdades autônomas - dentre elas a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação e sua aglutinação à recém-criada Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA). Com o processo de redemocratização, algumas Faculdades que haviam sido arbitrariamente reunidas na FA foram adquirindo autonomia. Foi o caso da Faculdade de Comunicação (1990), a Faculdade de Direito e o Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, ambos em 1994. Em 1991, foi criado o Curso de Arquivologia, tendo

sido incorporado à Faculdade de Biblioteconomia e motivado a alteração do nome da unidade acadêmica para Departamento de Ciência da Informação e Documentação, assim permanecendo até a criação da FCI em 30 de abril de 2010.

2.1.3 Curso de Museologia

A trajetória para o estabelecimento de um curso de Museologia na Universidade data de 1964. A museóloga Lygia Martins Costa havia sido convidada para ministrar aulas de História da Arte na Universidade de Brasília por meio de seus contatos com Alcides da Rocha Miranda, Lucio Costa e o próprio Darcy Ribeiro. Durante os dois anos que permaneceu em Brasília e como resultado de suas conversas com Darcy Ribeiro que planejara um conjunto de museus para a UnB, Lygia Martins Costa decidiu elaborar uma proposta de Curso de Museologia para a Universidade de Brasília uma vez que, para que houvesse a criação de museus na Universidade, seria fundamental ter um curso que garantisse a formação de profissionais para a área. A proposta da museóloga foi aprovada em setembro de 1964 na gestão de Zeferino Vaz na Reitoria da UnB. Apesar da aprovação, a proposta nunca foi implementada.

Em 1988, o Departamento de Ciência da Informação e Documentação elaborou uma segunda proposta de Curso de Especialização em Museologia fruto de demandas do próprio Ministério da Educação, mas que também não foi à frente.

O atual curso de Museologia aprovado em reunião do Conselho Universitário em 09 de outubro de 2008 (reunião nº 354 – Anexo X) foi resultado de outros processos. Dentre eles, destaca-se a autonomização administrativa federal do campo dos museus por meio do estabelecimento de um Departamento específico para os museus no interior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Departamento de Museus e Centros Culturais em 2003. A criação desse Departamento de Museus desencadeou o processo de institucionalização de um Sistema para os museus brasileiros como política pública federal para a área. Há que se considerar que para tal institucionalização a existência apenas de dois cursos de graduação em Museologia em todo o país (no Rio de Janeiro e na Bahia) não eram suficientes no que se refere à constituição de quadros qualificados para a atuação no campo.

No ano de 2006, esse mesmo Departamento de Museus encaminhou ofício à Universidade de Brasília solicitando estudo acerca da possibilidade de criação de uma Curso de Bacharelado em Museologia para a formação de profissionais qualificados para a área (Anexo). A Universidade de Brasília acolheu a proposta e encaminhou a demanda ao então Departamento de Ciência da Informação e Documentação que deu início a um diagnóstico de viabilidade do curso para só assim elaborar uma nova proposta.

O Curso de Bacharelado em Museologia foi viabilizado naquele contexto devido aos recursos humanos e financeiros disponibilizados por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Dada a característica interdisciplinar do campo da Museologia, optou-se pelo formato de consórcio acadêmico. Além da Faculdade de Ciência da Informação, compõem o bacharelado em Museologia o Departamento de Antropologia, Artes Visuais e História. O primeiro ingresso para o curso ocorreu no segundo semestre de 2009.

2.1.3.1 Missão e Princípios

A missão a que o Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação se propõe, está relacionada, como não poderia deixar de ser, aos princípios constitucionais da soberania do Estado brasileiro, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político ideológico que se encontram inscritos nos artigos 1º e 5º da Constituição Federal de 1988.

A missão, os princípios e os objetivos do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação reafirmam os compromissos estatutários originais da Universidade de Brasília (UnB) especialmente aqueles presentes em seu artigo 4º e alterações presentes em seu artigo 28º, quais sejam: a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade do Estado; a liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; a universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade; a garantia de qualidade; a orientação humanística da formação artística, literária, científica e técnica; o intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais; o

incentivo ao interesse pelas diferentes formas de expressão do conhecimento popular; o compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica; o compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios; o compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País; e o compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

a) Missão

Em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Museologia, a missão do Curso de Museologia é propiciar a nossos alunos sólida formação na área que possibilite atuação em sua prática profissional junto à sociedade. Nosso currículo se organiza de forma a que nossos egressos sejam capazes de atuar em museus, centros de documentação, informação e memória, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

b) Princípios

As atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e representação desenvolvidas pelo Curso de Museologia no âmbito da Faculdade de Ciência da Informação devem obedecer aos seguintes princípios:

- **Autonomia** – a produção, a sistematização e a socialização dos conhecimentos do campo da Museologia se alicerçam na autonomia institucional e na autonomia de cátedra.
- **Diversidade** – as atividades desenvolvidas no interior do Curso de Museologia da FCI devem observar o respeito à diversidade cultural, linguística, étnico-racial, de gênero e político-ideológica.
- **Gratuidade** – o ensino, a pesquisa, a extensão e quaisquer outros tipos de atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do Curso de Museologia, seguindo o artigo 88º da Constituição Federal e o artigo 3º

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor, devem ser gratuitos.

- **Igualdade** – as atividades desenvolvidas pelo Curso de Museologia no âmbito da Faculdade de Ciência da Informação devem pautar-se no princípio constitucional e legal de igualdade de direitos e deveres entre pares.
- **Indissociabilidade** - as atividades de ensino, pesquisa e extensão se encontrarão em associação considerando a melhor formação humana e profissional de nossos alunos.
- **Interdisciplinaridade** – a Museologia é necessariamente um campo interdisciplinar, sendo assim o Curso de Museologia no âmbito da Faculdade de Ciência da Informação fomentará a produção, a sistematização e a socialização dos conhecimentos de forma a adensar as relações de interdisciplinaridade entre os diferentes campos de saber.
- **Liberdade** – as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Curso de Museologia no âmbito da Faculdade de Ciência da Informação devem assegurar a liberdade e ritmos de aprendizagem, de pesquisa, fomentando o livre pensar, a arte e o saber por parte da comunidade acadêmica.
- **Qualidade** – o Curso de Museologia promoverá no ensino, na pesquisa e na extensão atividades de excelência de forma a garantir a qualidade do processo pedagógico acadêmico.
- **Pluralidade** – o planejamento e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão se sustentam no reconhecimento da diversidade e da autodeterminação dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, garantindo-se o pluralismo de ideias, de saberes, de metodologias e de concepções pedagógicas.

2.1.3.2 Organização e Gestão

Modelo de Gestão

O modelo de gestão do Curso de Museologia/FCl da Universidade de Brasília, pela compreensão da natureza interdisciplinar do campo, é em formato consorciado. Participam dele, segundo o Termo de Compromisso assinado pelas unidades integrantes do Consórcio do Curso de Museologia, o Departamento de Antropologia, o Departamento de Artes Visuais e o Departamento de História. De acordo com o Estatuto da Universidade de Brasília, em todas as instâncias, órgãos e unidades, a gestão é de natureza democrática. A gestão democrática é colegiada e descentralizada. O Colegiado do Curso de Museologia é composto de oito representantes: o Coordenador do Curso, três professores do Curso de Museologia, 1 representante do Departamento de Antropologia, um representante do Departamento de História, um representante do Departamento de Artes Visuais e um representante do Centro Acadêmico do Curso de Museologia. Os demais professores, os substitutos e voluntários podem ter acento e voz nas reuniões, mas não têm direito à voto.

Princípios de Gestão

A realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e representação desenvolvidas pelo Curso de Museologia devem ser administrativas de acordo com os princípios que regem toda e qualquer ação no âmbito da administração pública. Ressalte-se que no caso da Faculdade de Ciência da Informação não há departamentos em sua estrutura, portanto toda execução é realizada pela Direção da Faculdade. Ressalte-se que, seguindo os princípios da UnB, todas as decisões são colegiadas e a Direção da FCl as executa segundo as instâncias democráticas de deliberação.

- **Transparência** – A transparência dos atos administrativos é condição de toda e qualquer organização e gestão democrática. A transparência é calcada em critérios impessoais e previamente definidos de forma coletiva. Transparência é o livre acesso da unidade acadêmica, da

comunidade universitária e da sociedade à informação e aos procedimentos políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários referentes ao Curso de Museologia.

- **Legitimidade** – A fonte da legitimidade das ações administrativas e orçamentárias internas da Faculdade de Ciência da Informação se pauta nas decisões colegiadas onde se fazem representar docentes, discentes e técnico-administrativos.
- **Legalidade** – O funcionamento do curso e de sua unidade acadêmica e as ações de seus servidores, professores e discentes deve observar os dispositivos constitucionais da República Federativa do Brasil, os dispositivos legais nacionais e internacionais gerais e os dispositivos estatutários, regimentais e normativos da Universidade de Brasília. Só se pode fazer aquilo que está na legislação.
- **Impessoalidade** – O funcionamento do curso e de sua unidade acadêmica e as ações de seus servidores, professores e discentes deve observar o princípio da impessoalidade, qual seja, suas ações devem visar ao bem comum e não privilegiar pessoas específicas. Tal atuação deriva da compreensão de que a ação de servidores e professores não é uma ação pessoal, mas institucional.
- **Publicização** – A instância deliberativa do Curso de Museologia é seu Colegiado. Este deve dar publicidade aos seus atos e atividades por todos os meios disponíveis visando a ampla informação para a comunidade universitária, para o Estado e para a sociedade.
- **Probidade** – O Curso de Museologia como parte integrante da Faculdade de Ciência da Informação e da Universidade de Brasília deve se pautar por ações corretas em sua estrutura, funcionamento, organização, gestão e atividades.

2.1.4 Contexto Educacional

2.1.4.1 Metodologia de Diagnóstico da Demanda Social

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Museologia, nosso egresso irá atuar em museus e diferentes instituições culturais, de informação e memória. Poderá ser responsável por sistemas e redes de informação assim como em instituições de gestão do patrimônio cultural. Informa-se que a profissão de museólogo se encontra regulamentada há mais de 30 anos pela Lei 7.287 de 18/12/1984 e sua regulamentação foi feita por meio do Decreto 91.775 de 15/12/1985. O projeto político pedagógico do curso de Museologia considera que a formação do bacharel em Museologia é o primeiro passo para a atuação em espaços museais. Com o estabelecimento de uma política pública para a área de museus no Brasil, desde 2003, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) promoveu o cadastramento das instituições museais no país. Ao consultar o Cadastro Nacional de Museus (2011), pode-se identificar apenas no Distrito Federal a existência de 87 instituições museais públicas e privadas. No Brasil são mais de 3.000. O Brasil conta com 16 cursos que formam bacharéis em Museologia.

Assim, depreende-se que ainda há poucas instituições de ensino superior que formam bacharéis em museologia para atuar nos variados espaços museais existentes em todo o país. No caso do Distrito Federal e do Centro-Oeste a relação bacharel em museologia/museólogo/espço museal ainda é menor uma vez que dos estados e unidades da federação que conformam o Centro-Oeste, apenas a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Goiás oferecem o Curso de Museologia.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Museologia objetiva a inserção dos egressos para atuar de forma ética e socialmente responsável em diferentes espaços museais, espaços de informação e documentação e de gestão do patrimônio cultural contribuindo para promover a diversidade cultural do país, a redução das desigualdades sociais e para a consolidação de uma sociedade democrática. Com essa perspectiva, o curso está estruturado de maneira a propiciar a concepção de um programa de formação que estabelece os componentes básicos da formação inicial e continuada, articulando o ensino com a pesquisa e a extensão através da nucleação das atividades em torno de eixos integradores. No caso de nosso currículo estes eixos são em número de quatro:

teoria e prática museológica, museologia e informação, museologia e patrimônio cultural e preservação e conservação de bens culturais.

2.1.4.2 Demanda Social – relação candidato/vaga

De acordo com os dados do Cebraspe/UnB a relação candidato/vaga dos vestibulares de 2016 a 2018 corresponde a uma média de 2,94 candidatos por vaga.

2.1.4.3 Formas de Ingresso

As formas de ingresso no Curso de Museologia não diferem das determinações estabelecidas no artigo 87 do Regimento Geral da UnB. Os cursos regulares de graduação são abertos à admissão, nos limites, preestabelecidos de vagas, em conformidade com o disposto nas resoluções do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos seguintes casos: I candidatos admitidos por meio de concurso de seleção; II portadores de diploma de curso superior; III transferências obrigatórias, disciplinadas em norma própria; IV transferências facultativas, disciplinadas em norma própria; V bolsistas beneficiados por acordos culturais entre o Brasil e outros países; VI alunos de outras instituições, nas condições estabelecidas em convênios com a Universidade de Brasília; VII matrículas autorizadas nas condições de reciprocidade diplomática, previstas em lei ou em acordos internacionais de que o Brasil seja signatário.

De acordo com as formas de ingresso da Universidade de Brasília, os candidatos às vagas do Curso de Museologia podem ingressar por meio do Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificada - Enem/Sisu, por meio do vestibular para primeira graduação ou para segunda graduação, ou ainda participam do Programa de Avaliação Seriada (PAS). No caso do Enem/Sisu há três tipologias de vagas: a de ampla concorrência, a de cotas para negros/indígenas e cotas para alunos egressos de escolas públicas. O curso de Museologia oferta 32 vagas semestrais/64 anuais.

2.1.4.4 Público Alvo

Para o curso de Museologia, em seus três primeiros semestres, considerando os ingressantes no 1º e 2º semestre letivos, foram admitidos 32

estudantes. Não havia formandos ainda. A tabela a seguir, mostra o número de ingressantes segundo a modalidade de ingresso para o período 2009_2:

Ingresso	2009_2		2010_1		2010_2		2011_1		2011_2	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Enem/Sisu										
Vestibular	9	23	8	15	7	24	5	22	10	22
Programa de Avaliação Seriada (PAS)			2	7			1	7		
Transferência Obrigatória										
Transferência Facultativa										
Acordo Cultura Pec-G										
Portador de Diploma de Curso Superior										1
Matrícula Cortesia										
Convênio										
Mudança de Curso										

Fonte: Sistema de Graduação/SAA/UnB

Como era de se esperar, nos primeiros semestres letivos do curso, o ingresso se deu majoritariamente pelo vestibular, uma vez que o PAS atende ao 1º semestre letivo apenas. O curso apresentava-se majoritariamente feminino, segundo esta feita a partir da auto-declaração dos estudantes. Apesar de desde o primeiro semestre do curso, termos alunos em segunda graduação, entendemos que eles optaram por prestar o vestibular. Apenas no segundo semestre de 2011 que houve uma aluna ingressando como portadora de Diploma de Curso Superior (DCS).

Ingresso	2013_1		2013_2		2014_1		2014_2		2015_1	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Enem/Sisu	1	4								
Vestibular	2	7	4	14	5	2	11	18		
Programa de Avaliação Seriada (PAS)		3			2	13			4	12
Transferência Obrigatória										

Transferência Facultativa										1
Acordo Cultura Pec-G	1									
Portador de Diploma de Curso Superior										
Matrícula Cortesia										
Convênio										
Mudança de Curso						1				1

Fonte: Sistema de Graduação/SAA/UnB

A partir de 2013, o cenário de ingresso no curso se altera um pouco, mas o vestibular ainda continua a ser a forma de ingresso quantitativamente mais significativa, seguida pelo PAS e pelo Enem/Sisu.

Ingresso	2015_2		2016_1		2016_2		2017_1		2017_2	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Enem/Sisu	2	3								
Vestibular	6	17			14	18			10	19
Programa de Avaliação Seriada (PAS)			3	11			5	11	2	1
Transferência Obrigatória										
Transferência Facultativa										1
Acordo Cultura Pec-G										
Portador de Diploma de Curso Superior		2	1	4			1			
Matrícula Cortesia										
Convênio										
Mudança de Curso										

Fonte: Sistema de Graduação/SAA/UnB

Novamente, observa-se uma forte tendência ao ingresso no segundo semestre por meio do Vestibular, a forte presença daqueles que se autodeclararam pertencentes ao gênero feminino e um aumento de ingresso dos portadores de curso superior.

Ingresso	2018_1		2018_2		2019_1	
	M	F	M	F	M	F
Enem/Sisu	1	1				
Vestibular			10	11		
Programa de Avaliação Seriada (PAS)	5	11			1	8
Transferência Obrigatória						
Transferência Facultativa						
Acordo Cultura Pec-G						
Portador de Diploma de Curso Superior		2				
Matrícula Cortesia						
Convênio						
Mudança de Curso						1

Fonte: Sistema de Graduação/SAA/UnB

Observe-se que os dados do ingresso 2019/1 ainda se encontram incompletos. Houve o ingresso de 3 alunos Portadores de Necessidades Especiais atendidos pelo Programa para Portadores de Necessidades Especiais da UnB (PPNE). Uma portadora de necessidades especiais relacionada à locomoção em 2014; outro em 2016 e uma última em 2018. Esses dois últimos requerem acompanhamento pedagógico.

2.1.4.5 Perfil do Ingressante

Segundo dados apresentados acima, coletados junto à Secretaria de Administração Acadêmica, foi possível elaborar um perfil desses ingressantes. Ao todo, 597 alunos ingressaram no Curso de Museologia de 2009/2 a 2018/2. Destes 28% do gênero masculino e 72% do gênero feminino. Observe-se que em conversa informal realizada pelo professor regente da disciplina de Introdução à Museologia, temos observado que alguns de nossos alunos são os primeiros de suas famílias a cursar o ensino superior.

2.1.4.6 Evasão

Vários fatores podem ocasionar a retenção de fluxo e a evasão do curso. Indicamos na tabela que se segue os mecanismos que mais frequentemente levam o aluno do Curso de Museologia ao desligamento: por não ser uma carreira com reconhecimento social e econômico, há um percentual de alunos que ingressam no curso não vocacionados; alguns deles entram no curso para depois pedir transferência para o curso de seu objetivo inicial. Outros motivos seriam a dificuldade econômica, a vulnerabilidade familiar e social dentre outros:

A Tabela a seguir mostra a evasão dos estudantes do curso de Museologia no período de 2009/2 a 2018/02, informando o número de ingressantes por tipo de ingresso e o tipo de evasão ocorrido.

Evasão	Quantitativo
Jubilamento	6
Transferência	1
Desligamento Voluntário	22
Abandono	80
Não Cumprimento de Condição	77
Mudança de Curso	38
Reprovação mais de 3X	5
Novo Vestibular	50

Fonte: Sistema de Graduação/UnB

2.2 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

A Faculdade de Ciência da Informação e, especialmente seus cursos de graduação endossam e participam ativamente das políticas implementadas no âmbito da Universidade de Brasília no sentido de contribuir para a diminuição da desigualdade, a democratização da sociedade por meio da Universidade. Sendo assim, os cursos de graduação da Faculdade de Ciência da Informação e o Curso

de Museologia, em específico, adotam por princípios a valorização do ensino e o incentivo à pesquisa e à extensão, atividades finalísticas da universidade. Nesse sentido, buscam garantir aos estudantes, condições de aproveitarem ao máximo a universidade e realizarem seus cursos com bom desempenho, por meio de ações institucionais que dão suporte ao ingresso e à permanência dos estudantes na UnB. Além das oportunidades de Iniciação Científica e Extensão plenamente aproveitadas pelos professores do curso de Museologia. A consciência do grupo de professores é de que o campo de conhecimento voltado para a Museologia vem se adensando nos últimos anos. Por isso há poucos cursos de pós-graduação *strictu sensu* na área. Isto motivou os professores do Curso a fomentar a pesquisa em nível de graduação. Temos mais de 50 alunos de Iniciação Científica desde que o curso teve início em 2009. Naquele ano não tivemos apresentação de projetos, mas desde 2010, esta foi uma compreensão dos professores do Curso em relação ao fomento da pesquisa na área. Numa avaliação geral, pode-se dizer que a política tem dado certo. Além do formato de Iniciação Científica que dura um ano, temos na estrutura de nossa proposta pedagógica os Planos de Atividades Complementares que seguem o formato da Iniciação Científica mas normalmente com menor duração. Em 2018, um pouco antes da divulgação do Edital ProIC/Cnpq/FAP-DF realizamos um evento intitulado 1ª jornada em Pesquisa Científica em Museologia em Ciência da Informação buscando integrar em um único evento as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação. Quanto à extensão, pode-se afirmar que o fato da Museologia lidar com espaços museais e sua função social, há uma necessidade de que o Curso desenvolva políticas de extensão. No momento o projeto encontra-se interrompido pelo fato das professoras coordenadoras do Projeto encontrarem-se afastadas para Doutorado (Silmara Kuster e Marijara Queiroz), mas de 2010 a 2016 o Curso de Museologia por meio de Projeto de Extensão desenvolvido no Ponto de Memória da Estrutural orientou alunos em práticas voltadas para a Museologia Social. Afora este projeto maior, os professores do curso tem desenvolvido ações extensionistas em diferentes oportunidades no âmbito interno da UnB, inclusive coordenando política de implementação do Sistema de Museus da Universidade de Brasília, tarefa de competência do coordenador do Curso, auxiliado por todos os professores. Este trabalho é desenvolvido junto ao Decanato de Extensão uma vez

que os museus da Universidade se institucionalizam por meio da atividade de Extensão.

2.2.1 Recepção de Calouros

Os calouros do Curso de Museologia recebem atenção diferenciada durante a semana de boas-vindas. Além das atividades comuns oferecidas pela Universidade a todos os seus calouros, o Curso de Museologia, no interior da Faculdade de Ciência da Informação, organiza um primeiro encontro entre a Coordenação, professores do Curso e calouros. Há no portal do curso uma apresentação que procura esclarecer as possíveis dúvidas e dificuldades que normalmente os calouros possuem e que também é apresentada nessa primeira reunião entre coordenação, docentes e discentes. Afora essa atividade, o Curso de Museologia procura seguir as instruções do Decanato de Graduação no sentido de selecionar um professor da área com experiência para ministrar a disciplina de Introdução à Museologia como parte da política de manutenção e permanência dos alunos no Curso.

2.2.2 Aula Inaugural

Semestralmente, os estudantes calouros são convidados a participar, em conjunto com toda a comunidade acadêmica da UnB, de uma aula de abertura oficial do semestre, proferida por convidados externos sobre tema de relevância social, cultural e científica. No interior da Faculdade de Ciência da Informação, também se encontra institucionalizada essa prática com a vinda de um nome de referência na área da Museologia. Destaque-se que no segundo semestre de 2018, os professores do Curso de Museologia e convidados ministraram duas aulas públicas no contexto do incêndio do Museu Nacional.

2.2.3 Manual do Aluno e Manual do Curso de Museologia

A Universidade de Brasília e o Curso de Museologia informam seus calouros e veteranos dos documentos disponíveis nos portais institucionais. Observe-se, entretanto, que temos identificado que, como muitos de nossos alunos do Curso de

Museologia são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior, é necessário que se faça a cada semestre reuniões com os alunos de forma a atender às diferentes demandas e desafios que cada semestre do curso apresenta.

2.2.4 Permanência

O acompanhamento do percurso acadêmico dos estudantes tem sido uma preocupação institucional haja vista a estrutura que a UnB disponibiliza para o acompanhamento de seus discentes. A Universidade de Brasília ao buscar ser uma instituição de ensino superior cada vez menos excludente, desenvolveu algumas iniciativas, ações e políticas permanentes, com o intuito de garantir a permanência nos cursos e reduzir a evasão e sua conclusão:

Comissão de Acompanhamento e Orientação (CAO): vinculada à Câmara de Ensino de Graduação (CEG) e ao Decanato de Ensino de Graduação (DEG), tem por objetivos propor ações que contribuam para a permanência e o desenvolvimento dos estudantes na UnB e, conseqüentemente, para a redução da evasão e para a retenção nos cursos de graduação.

Serviço de Orientação ao Universitário (SOU): coordenação vinculada a Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA) do Decanato de Ensino de Graduação (DEG), com a missão de apoiar os estudantes em seu desenvolvimento acadêmico, pessoal, social e profissional, ao longo de sua trajetória na Universidade.

Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE): programa desenvolvido com o objetivo de estabelecer uma política permanente de atenção aos estudantes com necessidades especiais, para que encontrem condições de ingressar e permanecer na Universidade, com bom desempenho acadêmico.

Monitoria: atividade de relevância na formação do aluno, que é compreendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através de experiências pedagógicas que visam fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração

curricular em seus diferentes aspectos. Tem como finalidade promover a cooperação mútua entre estudantes e professores e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas. Há duas categorias de monitores: a) monitoria remunerada: pagamento feito por bolsa, pago em parcela única no final do semestre após o envio das duas frequências previstas no Calendário Universitário de Graduação; e b) monitoria voluntária: sem compensação financeira pelo exercício da monitoria. Em ambos os casos, os estudantes farão jus a 02 (dois) créditos pela atividade no período. Há uma comissão, atualmente presidida pela Prof.^a Dr.^a Andréa Considera que seleciona os candidatos à monitoria semestralmente.

No âmbito do Curso de Museologia, professores e coordenação estão atentos ao desempenho acadêmico de seus alunos. Identificada a necessidade, a Coordenação do Curso de Museologia entra em contato com o Serviço de Orientação Universitária no sentido do encaminhamento dos alunos que dele necessitem. Igualmente é o Coordenador do Curso que faz o acompanhamento dos alunos em condição e daqueles em situação de reintegração. Em relação aos alunos Portadores de Necessidades Especiais, no presente momento, possuímos três alunos em acompanhamento: uma delas é cadeirante e está cursando o último semestre do curso com excelente desempenho. Os dois outros requerem acompanhamento pedagógico que vem sendo desenvolvido e acompanhado nas reuniões do NDE e de Colegiado. Além destes, professor e coordenação acompanham os alunos em exercícios domiciliares e mais de perto, a turma de calouros.

2.2.5 Assistência

A Política de Assistência Estudantil envolve programas e ações que têm por objetivo garantir aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Algumas das iniciativas dizem respeito à alimentação, moradia e transporte, entre outros, com o propósito de apoiar sua permanência no curso de graduação. Tais ações e programas incluem:

Alimentação Gratuita no Restaurante Universitário: oferta de refeições gratuitas – café da manhã, almoço e jantar – em parceria com o Restaurante Universitário (RU);

Programa de Acesso à Moradia Estudantil – Graduação: destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade, dos cursos presenciais de cujas famílias residem fora do DF e não possuam imóveis no DF. A UnB possui uma Casa do Estudante Universitário (CEU/UnB), que é composta por dois blocos com 90 apartamentos, sendo dois apartamentos adaptados para pessoas com deficiência, totalizando 360 vagas para atender aos estudantes que participam do Programa de Acesso à Moradia Estudantil. O Programa oferece duas modalidades de benefícios: vagas em apartamentos na CEU ou concessão mensal de auxílio no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais). O encaminhamento dos estudantes selecionados é feito de acordo com a disponibilidade de vagas ou auxílios no Programa, por meio de Edital. Não há alunos de Museologia que usufruam deste Programa.

Programa Bolsa Permanência do Governo Federal: auxílio financeiro mensal para estudantes com os seguintes requisitos: renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio; matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; não ter ultrapassado dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado ou for estudante indígena ou quilombola. Há alunos do Curso de Museologia que utilizam o Programa.

Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília: estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, caracterizados junto a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) como participante dos Programas de Assistência Estudantil (PPAES), poderão solicitar inscrição no Programa de Auxílio Socioeconômico da UnB, que concede auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), para minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Há alunos do Curso de Museologia que utilizam este Programa.

Auxílio Emergencial: concessão de auxílio emergencial no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) ao estudante que comprovar junto ao Serviço Social/DDS situação socioeconômica emergencial, inesperada e momentânea, que coloca em risco a sua permanência no ensino superior.

2.2.6 Acessibilidade

Em consonância com a Política de Acessibilidade da UnB, o prédio da Faculdade de Ciência da Informação integra o prédio da Biblioteca Central. Sendo assim, esta unidade acadêmica se beneficia da estrutura de acessibilidade de uso comum. Não obstante a estrutura existente, um elevador específico para acesso ao prédio está previsto no Plano de Obras da UnB – ano de 2019 a ser executado este ano caso o Ministério da Educação disponibilize os recursos necessários. Quanto à acessibilidade para deficientes visuais, há piso tátil nas dependências do prédio.

2.2.7 Extensão

Os diferentes tipos de ações de extensão, das quais os estudantes de Museologia podem participar contemplam:

Cursos de extensão: cursos ofertados pelas diferentes instâncias da UnB e que complementam e suplementam as demandas das atividades regulares do ensino formal de graduação ou de pós-graduação. Esses cursos podem ser presenciais ou a distância.

Eventos: atividades de curta duração como palestras, exposições, seminários, congressos, oficinas, entre outras –, que contribuem para a disseminação do conhecimento.

Projetos de extensão de ação contínua: têm como objetivo o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino. São desenvolvidos ao longo do ano letivo, podendo ser renovados no ano seguinte, mediante solicitação encaminhada à Câmara de Extensão (CEX) por meio do Sistema de Extensão da UnB (SIEX).

Programas de Extensão de Ação Contínua: são empreendimentos que se caracterizam por uma organização estável e por disponibilizarem uma infraestrutura para a divulgação científica, artística e cultural. O estudante de graduação vinculado a um projeto/programa concorre a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). A atividade extensionista pode ser revertida na concessão de até 4 (quatro) créditos acadêmicos em extensão por semestre, atuando 15 horas semanais nos Projetos de Extensão de Ação Contínua (PPEACs).

A Faculdade de Ciência da Informação possui Coordenação de Extensão que é responsável pela organização e supervisão das atividades extensionistas que envolvem estudantes, docentes e funcionários da graduação e pós-graduação.

Conforme já informado, o Curso de Museologia desenvolve atividades de extensão sendo possível a integralização de até 16 créditos nessa modalidade de atividade.

2.2.8 Iniciação Científica e Outros Programas

Com o objetivo de promover a iniciação científica e a docência, os estudantes de Museologia são fortemente estimulados a participarem de programas e ações, tais como o Programa de Iniciação Científica (ProIC) do Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (DPG/UnB): incentivo à formação científica e estímulo ao desenvolvimento de novos talentos para a ciência. Este programa se subdivide em:

- a) Programa de Iniciação Científica/ Ações Afirmativas
- b) Programa de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- PIBITI
- c) Programa de Iniciação Científica – Ensino Médio

Igualmente, a UnB oferece por meio de editais Auxílio para Participação de Estudantes de Graduação em Eventos Científicos Internacionais que é um estímulo e apoio a participação de estudantes de graduação da UnB, regularmente matriculados, em eventos científicos no exterior. E, por fim, a UnB oferece Auxílio para Participação de Estudantes de Graduação em Eventos Científicos Nacionais, compreendido como um aporte que estimula e viabiliza a participação de estudantes de graduação da UnB, regularmente matriculados, em eventos científicos nacionais ou de extensão no país. São atendidos, preferencialmente, estudantes que não estão contemplados com recursos para esse fim pelas agências de fomento.

No ano de 2018, foi realizado em 19 de março, pelo Curso de Museologia da UnB, evento visando integrar as pesquisas de Iniciação Científica e a Pós-Graduação em Ciência da Informação. O evento intitulado “1ª Jornada em Pesquisa Científica em Museologia e Ciência da Informação: entre a graduação e a pós-graduação. O objetivo da atividade foi apresentar os resultados das pesquisas em nível de graduação e pós-graduação e estimular a participação dos graduandos no edital do Programa de Iniciação Científica na Universidade de Brasília. O portal do evento se encontra abaixo:

<http://fci.unb.br/index.php/noticias-destaque/157-1-jornada-em-pesquisa-cientifica-em-museologia-e-ciencia-da-informacao-entre-a-graduacao-e-a-pos-graduacao>

2.2.9 Cooperação Interinstitucional

Os Programas de Mobilidade Nacional e Internacional têm por objetivo regular a relação de reciprocidade entre as instituições federais de ensino superior (IFES) e universidades estrangeiras no que se refere à mobilidade de estudantes de graduação. Os beneficiários são estudantes regularmente matriculados no curso de graduação, que atendam aos seguintes critérios: conclusão de, pelo menos, 20% (vinte por cento) da carga horária de integralização do curso de origem, ou seja, Museologia; não possuir mais do que duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade; se encontrem matriculados em disciplinas em sua Instituição de origem (UnB) no período em que apresentou a solicitação.

O discente de outra IFES e/ou universidade estrangeira, após seu registro na UnB, obedecerá a Legislação Básica das Normas Acadêmicas para Matrícula em disciplinas, Acompanhamento Acadêmico, Trancamento de Matrícula, Formas de Desligamento, e demais normas internas à UnB. Da mesma forma, o estudante da UnB, ao ser registrado em outra IFES e/ou universidade estrangeira, deverá seguir as normas acadêmicas da Instituição que o receber. É fundamental, em situação de mobilidade, que haja correspondência entre as disciplinas cursadas na Instituição que receber o estudante com as disciplinas de seu curso de origem. O Curso de Museologia já teve seis alunos em Mobilidade Internacional (Universidade do Porto – Portugal) e uma aluna em Mobilidade Nacional (UFBA). Atualmente o Curso de Museologia possui um aluno em mobilidade nacional na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

2.2.10 Inserção no Mercado de Trabalho

A inserção primeira no mercado de trabalho ocorre como na maior parte dos cursos da UnB por meio do estágio obrigatório ou não obrigatório. A Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico e Profissional (CDAP) é o órgão da Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA), vinculada ao Decanato de Ensino de Graduação (DEG), que tem a missão de coordenar e acompanhar o desenvolvimento acadêmico do estudante em suas atividades de estágio obrigatório ou não obrigatório em empresas conveniadas com UnB. As atividades de estágio quer curricular, quer não obrigatório, são reguladas pela Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que reconhece o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando.

2.3 Princípios e diretrizes gerais do Curso e Plano de Desenvolvimento Institucional

As relações entre currículo e identidade profissional são bastante debatidas e conhecidas. Por isso, a organização da estrutura curricular deve ser

feita levando em consideração qual profissional que se espera formar e para qual sociedade. Esse debate é incontornável no interior do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado dos cursos de graduação da UnB. Outro elemento fundamental por parte tanto do NDE quanto dos colegiados é a consciência da necessidade de revisão periódica curricular, uma vez que a transformação inerente aos processos sociais demandará novos profissionais.

A questão curricular do Curso de Museologia não é banal: como um curso com perfil absolutamente interdisciplinar, o fato do curso ter se estruturado na Faculdade de Ciência da Informação já estabelece algumas orientações acerca de sua estrutura curricular. Outros cursos de Museologia em outras Instituições Federais de Ensino Superior se encontram vinculados aos Departamentos de Artes, História, Antropologia o que pode condicionar certas orientações curriculares. Igualmente, a despeito do convite a um conjunto mais amplo de unidades acadêmicas para compor o Termo Consórcio da Museologia, a adesão ocorreu pelos departamentos de Artes Visuais, Antropologia e História o que também marca a identidade do profissional formado na e pela Universidade de Brasília.

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN, instituídas por meio do Parecer CNE/CES n. 492/2001, de 03 de abril de 2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001 de 12/12/2001 e Resolução CNE/CES 21 de 13 de março de 2002, recorreu-se a esses documentos para organizar a primeira versão do currículo do Curso de Museologia.

Em cumprimento ao texto das diretrizes, o currículo do Curso de Museologia/FCI/UnB procurou se estruturar de forma a proporcionar e contribuir para a formação de um profissional que atue com responsabilidade social tendo em vista que seu campo de atuação diz respeito a um conjunto de atividades que contribuem para a organização e gestão da memória coletiva das sociedades. Conforme estabelece um dos objetivos específicos das DCNs para a área, o museólogo "(...) deve ser capaz de interferir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendendo como representação da atividade humana no tempo e no espaço." (BRASIL, 2001, p. 37).

Contemporaneamente, os processos sociais no Brasil e no mundo nos mostram que é necessário um olhar atento e uma prática responsável para a luta

pelo reconhecimento da diversidade, do respeito à diferença, do exercício da cidadania de sujeitos históricos que somos nós. Nesse sentido, o protagonismo social contemporâneo demandará desse profissional não mais o trabalho com e no museu dito tradicional, mas com uma miríade de territórios museais que a própria sociedade está propondo e desafiam a prática profissional e, conseqüentemente, o fazer acadêmico: são museus comunitários, ecomuseus, museus de vizinhança dentre outros modelos que são criados por meio da criatividade e necessidade sociais. O papel da formação desse profissional no interior das Instituições Federais de Ensino Superior é enorme uma vez que é tarefa dos professores alimentar a prática com a teoria e a teoria com a prática. Nossos graduandos devem encontrar em seu corpo de professores profissionais atentos e capazes de debater e refletir acerca dos desafios que nos são apresentados. Frente ao documento das DCNs apresentamos como princípios norteadores do curso de Museologia da FCI/UnB:

- a) interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética, sensibilidade afetiva e estética como elementos básicos para consolidar na prática os conhecimentos factuais, procedimentais e de valores, atitudes e normas;
- b) conhecimento dos diferentes processos museais, de sua complexidade e função no interior da sociedade contemporânea;
- c) proposição, realização, de pesquisas e/ou ações extensionistas com a análise e aplicação de resultados em um perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica que contribuam para definir políticas para os diferentes processos museais e territórios culturais;
- d) participação dos estudos na gestão dos diferentes processos museais contemporâneos, na organização e funcionamento de museus e territórios culturais;
- e) desenvolvimento de uma visão de totalidade de conhecimento e do ser;
- f) valorização da importância das ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural como uma organização que tem

a função social de promover aquilo que há de humano no ser humano;

- g) valorização da gestão democrática com ênfase na participação e autonomia dos diversos atores sociais.

2.3.1 Objetivos do Curso de Museologia

2.3.1.1 Objetivo Geral

Formar o profissional para a atuação em diferentes contextos museais, no que se refere ao desenvolvimento de ações museológicas que considerem como ponto de partida a sociedade e não somente as coleções no sentido de que o patrimônio cultural deve ser um referencial para o exercício da cidadania e desenvolvimento social; e para o campo teórico-investigativo da museologia e de sua aplicação a museografia, com compromisso ético e inclusivo, responsabilidade social e histórica, reconhecedor da diversidade humana, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

2.3.1.2 Objetivos Específicos

- a) Formar profissionais para a atuação em contextos museais capazes de articular o fazer e o pensar museal em diversos contextos socioculturais e institucionais;
- b) Formar profissionais conscientes de sua historicidade e comprometidos com os anseios de outros sujeitos, individuais e coletivos, socialmente referenciados

para formular, acompanhar e orientar seus diferentes projetos no campo museal;

- c) Preparar profissionais capazes de planejar e realizar ações e investigações que os levem a compreender a evolução dos processos culturais, museais e sociais considerando as diferenças individuais e grupais;
- d) Preparar gestores, capazes de atuar no planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos museais em espaços culturais os mais diversos;
- e) Preparar profissionais que potencializem espaços museais e territórios culturais como agentes de desenvolvimento regional;
- f) Garantir articulação entre organização, gestão e avaliação do trabalho nas diferentes unidades de exercício profissional, no âmbito de museus e outras instituições de patrimônio cultural;
- g) Refletir sobre museu, patrimônio e sociedade de forma a que tais reflexões favoreçam a formação das pessoas e que os processos educacionais no Curso de Museologia da UnB possam contribuir para a efetivação de um projeto de transformação social;
- h) Compartilhar saberes garantindo a articulação entre os diferentes profissionais que atuam nesse campo interdisciplinar articulando em seu trabalho as contribuições de diferentes áreas de conhecimento;
- i) Preparar o museólogo para o desenvolvimento e organização de sistemas, unidades, projetos, instituições e práticas museais percebendo a importância do trabalho com a diversidade e a inclusão;
- j) Realizar pesquisas e ações extensionistas com o intuito de produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico do e no campo museal.

2.3.2 Perfil Profissional do Egresso

O perfil do bacharel em Museologia coadunar-se-a às diretrizes curriculares correspondentes à área museológica e às atribuições do museólogo previstas no decreto que regulamenta a profissão do museólogo. O bacharel em Museologia atuará em sintonia com as discussões e definições conceituais acordadas em âmbito nacional e internacional.

No tocante à formação e ao campo de atuação do profissional, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Museologia observam que:

a formação do museólogo supõe o domínio dos conteúdos da Museologia e a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, especialmente aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

Segundo o Decreto n. 91.775, de 15 de outubro de 1985, que trata da Regulamentação da profissão de museólogo e autorização para criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Museologia, as atribuições do museólogo, definidos no artigo 3º. do capítulo II, são:

I. ensinar a Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais; II. planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e as atividades culturais dos museus e de instituições afins; III. executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus; IV. solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico; V. coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico; VI. planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; VII. promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos; VIII. definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções; IX. informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do país ou para o exterior; X. dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade; XI. prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia; XII. realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim a sua autenticidade; XIII. orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão; XIV. orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar.

Considerando os conceitos e os parâmetros profissionais expostos, sobressai o vasto campo de atuação, o nível de exigência de formação e de exercício profissional, e o amplo universo de ações possíveis, que se tornam

incomensuráveis, na medida em que se introduz o conceito de Patrimônio Cultural e Natural, a "matéria-prima" básica do labor museológico. A Declaração de Caracas, de 1992, unificou os conceitos de Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural na seguinte definição: "Entende-se por Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade, aquelas expressões materiais e espirituais que a caracterizam". Correspondendo à ampliação conceitual e profissional, o mercado de trabalho para o bacharel em Museologia ampliou-se. Para além dos museus tradicionais, abriu-se um leque de opções de trabalho ligadas ao Patrimônio Cultural e Natural, que abrange desde os Museus de História e de Arte até Ecomuseus e Museus Comunitários, Museus de Ciência e de Tecnologia, Programas de Memória e Patrimônio, Parques, Monumentos e Reservas Naturais, Cidades-Monumento, Aquários, Zoológicos e Jardins Botânicos, Planetários, Arquivos e Bibliotecas, Teatros e Redes de Televisão etc. Por conseguinte, com este amplo espectro de possibilidades profissionais, e de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Museologia, o Curso de Graduação em Museologia do CID-FACE/UnB deverá formar bacharéis em Museologia capazes de "compreender o museu como um fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais". Ademais, os bacharéis em Museologia deverão ser capazes de "interpretar as relações entre Homem, Natureza e Cultura, tendo como base o seu contexto temporal e espacial.

2.3.3 Metodologia e Princípios Pedagógicos

O curso de Museologia se estrutura em quatro eixos, quais sejam: teoria e prática museológica, museologia e informação, museologia e patrimônio cultural e preservação e conservação de bens culturais.

A proposta para o desenvolvimento das atividades nos espaços formativos do curso enfatiza o emprego de metodologias diversificadas que possibilitem a interação entre estudantes e entre estudantes e docentes, de modo a favorecer uma aproximação significativa com os objetos de estudo. Exposições curriculares, seminários, aulas práticas, saídas de campo, visitas a instituições e participação em eventos configuram-se como metodologias apropriadas para atender aos objetivos do curso.

Neste projeto político pedagógico de curso destacamos, entre outros, alguns princípios pedagógicos que estarão presentes na metodologia:

- Integração entre os diferentes componentes curriculares;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- flexibilidade curricular;
- aproximação progressiva à práxis profissional;
- diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem;
- processo de avaliação com ênfase formativa.

2.4 Estrutura Curricular

2.4.1 Quadro Demonstrativo

Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Museologia	Currículo orientado para formar o bacharel em Museologia, o profissional para atuação em ambientes museais, centros culturais, galerias de arte, órgãos de proteção ao patrimônio cultural.
Base teórica	Museologia
Centralidade do Currículo	Formação do bacharel e do pesquisador em Museologia
Número de Semestres	8 semestres
Matriz Curricular	Matriz estruturada em quatro eixos teoria e prática museológica, museologia e informação, museologia e patrimônio cultural e preservação e conservação de bens culturais.
Currículo	Convergência e interdisciplinaridade

Disciplinas obrigatórias, obrigatórias seletivas, estágio e trabalho final de curso	1.710 horas-aula (114 créditos)
Disciplinas optativas, optativas recomendadas, módulo livre	825 (55 créditos)

O PPP proposto cumpre o parágrafo único do Art. 76 e o § 2º do Art. 89 do Regimento Geral da UnB. Dessa forma, o quadro síntese a seguir demonstra que a carga horária total não excede a carga horária legal mínima em mais de 10% (dez por cento) e ainda observa a Resolução 219/96 do CEPE que determinou que os créditos em disciplinas obrigatórias não devem ultrapassar 70% (setenta por cento) do total de sua carga horária de 3.330 horas, com duração mínima de quatro anos.

2.4.2 Quadro Síntese de Carga Horária

Disciplinas	Currículo Vigente		
	Créditos	Carga Horária	%
Obrigatórias (sem estágios e TCC)	98	1.470	53%
Estágio Obrigatório	08	120	4,7%
TCC (obrigatória)	08	120	4,7%
Optativas/Módulo Livre	55	825	37,6%
Atividades Complementares	16*	240*	9,4*
Totais	169	2.535	100%

*No currículo vigente as atividades complementares constam como componente curricular optativo, podendo ser integralizados até 16 créditos ou 240 horas aula.

2.5 Estrutura Geral do Curso

Museologia Grau Bacharel	Duração	Créditos por Semestre
Currículo	8 semestres	Mínimo 16
Limite máximo de permanência	12 semestres	Mínimo 16
Quantidade de Créditos para Formatura	169 – 2.535h/aula	
Créditos módulo livre		Máximo 24

2.5.1 Princípios Curriculares

A presente matriz curricular do curso de Museologia da FCI/UnB está estruturada em quatro dimensões ou eixos: o primeiro seria o de Teoria e Prática Museológica cujas disciplinas a ele vinculadas estão voltadas à Museologia, à teoria museológica, museografia e pesquisa museológica; o eixo Museologia e Informação reúne disciplinas partilhadas nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia voltadas para o processamento técnico de acervos, realizado no campo da Museologia; o terceiro eixo é aquele que insere a Museologia no debate do Patrimônio Cultural, relacionando a Museologia às questões da memória, identidade, patrimônio e cultura; deste eixo fazem parte algumas disciplinas ofertadas pelo Departamento de História, do de Artes Visuais e as da cadeia seletiva do Departamento de Antropologia. Por fim, o quarto e último eixo é o da preservação e conservação de bens culturais que oferece conteúdo curricular voltado para o campo da preservação e segurança de bens culturais, planejamento, montagem e gestão de reservas técnicas e laboratórios de conservação, assim como para os estudos dos procedimentos de manuseio transporte e exibição.

Além dos componentes curriculares obrigatórios e optativos (disciplinas), as dimensões formativas compreendem os estágios, as atividades de extensão e pesquisa bem como atividades complementares.

Contemporaneamente, um dos princípios mais caros às matrizes curriculares é o da flexibilização. Perseguir este difícil princípio, significa compreender o currículo como totalidade viva, percebê-lo no mesmo movimento da sociedade e, portanto, sempre em construção. Tal princípio não modifica apenas as relações estabelecidas entre os sujeitos e o conhecimento, mas entre os próprios sujeitos da ação formativa: professores-formadores e alunos em formação.

Os eixos curriculares do Curso de Museologia são organizadores dos conteúdos e metodologias desenvolvidos pelas disciplinas, por projetos de extensão, seminários, eventos, dentre outros.

2.5.2 Matriz Geral do Curso de Museologia

Eixo 1: Teoria e Prática Museológica									
Semestre/ Código/Disciplina			CRÉDITOS				Modali dade	Carga horári a	Pré Requisito
			Teórico s	Práticos	Extensão	Estudos			
1º	180408	Introdução à Museologi a	4	0	0	0	OBR	60	
2º	180815	Museol 1	2	2	0	4	OBR	60	180408
3º	180955	Museol 2	2	2	0	4	OBR	60	180815
4º	180963	Museol 3	2	2	0	4	OBR	60	180955
3º	180971	Museologia e Com 1	2	2	0	4	OBR	60	180408
4º	180980	Museologia e Com 2	2	2	0	4	OBR	60	180971
5º	180998	Museologia e Com 3	2	2	0	4	OBR	60	180980
6º	181005	Museologia e Com 4	2	2	0	4	OBR	60	180998
7º	182150	Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológic os	2	2	0	4	OBR	60	180963

6º	182168	Estágio Supervisionado 1	0	4	0	4	OBR	60	180963
7º	182176	Estágio Supervisionado 2	0	4	0	4	OBR	60	182168
7º	182184	Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso	2	2	0	4	OBR	60	180963
8º	182192	Trabalho de Conclusão de Curso	2	2	0	4	OBR	60	182184
SUBTOTAL			24	28	0	48	--	780	
Eixo 2: Museologia e Informação									
Semestre/Código/Disciplina			Créditos				Modalidade	Carga Horária	Pré-Requisito
			Teóricos	Práticos	Extensão	Estudos			
1º	182010	Intr à Bibliote e Ciência da Informação	4	0	0	4	OBR	60	
4º	182401	Análise da Informação	2	2	0	4	OBR	60	180815
5º	182141	Informe Doc. Museológica	2	2	0	4	OBR	60	182401

SUBTOTAL			8	4	0	16	180		
Eixo 3: Museologia e Patrimônio Cultural									
Semestre/Código/Disciplina			Créditos				Modalidade	Carga Horária	Pré-requisito
			Teóricos	Práticos	Extensão	Estudos			
1º	139033	Introdução ao Estudo da História	4	0	0	4	OBR	60	
1º	153699	Fundamentos da Linguagem Visual	2	4	0	4	OBR	90	
2º	139203	História Social e Política do Brasil	4	0	0	4	OBR	60	
2º	135011	Introdução à Antropologia	4	0	0	4	OBS	60	
2º	157660	História da Arte no Brasil	4	0	0	2	OBR	60	
3º	139416	Cultura Brasileira	4	0	0	0	OBR	60	
3º	135283	Cultura e Meio Ambiente	4	0	0	4	OBS	60	
4º	139661	História Regional	4	0	0	0	OBR	60	
5º	182206	Museologia, Patrimônio, Memória	2	2	0	4	OBR	60	

Subtotal			32	6	0	26	570			
Eixo 4: Preservação e Conservação de Bens Culturais										
Semestre/Código/Disciplina			Créditos				Modalidade	Carga Horária	Pré - Requisito	
			Teóricos	Práticos	Extensão	Estudos				
5º	182770	Conservação e Restauração de Documentos	2	2	0	6	OBR	60		
6º	182303	Museologia e Preservação 1	2	2	0	4	OBR	60	182770	
7º	182001	Museologia e Preservação 2	2	2	0	4	OBR	60	182303	
Subtotal			6	6	0	14	180			

2.5.3 Matriz Curricular/Carga Horária/Créditos

Semestre	Créditos Totais	Carga Horária	Créditos Obrigatórias	Créditos Obrigatória Seletiva	Créditos Optativos
1º	18	270	18		
2º	20	300	12	4	4
3º	20	300	12	4	4
4º	24	360	16		8
5º	24	360	16		8
6º	20	300	12		8

7º	24	360	16		8
8º	20	300	04		16
	170	2.550	106	8	56

2.5.4 Ementas e Referências das Disciplinas

2.5.5 Quadro com Disciplinas Obrigatórias, Obrigatórias Seletivas, Optativas e Estágio Supervisionado

Disciplinas Obrigatórias do Curso de Museologia.					
Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos	Domínio
180408	Introdução à Museologia	4	60		FCI
182010	Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação	4	60		FCI
139033	Introdução ao Estudo da História	4	60		HIS
153699	Fundamentos da Linguagem Visual	6	90		VIS
180815	Museologia 1	4	60	180408	FCI
139203	História Social e Política do Brasil	4	60		HIS
157660	História da Arte no Brasil	4	60		VIS
180955	Museologia 2	4	60	180815	FCI
180971	Museologia e Comunicação 1	4	60	180408	FCI
139416	Cultura Brasileira	4	60		HIS
180963	Museologia 3	4	60	180955	FCI
180980	Museologia e Comunicação 2	4	60	180971	FCI

182401	Análise da Informação	4	60	180815	FCI
139661	História Regional	4	60	139033	HIS
180998	Museologia e Comunicação 3	4	60	180980	FCI
182770	Conservação e Restauração de Documentos	4	60		FCI
182141	Informação e Documentação Museológica	4	60	182401	FCI
182206	Museologia, Patrimônio, Memória	4	60		FCI
181005	Museologia e Comunicação 4	4	60	180998	FCI
182303	Museologia e Preservação 1	4	60	182770	FCI
182168	Estágio Supervisionado 1	4	60	180963	FCI
182150	Gestão de Museus e Política de Acervos Museológicos	4	60	180963	FCI
182001	Museologia e Preservação 2	4	60	182303	FCI
182176	Estágio Supervisionado 2	4	60	182168	FCI
182184	Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso	4	60	180963	FCI
182192	Trabalho de Conclusão de Curso	4	60	182184	FCI
	Total	106	1.590		

Disciplinas Obrigatórias Seletivas (duas - 8 créditos - 120 horas)					
135011	Introdução à Antropologia	4	60		DAN
135283	Cultura e Meio Ambiente	4	60	135011	DAN
135381	Sociedades Indígenas	4	60	135011	DAN
135224	Antropologia da Arte	4	60	135011	DAN

135364	Estudos Afro-brasileiros	4	60	135011	DAN
135496	Pensamento Antropológico Brasileiro	4	60	135011	DAN
135372	Sociedades Camponesas	4	60	135011	DAN
135356	Tradições Culturais Brasileiras	4	60	135011	DAN
Disciplinas Optativas					
157309	Animação	6	90		VIS
190292	Aprendizagem, Tecnologia/EAD	4	60		FE
182907	Arquivo, Cinema, Informação e Memória	4	60		FCI
156264	Arte Eletrônica 1	6	90		VIS
182036	Bibliografia	4	60		FCI
182311	Bibliografia Brasileira	4	60		FCI
165620	Biologia da Conservação	4	60		EFL
126497	Botânica dos Biomas Brasileiros	4	60		BOT
132891	Cartografia 1	6	90		GEO
182052	Catálogo	4	60		FCI
122408	Ciências do Ambiente	2	30		ECL
182079	Classificação	4	60		FCI
113654	Comunicação, Informação e Computação	6	90		JOR
126390	Computação Gráfica Aplicada à Ilustração Científica 1	4	60		CEL
126403	Computação Gráfica Aplicada à Ilustração Científica 2	4	60		CEL

146498	Comunicação e Universidade	2	30		JOR
126306	Conserv. da Fauna Silvestre	4	60		ZOO
182541	Controle Bibliográfico	4	60		FCI
139823	Cultura Cidade: Brasil Contemporâneo	4	60		HIS
153044	Desenho 1	6	90		VIS
153052	Desenho 2	6	90		VIS
157431	Desenho Aplicado 1	6	90		DIN
199851	Direitos Humanos e Cidadania	4	60		CEAM
182389	Documentação	4	60		FCI
143596	Documentário 2	4	60		DAP
126039	Ecologia Básica	2	30		ECL
145084	Editoração	4	60		FCI
120057	Educação Ambiental Sustentável	4	60		IB
125440	Educação Ambiental	4	60		ECL
205257	Educação Patrimonial	4	60		FCI
182656	Elaboração e Manutenção de Thesaurus	4	60		FCI
153605	Elementos de Linguagem, Arte e Cultura popular	4	60		VIS
153010	Elementos de Linguagem Estética História da Arte 2	4	60		CEN
137642	Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais	4	60		FIL
153061	Escultura 1	6	90		VIS

155011	Estatística Aplicada	6	90		EST
145033	Estética e Cultura de Massa	4	60		FAC
182532	Estudo de Usuários	4	60		FCI
113760	Est. e Pesquisas Museológicas	4	60		FCI
137529	Ética	4	60		FIL
126357	Etnobotânica do Cerrado	4	60		BOT
137413	Evolução do Pensamento Filosófico e Científico	4	60		FIL
182591	Formação e Desenvolvimento de Acervos	4	60		FCI
145319	Fotografia e Iluminação 1	2	30		DAP
157538	Fotografia e Vídeo	4	60		DIN
138177	Fotointerpretação	6	90		GEA
205885	Francês 2	4	60		LET
191311	Fundamentos da Arte na Educação	4	60		MTC
146579	Fundamentos de Comunicação Visual	4	60		DAP
123595	Fundamentos de Ecologia e Evolução	4	60		ECL
112844	Fundamentos da História da Terra	4	60		IGD
138266	Geografia Humana 1	4	60		GEA
112496	Geologia Ambiental	6	90		IGD
112011	Geologia Geral	6	90		IGD
138258	Geomorfologia	4	60		GEA

182125	Gerência de Sistema de Informação	4	60		FCI
139947	História da África Pré-Colonial	4	60		HIS
153613	História da Arte e da Tecnologia	4	60		DIN
182028	História do Livro e das Bibliotecas	4	60		FCI
139165	História Contemporânea 1	4	60		HIS
139173	História Contemporânea 2	4	60		HIS
139009	História Contemporânea 3	4	60		HIS
139351	História da África	4	60		HIS
139742	História da África 2	4	60		HIS
153036	História da Arte 1	4	60		VIS
153524	História da Arte 2	4	60		VIS
156299	História da Arte 3	4	60		VIS
154971	História da Arte Antiga	4	60		VIS
157651	História da Arte Contemporânea	4	60		VIS
157635	História da Arte Medieval	4	60		VIS
157643	História da Arte Moderna	4	60		VIS
137791	História da Ciência 1	4	60		FIL
139645	História da Ciência 2	4	60		FIL
139131	História do Brasil 1	4	60		HIS
139149	História do Brasil 2	4	60		HIS
139157	História do Brasil 3	4	60		HIS
139092	História Moderna 1	4	60		HIS
139106	História Moderna 2	4	60		HIS

125644	Ilustração Científica	4	60		IB
182630	Indexação	4	60		FCI
152901	Infoestética 1	4	60		VIS
145971	Inglês Instrumental 1	4	60		LET
142573	Inglês Instrumental 2	4	60		LET
157210	Intervenção/Performance/Instalação	6	90		VIS
146528	Introdução a Publicidade e Propaganda	2	30		DAP
154008	Introdução a Arquitetura e Urbanismo	4	60		THAU
116220	Introdução ao Processamento de Dados	4	60		CIC
153192	Introdução às Técnicas Artesanais	4	60		VIS
134074	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	4	60		ELA
181013	Introdução à Administração	4	60		ADM
182681	Introdução à Arquivologia	4	60		FCI
113913	Introdução à Ciência da Computação	4	60		CIC
146480	Introdução à Comunicação	4	60		JOR
137553	Introdução à Filosofia	4	60		FIL
145335	Introdução à Fotografia	4	60		DAP
156281	Introdução à Gravura	6	90		VIS
116793	Introdução à Microinformática	4	60		CIC

134465	Introdução à Sociologia	4	60		SOL
157554	Introdução ao Design	4	60		DIN
204404	Introdução aos Museus de Ciências	4	60		IGD
146501	Leitura dos meios de comunicação	4	60		DAP
140481	Leitura e Produção de Textos	4	60		LIP
150649	Língua de Sinais Brasileira	4	60		LIP
182567	Linguagens Documentárias	4	60		FCI
153516	Materiais em Arte 1	4	60		VIS
126152	Meio Ambiente Físico e Ecossistemas	4	60		ECL
126560	Métodos em Ecologia	4	60		ECL
205249	Museu, Museologia e Pesquisa na Contemporaneidade	4	60		FCI
182788	Notariado	4	60		FCI
153621	Oficina Básica de Artes Cênicas	4	60		CEN
153320	Oficina Básica Artes Plásticas 1	4	60		VIS
145785	Oficina Básica de Audiovisual	2	30		DAP
153788	Oficina Básica de Cinema	4	60		VIS
153338	Oficina de Fotografia 1	4	60		VIS
157520	Oficina de Modelos e Maquetes	4	60		DIN
145467	Oficina de Texto 1	4	60		JOR
182061	Organização e Tratamento de Materiais Especiais	4	60		FCI

182427	Organização do Trabalho Intelectual	4	60		FCI
112143	Paleontologia	4	60		IGD
156272	Pintura 1	6	90		VIS
182877	Planejamento e Elaboração de Bases de Dados	4	60		FCI
138576	Política Pública e Meio Ambiente	4	60		GEA
205231	Políticas e Práticas do Patrimônio Cultura no Brasil	4	60		FCI
182869	Redes de Informação e Transferência de Dados	4	60		FCI
182419	Reprografia	4	60		FCI
146871	Seminários Avançados Audiovisual 1	4	60		DAP
146757	Seminários Avançados Audiovisual 2	4	60		DAP
157228	Seminário Teoria Crítica e História da Arte	4	60		VIS
130486	Seminário em Museologia 1	4	60		FCI
130494	Seminário em Museologia 2	4	60		FCI
134902	Sociologia da Comunicação	4	60		SOL
134872	Sociologia da Cultura	4	60		SOL
192163	Técnicas audiovisuais de educação	4	60		MTC
157864	Tecnologia Contemporânea na arte-educação	4	60		VIS

153656	Técnicas de Gravura 1	4	60		VIS
153664	Técnicas de Gravura 2	4	60		VIS
153672	Técnicas de Gravura 3	4	60		VIS
146919	Tecnologia de Comunicação	2	30		JOR
135194	Teoria Antropológica 1	4	60		DAN
134473	Teoria Sociológica 1	4	60		SOL
145017	Teorias da Comunicação	4	60		JOR
118907	Tópicos Especiais em Museologia Aplicada a Acervos	4	60		FCI
139831	Tópicos Especiais em História do Brasil	4	60		HIS
182893	Usabilidade na Interação Humano-Computador	4	60		FCI
154903	Vegetação Aplic ao Paisagismo	4	60		PRO

2.5.6 Articulação Teoria e Prática

As atividades teóricas e práticas são realizadas em: laboratórios do Curso de Museologia; e em visitas técnicas diversas. Todas as atividades práticas e teóricas são desenvolvidas a partir dos Planos de aulas de disciplinas e / ou propostas elaboradas pela Coordenação e/ou Colegiado do Curso de Museologia.

2.5.7 Práticas Curriculares

Em relação à matriz curricular original do Curso de Museologia, aquela aprovada quando da instauração do Curso em 2009, houve duas mudanças decorrentes da avaliação dos professores do curso e dos discentes envolvidos; a primeira delas foi a retirada da disciplina de Controle Bibliográfico da cadeia obrigatória do curso. A avaliação feita tanto pelos docentes foi a de que a disciplina,

que era fundamental nos anos 1960, 1970 e 1980 vem tornando-se, desde então, desnecessária devido aos avanços tanto tecnológicos quanto à mudanças de abordagem na própria área de Biblioteconomia e Documentação da qual ela é originária. O movimento desencadeado pela Museologia em 2012, motivou os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia a reverem o papel da disciplina também no contexto da reformulação de seu projeto política pedagógico em andamento em ambos os cursos.

Paralelo a esse movimento que transformou a disciplina de Controle Bibliográfico em optativa do Curso, a Coordenação amparada pelas discussões no interior do Núcleo Docente Estruturante, levou à representação do Departamento de Antropologia no consórcio à solicitação de ampliação das disciplinas no conjunto daquelas ofertadas na cadeia seletiva. Quando da assinatura do Termo Consórcio em 09 de outubro de 2008, eram apenas 6 (seis) e não havia a oferta para os alunos de Museologia da disciplina de Introdução à Antropologia. Isso significa dizer que os alunos enfrentavam muitas dificuldades no acompanhamento das disciplinas porque lhes faltava repertório acadêmico atinente ao campo. O representante do Departamento de Antropologia levou nossa demanda ao Colegiado daquele Departamento que, além de atender a demanda do curso, criando uma turma de Introdução à Antropologia só para os alunos da Museologia, transformou-a em pré-requisito para as demais o que alterou significativamente o cenário de aproveitamento acadêmico de nossos discentes. Igualmente, houve a ampliação das disciplinas da Cadeia Seletiva. Na prática, segundo o projeto acadêmico ora em vigor, isso trouxe a necessidade de adequação dos créditos: antes havia 118 créditos de disciplinas obrigatórias em que os 8 créditos das disciplinas obrigatórias seletivas do Departamento de Antropologia estavam inseridos junto à Disciplina de Controle Bibliográfico. Com a passagem de Controle Bibliográfico para optativa, os 118 créditos obrigatórios se transformaram em 114, 106 de obrigatórias e 08 de obrigatórias seletivas, sem promover um aumento nos créditos da cadeia seletiva. Isso quer dizer que, ao invés de 51 créditos de optativas, os alunos passaram a ter que cumprir 55 créditos.

Essa alteração atende perfeitamente a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 219/1996 que em seu parágrafo 6º do Artigo 1º estabelece que:

O número de créditos de disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas a serem integralizadas em cada curso não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) do total de créditos do currículo pleno.

Observe-se que o Currículo Pleno do Curso de Museologia é composto de 169 créditos e que 70% equivale a 118,3 créditos. Com as alterações feitas, o número de créditos das disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas é de 114, requerendo uma ampliação de 4 (quatro) créditos nas de disciplinas optativas.

2.5.8 Estágio Curricular Obrigatório

O estágio obrigatório é considerado como espaço curricular indispensável à formação de qualquer bacharel. Compreende-se que o estágio obrigatório é a oportunidade do discente entrar em contato com a realidade das instituições museais, especialmente em Brasília, onde há cerca de 87 instituições museais de acordo com o Cadastro Nacional de Museus, publicação do Instituto Brasileiro de Museus datada de 2011. A necessidade do estágio na formação do futuro bacharel em Museologia e museólogo vai além desta exigência legal (Lei 7.088/2008), trata-se de formação indispensável para a consolidação da relação teoria-prática.

A proposta para o estágio obrigatório do Curso de Museologia/FCI - UnB, seguindo a legislação vigente, compreende a observação do desenvolvimento das atividades institucionais e o desenvolvimento de atividades práticas supervisionadas. No currículo atual, estão previstas 120 horas-aula de desenvolvimento do Estágio Obrigatório distribuídas de forma equânime entre as disciplinas de Estágio Supervisionado 1 (6º semestre) e Estágio Supervisionado 2 (7º semestre).

Esta carga horária atende plenamente o limite máximo semanal estabelecido por meio da Lei 7.088/2008 de 30 horas semanais de desenvolvimento das atividades atinentes ao Estágio Supervisionado I e II.

Ademais a lei em epígrafe prevê que “O aluno do curso de (nome do curso) poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, resguardados os limites e requisitos legalmente estabelecidos, desde que o plano de atividades seja previamente aprovado”.

2.5.9 Estágio Curricular Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório está previsto na Lei 11.788/2008 e neste PPC pode ser reconhecido como parte das atividades realizadas pelos estudantes.

As normativas que regulam o cumprimento destes componentes curriculares foram aprovadas na 18ª Reunião do Colegiado do Curso de Museologia ocorrida em 16 de dezembro de 2011. A normativa encontra-se em documento anexo.

Assim como no caso do Estágio Curricular, o supervisor do Estágio Não obrigatório no Curso de Museologia observa o limite máximo de 30 horas semanais de atividade, resguardando o dispositivo legal que afirma que “O aluno do curso de (nome do curso) poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, resguardados os limites e requisitos legalmente estabelecidos, desde que o plano de atividades seja previamente aprovado”.

Obs: Acesse os documentos em:

<http://www.museologia.fci.unb.br/estagios/obrigatorio>

2.6 Integração Interinstitucional

A integração com as instituições museais do Distrito Federal se faz por meio da supervisão dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios desenvolvidos pelos discentes. Além desta, há frequente participação em palestras e eventos da área. Como um curso situado em Brasília, há uma forte integração com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia que responde pelo campo em âmbito federal.

Estamos em processo de assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica da Universidade de Brasília com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal (Processo SEI 23.106.084225/2018-71) cujo Plano de Trabalho prevê, dentre outras iniciativas, o trabalho de educação patrimonial nos espaços museais dessa Secretaria por meio da ação orientada de nossos alunos.

Os acordos de cooperação internacional da Universidade de Brasília com organismos e instituições internacionais de ensino superior são desenvolvidos entre as atividades da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT). A INT tem por objetivo maior promover a interação da UnB com instituições internacionais e, também, orientar e apoiar estudantes brasileiros e estrangeiros que participam de programas de intercâmbio. No sítio eletrônico da INT (www.int.unb.br/acordos), são colocados à disposição todos os acordos celebrados com a UnB e suas respectivas unidades e os períodos de vigência.

2.7 Processo de Avaliação

2.7.1 Avaliação da Aprendizagem

Conforme orientação do Manual do aluno da UnB, os professores estabelecem os critérios e formatos avaliativos no início de cada semestre letivo, dando ampla divulgação dos mesmos especialmente por meio dos Planos de Curso entregues no primeiro dia de aula. “Os critérios específicos de aprovação em cada disciplina são divulgados no início do semestre letivo no plano de ensino da disciplina”, conforme consta no Guia do Calouro da UnB. A tipologia de avaliações do curso é bastante ampliada: provas escritas, seminários, desenvolvimentos de artigos e projetos, montagem de exposições, dentre outras. As notas obtidas são convertidas nas menções institucionais: SS, MS e MM como médias de aprovação

e integralização dos créditos e MI e II como médias de reprovação e não integralização dos créditos.

2.7.2 Avaliação do Curso

A avaliação do curso de Museologia tem a função de regulação e monitoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelos professores do Curso em consonância com as orientações e observações da Unidade Acadêmica e da Universidade de Brasília. No que se refere à avaliação institucional e de curso, espera-se que por meio do seu resultado o Curso de Museologia possa manter aquilo que se encontra adequado e promover as alterações que se fizerem necessárias para a manutenção da qualidade do ensino.

O Curso não possui avaliação pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade como componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) criado pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Sendo assim, o Curso de Museologia recebeu a primeira avaliação externa organizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) em novembro de 2012.

Naquela ocasião foram levados em consideração aspectos quantitativos e qualitativos do curso, organizados nas seguintes dimensões: Dimensão 1: Organização didático-pedagógica; Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial e Dimensão 3: Infraestrutura. Nas duas primeiras dimensões o curso obteve média 4,5. Na última o Curso obteve média 3,8. Tal média decorreu da ausência de instalação dos 4 laboratórios do Curso de Museologia e da falta de acessibilidade física do edifício onde está instalada a Faculdade de Ciência da Informação. Obtivemos média final 4,0. Esses resultados nortearam as ações para a solução da ausência de laboratórios e da questão da acessibilidade. Atualmente, temos todos os laboratórios do Curso instalados e em pleno funcionamento. As obras de acessibilidade do prédio estão dentro das prioridades da UnB para o Plano de Obras do ano de 2019.

2.7.3 Avaliação do Docente

A avaliação do docente será realizada tanto pelo estudante e pela própria unidade acadêmica e estará em consonância com as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB.

A avaliação de disciplina é proposta aos estudantes no período de matrícula imediatamente cursado por meio de pesquisa sobre a percepção deles sobre o:

- programa da disciplina – para identificar o valor atribuído pelo discente ao conteúdo proposto e a coerência entre ementa, programa, bibliografia e objetivos propostos;
- ensino ministrado – para identificar o valor atribuído pelo discente ao desempenho docente no contexto da disciplina ministrada;
- rendimento discente ou autoavaliação – para identificar a percepção dos estudantes sobre sua própria aprendizagem;
- suporte institucional – para identificar o valor atribuído pelo discente às condições de infraestrutura física e laboratorial para as atividades propostas na disciplina.

2.8 Apoio Discente

2.8.1 Orientação Acadêmica

Este trabalho é realizado pela coordenação de graduação por meio de rodas de conversas e recepção de calouros. A secretaria de graduação e a Coordenação do Curso de Museologia orienta os estudantes sobre os procedimentos administrativos da vida acadêmica.

2.8.2 Tutoria de Graduação e Monitoria

A Faculdade de Ciência da Informação e o Curso de Museologia não possuem Programas de Tutoria. Nossos alunos, entretanto, participam de Programas de outras unidades. Em contrapartida, a monitoria de disciplinas é largamente utilizada por professores do Curso de Museologia. No segundo semestre de 2018 os professores do Curso de Museologia orientaram 08 monitores.

2.8.3 Iniciação Científica

O Decanato de Pós-Graduação (DPG) coordena e acompanha os programas institucionais de apoio à pesquisa, sendo um deles o Programa de Iniciação Científica. Como é do conhecimento de todos, este é um programa voltado para o

fomento à pesquisa para qualificação de excelência de estudantes de graduação. Dentre os seus objetivos destacam-se: despertar a vocação científica; desenvolver talentos para a pesquisa; fortalecer a integração entre graduação e pós-graduação, por meio da qualificação de estudantes para programas de pós-graduação. O público é selecionado e indicado pelos orientadores que submetem projetos aos editais, o estudante deve apresentar Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) igual ou superior a (3) três; ter currículo Lattes na plataforma do CNPq; e não ser parente consanguíneo do orientador até 2º grau. O estudante deve se comprometer integralmente com as atividades da pesquisa, participar de eventos científicos, apresentar trabalhos. Os orientadores devem ter experiência, qualificação e devem, preferencialmente, estar cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq. No último edital, todos os professores do Curso de Museologia apresentaram seus projetos de pesquisa e foram contemplados; atualmente temos 13 estudantes desenvolvendo seus projetos de Iniciação Científica.

2.8.4 Extensão

As atividades de extensão são desenvolvidas no âmbito do Curso de Museologia. Atualmente temos 09 estudantes vinculados a Projetos de Extensão de Ação Contínua. Observe-se que de 2012 a 2017 o Curso e Museologia coordenou o Projeto de Extensão vinculado ao Ponto de Memória da Cidade Estrutural – DF.

2.9 Apoio Pedagógico e Programas de Apoio

É função da coordenação do curso proporcionar aos estudantes orientação quanto ao seu desempenho acadêmico e planejamento da vida escolar (conforme Resolução Nº 41/2004 do CEPE), bem como sobre os diversos tipos de programas de apoio existentes na UnB, como os programas de moradia estudantil, bolsa de permanência, bolsa alimentação e vale livro. A própria instituição também fornece um Serviço de Orientação Universitária (SOU), oferecendo um serviço de acolhimento e orientação a estudantes de graduação, em relação a dúvidas, questões acadêmicas e pessoais. São também interessantes para os estudantes a programação cultural do campus desenvolvida pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

2.10 Articulação e Integração Ensino, Pesquisa, Extensão

Na graduação, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é realizada nos diversos componentes curriculares bem como em atividades de monitoria, nos laboratórios de práticas museológicas, nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação) bem como nas atividades de Iniciação Científica (Proic e ProIC-AF), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), e Projetos de Extensão de Ação Continua (PEACs).

2.11 Integração Ensino, Pesquisa, Extensão

2.12 Trabalho de Conclusão de Curso

Em nossa estrutura curricular, a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso está prevista para o 8º semestre. Seu pré-requisito é a disciplina de Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (ITCC), prevista para ser cursada no 7º semestre. A elaboração do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso foi feita no interior do Núcleo Docente Estruturante por meio de uma comissão presidida, à época, pela Prof.^a Elizângela Carrijo. A versão atual de nosso regulamento foi aprovada em reunião colegiada em 2012. Além do documento do Regulamento propriamente, ele inclui três anexos: o primeiro que autoriza a matrícula do aluno na disciplina de TCC, o segundo que possibilita o agendamento da defesa e o terceiro que é a ata de defesa e a respectiva folha de aprovação.

2.13 Atividades Complementares

Estão previstas no currículo do Curso de Museologia até 240 horas (16 créditos) a serem computadas por meio de atividades complementares que contribuam com a formação do bacharel em Museologia, entre outras

O regulamento das Atividades Complementares do Curso de Museologia foi aprovado em Reunião Colegiada do Conselho da Faculdade de Ciência da Informação ocorrida em fevereiro de 2019. Por esta normativa, as atividades complementares podem compor até 16 créditos do curso. Além de

componentes relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão também podem ser aceitas, de acordo com avaliação da Coordenação ou do Colegiado do Curso atividades de natureza cultural, administrativas e políticas. O documento encontra-se em anexo.

A solicitação de aproveitamento de atividades complementares é avaliada por uma comissão composta pelos coordenadores de graduação.

3. Corpo Docente

3.1 Organização Acadêmico Administrativa

3.1.1 Estrutura Organizacional

A Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília é formada por três cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) e uma Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCinf). Como se pode observar, ela não possui departamentos em sua estrutura. Portanto, a Faculdade de Ciência da Informação tem como instância maior de deliberação o Conselho da Faculdade. Como estruturas de apoio conta com as Coordenações de Graduação e Pós-Graduação, os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), os Colegiados dos Cursos de Graduação, o Colegiado de Pós-Graduação e a Coordenação de Extensão.

Na esfera administrativa, a FCI/UnB conta com as seguintes instâncias: secretaria da direção da Faculdade, setor administrativo (responsável pela administração financeira, gestão patrimonial, gestão predial e gestão de pessoas), secretaria de graduação presencial, secretaria de extensão, secretaria de pós-graduação *stricto sensu*, serviço de apoio tecnológico e um Núcleo de editoração (NEC).

3.1.2 Núcleo Docente Estruturante

A instituição do Núcleo Docente Estruturante está em consonância com a lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004 e com a Resolução n. 01 de 17 de junho de 2010. O Ato nº 038, da Direção da FCI, de 16 de maio de 2012 instituiu o Núcleo Docente Estruturante para atuar no acompanhamento, processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso. A

formação atual foi oficializada por meio do Ato da Direção n. 161 de 2018 datado de 16 de abril de 2018.

De lá até a presente data, foram realizadas mais de 20 reuniões, em média duas por semestre.

Em 16 de dezembro de 2019, o Conselho da Faculdade da Faculdade de Ciência da Informação, reunida em sua 112ª reunião, aprovou o Regimento do NDE. Conforme o Regimento, são atribuições do NDE (cf. ANEXO J):

- a) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em pedagogia presencial e a distância;
- b) Acompanhar a organização didático-pedagógica do curso de graduação em pedagogia;
- c) Supervisionar a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo;
- d) Apoiar as formas de avaliação e acompanhamento dos projetos pedagógicos do curso de pedagogia;
- e) Promover os trabalhos de estruturação curricular e atualização periódica do curso de Pedagogia;
- f) Contribuir para consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- g) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriunda de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

3.1.3 Coordenação do Curso de Museologia

Conforme o Estatuto e Regimento Geral da UnB (2011), em seu Art. 50, cada curso tem um coordenador, escolhido entre os professores com pelo menos dois anos de efetivo exercício no Quadro Docente da Universidade de Brasília, com as atribuições previstas no Regimento Geral e no Regimento Interno da Unidade Acadêmica.

3.1.4 Recursos Humanos

A Faculdade de Ciência da Informação conta atualmente com 39 professores do quadro permanente e 19 técnicos- administrativos.

O Curso de Museologia conta com 09 professores lotados na FCI, 02 lotados no Departamento de História, 01 lotado no Departamento de Artes Visuais e 01 lotado no Departamento de Antropologia.

3.1.5 Corpo Docente

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho
Ana Lúcia de Abreu Gomes	Doutorado	DE
Andréa Fernandes Considera	Doutorado	DE
Clovis Carvalho Britto	Doutorado	DE
Deborah Silva Santos	Mestrado	DE
Elizângela Carrijo	Mestrado	DE
Luciana Magalhães Portela	Mestrado	DE
Marijara Souza Queiroz	Mestrado	DE
Monique Batista Magaldi	Doutorado	DE
Silmara Küster de Paula Carvalho	Mestrado	DE

3.1.6 Professores Substitutos

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho
Girlene Bulhões	Mestrado	20h
Fernanda Werneck Côrtes	Mestrado	20h

Ivy Silva	Mestrado	20h
Juliana Sales Pereira Caetano	Mestrado	20h

3.2 Participação e Representação Discente

Os estudantes de Museologia organizam sua representação por meio de seu Centro Acadêmico (CAMU) Seus representantes possuem assento no Colegiado do Curso e no Conselho da FCI/UnB. Compartilham espaço físico no Instituto Central (ICC – subsolo) com os demais centros acadêmicos da FCI, conformando o Centro Acadêmico dos estudantes da FCI o Cacif.

4. Infraestrutura

4.1 Infraestrutura Física

A sede da Faculdade de Ciência da Informação ocupa o prédio anexo à Biblioteca Central (BCE). Os 09 professores efetivos ocupam gabinetes individuais ou de uso compartilhado, equipados com mesas, estantes para livros e, via de regra, um computador. Alguns gabinetes também possuem impressora e outros equipamentos adquiridos por meio de editais de fomento à pesquisa, todos constituindo patrimônio da UnB.

A Faculdade de Ciência da Informação dispõe de laboratórios de ensino condizentes com as atividades de tratamento da informação. Esses espaços podem abrigar ações de pesquisa e extensão.

O Curso de Museologia conta com quatro laboratórios para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas:

- Laboratório de Reserva Técnica – (Lart);
- Laboratório de Conservação – (Lacon);
- Laboratório de Museografia e Exposições Curriculares – (Lamec);
- Laboratório de Espaços Virtuais – (Lev).

Identificação do Laboratório	Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Optativas
LART	Informação e Documentação Museológica	Elaboração e manutenção de Tesouros
	Análise da Informação	Controle Bibliográfico
	Museologia e Preservação 2	Tópicos Especiais Museologia Apli a Acervos
LACON	Conservação e Restauração de Documentos	Arquivo, Cinema , Informação e Memória
	Museologia e Preservação 1	
	Museologia e Preservação 2	
LAMEC	Museologia e Comunicação 3	Estudos de Usuários
	Museologia e Comunicação 4	
LEV	Museologia e Comunicação 1	Estudos de Usuários
	Museologia e Comunicação 2	
	Museologia e Comunicação 3	
	Museologia e Comunicação 4	
Expectativa de alunos atendidos semestralmente	100	

4.2 Acessibilidade Física

Em consonância com a Política de Acessibilidade da UnB, com vistas à eliminação de barreiras físicas, a FCI/UnB por seu um prédio anexo à Biblioteca Central se beneficia da estrutura de acessibilidade físico-arquitetônica daquele prédio. Recentemente, tanto o edifício principal como nosso anexo recebeu a

proteção de guarda-corpo em suas escadas e no piso superior. No estacionamento comum, há guias rebaixadas nas calçadas, reserva de vagas para pessoas com deficiência e idosos (Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), assim como sanitários acessíveis. Em seu interior há piso tátil, colocação de faixas indicativas de alto contraste nas áreas de circulação externas e internas, bem como a instalação de um elevador no próprio prédio da FCI. Tal demanda se encontra como prioridade do Plano de Obras da UnB para o ano de 2019.

4.3 Infraestrutura de Gestão

Para realizar as tarefas de gestão a FCI/UnB dispõe de equipes de trabalho, distribuídas em secretarias de graduação, uma secretaria de pós-graduação, um setor administrativo-financeiro, um serviço de apoio para a área de informática e tecnologia, secretaria da direção e uma secretaria para apoio aos projetos de extensão.

A secretaria de graduação conta regularmente com funcionários técnico-administrativos para atendimento nos cursos tanto no turno diurno quanto no noturno. Os coordenadores dos cursos de graduação dispõem de espaço para atendimento aos estudantes, docentes e comunidade.

4.4 Infraestrutura de Comunicação

Para favorecer a comunicação a UnB utiliza diferentes sistemas e plataformas para as atividades educativas, acadêmicas e de gestão universitária:

4.5 Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e Sistema de Graduação (SIGRA)

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UnB é o meio pelo qual tramitam todos os documentos da Universidade. O Sistema de Graduação (Sigra)

é o sistema de gerenciamento da vida acadêmica dos estudantes e dos cursos de graduação.

4.6 Plataforma de Ensino e Aprendizagem

O uso das tecnologias de Informação e comunicação (TICs) é feito na UnB por meio do *moodle* (Aprender UnB). Essa é uma plataforma digital de apoio ao ensino presencial e de desenvolvimento de disciplinas a distância, que permite a interação entre professores e estudantes, o desenvolvimento de conteúdos das disciplinas, a realização da avaliação das aprendizagens, entre outras atividades.

4.7 Redes de Comunicação

Uma das formas de comunicação interna e externa da universidade é a utilização da rede mundial de computadores, por meio de seu portal na internet (www.unb.br), bem como sistemas internos de divulgação de informações, como o serviço de correio eletrônico e o Jornal Campus. Além disso, divulga notícias, reuniões e programas acadêmicos pela UnBTV.

A FCI/UnB possui seu portal na internet (www.fci.unb.br) por meio do qual divulga as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas na unidade acadêmica. O Curso de Museologia possui seu portal específico (www.museologia.fci.unb.br) onde estudantes podem encontrar as mais diversas informações acerca do curso bem como formulários necessários para sua vida acadêmica.

4.8 Informações e Publicações Normativas

Estão disponibilizadas no site da UnB, no site da FCI, do Curso de Museologia, nos murais e nos canais de comunicação institucionais.

ANEXOS

Anexo A

Ementas e Referências das Disciplinas do Curso de Museologia – FCI/UnB

1º Semestre

HIS - 139033 - Introdução ao Estudo da História

Pré-requisito: (X)Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A construção historiográfica. A história no tempo: re-significações. O conceito de paradigma. O debate acerca da cientificidade do conhecimento historiográfico. A construção do objeto na história. História e literatura: a questão da narrativa. As "Escolas": metódica, historicista, marxista, os *Annales*. A história hoje: história no plural.

Programa

1. Os Sentidos da História.

Identificar diferentes formas de abordagem histórica, detectando os vários sentidos atribuídos à disciplina, de acordo com a sociedade na qual esteve inscrita.

2. Documentos e História.

O documento como fonte de informação e de sentidos. A ampliação do universo documental.

3. O Objeto da História.

Problematizar questões ao objeto da história: o que é histórico, ou ainda o que interessa à análise do historiador?

4. História, Ciência e Narrativa.

Questionar a importância (ou não) do estatuto de ciência para a história, procurando problematizar o sentido de ciência no mundo contemporâneo e o imbricamento das escritas histórica e literária.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 159 p.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 384 p.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. 1. ed. rev. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 393 p.

Bibliografia Complementar

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 372 p.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 77p.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EdUSP, 2009. 440 p.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. [3. ed.]. São Paulo: Contexto, 2009. 120 p.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VIS - 153699 – Fundamentos da Linguagem Visual

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A disciplina Fundamentos da Linguagem Visual tem como objetivos o desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos elementos básicos da composição e dos conceitos relacionados à Teoria da Composição e à Teoria da Cor. A disciplina aborda também as diferenças existentes entre Cor Luz e Cor Pigmento, além de uma breve história do desenvolvimento do estudo da cor.

Os conceitos de estrutura composicional e modulação também constituem objeto de estudos da disciplina.

Bibliografia Básica

ARNHEIM, Rudolf. *Arte & percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 503 p.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 236 p.

KANDINSKY, Wassily. *Ponto e linha sobre plano: contribuição a análise dos elementos da pintura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 206 p.

Bibliografia Complementar

ALBERS, Josef. *A interação da cor*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. xvii, 172 p.

DISEÑO grafico. Barcelona: Folio, [198-]. 255 p.

GOMES FILHO, João. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma*. 7.ed. São Paulo: Escrituras, 2006. 127 p.

KANDINSKY, Wassily. *Curso da Bauhaus*. Lisboa: Edições 70, 1990.

OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1986. 358p.

FCI – 182010 - Introdução a Biblioteconomia e Ciência da Informação

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Posição da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no universo dos conhecimentos e no contexto da sociedade de informação. Evolução do conceito de biblioteca: do livro ao documento de qualquer natureza, da conservação a difusão, das unidades de informações aos sistemas nacionais e internacionais; a questão da transferência da informação. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação no Brasil e no mundo. A profissão do bibliotecário. O pesquisador e a pesquisa em ciência da informação.

Programa

Introdução

1.1 - Produção do conhecimento. Ciência e saber.

- 1.2 - Classificação das ciências. As Ciências Humanas e Sociais.
- 2.0 - Biblioteconomia e Ciência da Informação
 - 2.1 - Conceituação;
 - 2.2 - Objeto do estudo: a informação;
 - 2.3 - Metodologia;
 - 2.4 - Interdisciplinaridade.
- 3.0 - Informação e Sociedade
 - 3.1 - Conceito e tipologia de Informação;
 - 3.2 - Informação e ideologia;
 - 3.3 - Informação e poder;
 - 3.4 - Suportes físicos e meios de acesso à informação;
 - 3.5 - Tendências futuras da informação.
- 4.0 - Biblioteconomia como profissão
 - 4.1 - Formação profissional;
 - 4.2 - Organização da atividade profissional;
 - 4.3 - Mercado de trabalho e ética profissional;
 - 4.4 - O papel de profissional da informação.

Bibliografia Básica

- BUTTLER, P. *Introdução à Ciência da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
- FONSECA, Edson Nery da. *A Biblioteconomia Brasileira no Contexto Mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília/INL, 1979.
- LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124 p.

Bibliografia Complementar

- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- MORAES, Rubens Borba de. *O problema das Bibliotecas Brasileiras*. Brasília: ABDF, 1983.

OLIVEIRA, Marlene de; CENDÓN, Beatriz Valadares. Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PROFISSIONAL da informação: o espaço de trabalho. Brasília : Thesaurus, 2004. 241 p. (Estudos avançados em ciência da informação 3)

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da biblioteconomia. Brasília : Briquet De Lemos, 2009. 6 503
336 p.

FCI – 180408 - Introdução à Museologia

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Compreensão do surgimento e do desenvolvimento da ideia de museu. Formação dos museus e suas categorias tipológicas, com destaque para a experiência brasileira. Principais marcos referenciais teóricos da Museologia.

Programa

1. Definição de Museu e Museologia
2. Histórico do Museu e da Museologia
3. Objetos, coleção e patrimônio.
4. Marcos referenciais da museologia
5. Legislação de Museus e da Museologia brasileira

Bibliografia Básica

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 316 p.

CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. 257 p.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010. 239 p.

Bibliografia Complementar

CARTAS Patrimoniais. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Manual de museología. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil Descobre a pesquisa científica. São Paulo;Brasília: Hucitec;UnB, 2009.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Museus acolhem moderno. São Paulo: EdUSP, 1999.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente: século XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

2º Semestre

HIS – 139202 - História Social e Política do Brasil

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Apresentar novas interpretações acerca de aspectos significativos da vida política e social do Brasil, com ênfase no período republicano.

Programa

I Unidade- De América portuguesa a Império brasileiro

1. O Brasil nos quadros do Império português.
2. Cultura política e Sociedade na América portuguesa
3. Construção e consolidação do Estado Nacional: o período Imperial.
4. Cidadania nos oitocentos.
5. Crise institucional e o fim do Império brasileiro.

II Unidade - O período republicano

1. O liberalismo oligárquico.

2. O nacional-estadismo: anos Vargas.
3. O período democrático e o populismo no Brasil.
4. Ordem e progresso: a ditadura militar e o projeto de modernização.

Bibliografia Básica

BICALHO, Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português: séculos XVI-XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

FURTADO, Jorge e DELGADO, Lucília (org.) O Brasil Republicano. Vol. 1 a 4. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006-2007.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A História contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DORATIOTO, Francisco. O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará 2005.

RIBEIRO, Gladys Sabina (Coord). Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

VIS – 157660 - História da Arte no Brasil

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo da arte brasileira que caracteriza os regimes da história do país: colônia, império e república, desde o desenvolvimento até a fundação de Brasília.

Programa

O desenvolvimento da arte cristã no Brasil em: Barroco litorâneo, Barroco Mineiro e barroco Tardio para depois chegar a arte religiosa do século XIX, no estilo eclético, e mesmo no século XX, já dentro de uma concepção moderna. A arte neoclássica: seus conceitos transmitidos através das academias, sua irradiação para todo mundo Ocidental e esta no Brasil introduzida pela missão artística francesa, que cria uma academia dentro dos moldes tradicionais existentes na Europa.

O conceito de academia moderna com a Bauhaus, onde a técnica e as artes plásticas estavam lado a lado, a mudança doutrinária das academias tradicionais: a adaptação das novas circunstâncias. A introdução de novas disciplinas e o surgimento de uma outra arte oficial. No Brasil, a direção de Lucio Costa na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. A arquitetura de Oscar Niemeyer, exemplo dos ensinamentos contemporâneos das academias e sua arquitetura palaciana.

Bibliografia Básica

BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). Sobre a arte brasileira: da pré-história aos anos 1960. São Paulo: WMF Martins Fontes; SESC São Paulo, 2014.

FABRIS, Annateresa (Org.). Modernidade e modernismo no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2010.

LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÍTICOS DE ARTE. Arte brasileira no século XX. São Paulo: Associação Brasileira de Críticos de Arte: Imprensa Oficial de São Paulo, 2007.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Arte sacra no Brasil colonial. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

COLI, Jorge. Como estudar a arte brasileira do século XIX? São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

MACHADO, Lourival Gomes. Barroco Mineiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: EdUSP, 2008.

FCI – 180815 - Museologia 1

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Análise do processo museológico: teorias e métodos. Teoria do objeto. Fato museal. Semiologia e Museologia.

Programa

Módulo I - Análise do processo museológico

1. Museu e museologia.
2. Conceitos – teorias – métodos.
3. Fato museal.
4. História e memória social

Módulo II – Teoria do objeto

1. Objeto museal ou musealizável
2. Função/desfuncionalização
3. Interpretação/ressignificação
4. Recortes/Abordagens temáticas

Módulo III – Semiologia e Museologia

1. Signos/significados
2. Iconografia/iconologia
3. Objetos/coleções
4. Construção de discursos e de narrativas

Bibliografia Básica

ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Iphan, 2007.

STALLYBRASS, Peter. O Casaco de Marx: Roupas, memória, dor. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Bibliografia Complementar

BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

COELHO NETTO, J. Teixeira. Semiótica, informação e comunicação: Diagrama da teoria do signo. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LOPES, Régis. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó, SC: Argos, 2008.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SANTOS, Myrian S. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

DAN – 135011 - Introdução à Antropologia

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

O campo da antropologia e o paradoxo da unidade na diversidade: o humano na biologia e na cultura, a evolução humana como processo bio-cultural.

Especificidades da Antropologia Social ou Cultural: o conceito de cultura e o princípio do relativismo cultural; o trabalho de campo e a observação participante como o método antropológico. Variedade temática da Antropologia Social: exemplos.

Programa

O Departamento de Antropologia não disponibilizou.

Bibliografia Básica

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 26. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 67 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. Introdução as línguas indígenas brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla S. B. (Coord.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1988.

3º Semestre

FCI – 180955 - Museologia 2

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Museus e Museologia no âmbito das ciências sociais e naturais. A tecnologia no museu e o museu como tecnologia. Relações entre museus, Museologia e o pensamento social brasileiro. Museologia e desenvolvimento social. Museus e turismo. Museus e desenvolvimento sustentável.

Programa

- 1 Museus e Museologia no âmbito das ciências sociais e naturais.
 - 1.1 Nota introdutória
 - 1.2 Experiência brasileira
- 2 A tecnologia no museu e o museu como tecnologia
 - 2.1 Museus de arte e o moderno
 - 2.2 As novas tecnologias e o museu
- 3 Relações entre museus, Museologia e pensamento social brasileiro
- 4 Museologia e desenvolvimento social

4.1 Museus como agentes de mudança social

5 Museus e turismo

6 Museus e desenvolvimento sustentável

Bibliografia Básica

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 4. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2006.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Manual de museología. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

RIVIÈRE, Georges Henri. La museología: curso de museología: textos y testimonios. Madrid: Akal, 2015

Bibliografia Complementar:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

BANDUCCI Jr., Álvaro e BARRETO, Margarita. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2006.

LODY, Raul. O negro no museu brasileiro: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). Economia de Museus. Brasília: MinC/IBRAM, 2010.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

FCI – 180971 - Museologia e Comunicação 1

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo do processo de musealização e das atividades museológicas. Arquitetura de museus e planejamento de espaços para o desenvolvimento de ações museológicas. Ações museológicas no espaço virtual.

Programa

- 1: O Museu como contexto: a espacialidade como articuladora de experiência.
- 2: O conceito de Musealização e Processos Museológicos.
- 3: Arquitetura de Museus.
- 4: Cyber Museus, Museus Virtuais e Webmuseus. O museu e a memória na cyber cultura.

Bibliografia Básica

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. Nueva museología: planteamientos y retos para el futuro. Madrid: Alianza, 2012.

DOMINGUES, Diana. A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: Unesp, 1997.

SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia aplicada em museus. São Paulo: Mackenzie, 2000.

Bibliografia Complementar

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. Museología y museografía. Barcelona: Ediciones Serbal, 2010.

BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DELOCHE, Bernard. El museo virtual: hacia una ética de las nuevas imágenes. España: Trea, 2001

MALRAUX, André. O Museu imaginário. Lisboa: Edições 70, 2000.

MUÑOZ COSME, Alfonso. Los espacios de la mirada: historia de la arquitectura de museos. Gijón: Trea, 2007.

HIS – 139416 - Cultura Brasileira

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

O curso se propõe a analisar a cultura brasileira sob o ponto de vista conceitual da Historiografia. Nessa abordagem procurará reconstruir como a História teoriza e constrói análises sobre as representações e as práticas sociais que caracterizam a cultura no Brasil. Desta feita, tem como propósito traçar um percurso conceitual que mostra como as expressões históricas de construções culturais que se fazem presente no decorrer do processo histórico contribuem para a construção da identidade nacional. Há de se procurar ainda estabelecer uma leitura analítica na qual as manifestações culturais no Brasil, ao longo do século XX, carregam um caráter polissêmico no que se refere às variadas experiências culturais e históricas do sujeito.

Programa

Unidade- Cultura e Sociedade

O Brasil dos contrastes e a instauração da modernidade.

Modernidade e Modernismo.

A Semana de Arte Moderna

Unidade- A Construção da Identidade Nacional

A política Cultural no Estado Novo

Os intelectuais nas décadas de 1930 a 19440

Manifestações culturais nas décadas de 1930 a 1940

A Bossa Nova

A arte engajada

A relação entre cultura e política na década de 1950

A contracultura

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MACEDO, Gilberto de; FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala, obra didática? Sugestões para sua utilização em estudos universitários interdisciplinares no Brasil e talvez noutros países. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2011.

DAN – 135283 - Cultura e Meio Ambiente

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: () Obrigatória (X) Obrigatória Seletiva. () Optativa

Ementa

A percepção contemporânea a respeito do meio-ambiente e as abordagens ecológicas no âmbito da teoria antropológica. Conhecimentos tradicionais sobre o

ambiente e o debate acerca do patrimônio cultural e natural. Panorama da questão ambientalista (sobretudo unidades de conservação), enfatizando a ação do Estado, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e das populações autóctones e o debate sobre a biodiversidade. Desenvolvimento de pesquisas científicas e suas relações com os conhecimentos tradicionais - controvérsias e aspectos legais. A crise ambiental na percepção social.

Programa

O Departamento de Antropologia não forneceu o Programa

Bibliografia Básica

Bateson, Gregory. *Mente e Natureza: a unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

Carneiro da Cunha, Manuela & Almeida, Mauro Barbosa (orgs.). *Enciclopedia da Floresta - O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Evans- Pritchard, Edward Evan. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Bibliografia Complementar

Ingold, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Latour, Bruno. *Políticas da Natureza: como fazer ciências na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.

Leite Lopes, José Sérgio. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Thomas, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

4º Semestre

FCI – 180963 - Museologia 3

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Processo educativo nos museus: conceitos gerais e interfaces com a Museologia. Metodologias aplicadas à educação nos museus. Visitas a museus e instituições análogas, com ênfase na compreensão do patrimônio cultural, natural e regional.

Programa

Módulo 1 - Educadores, educandos em contexto

Módulo 2 - Correntes do Pensamento Pedagógico

Módulo 3 - O papel educativo dos museus no Brasil: uma história

Módulo 4 - Educação Patrimonial, Educação Museal

Bibliografia Básica

BRUNO, M. C. O. (Coord.). O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. S.P.: Pinacoteca do Estado de S.P., 2010.

LEITE, M. I. F. P.; OSTETTO, L.E. (Org.). Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

HUYSSSEN, A. Memórias do modernismo. R.J: UFRJ, 1997.

Bibliografia Complementar

BRANDAO, Carlos. O que é Educação. São Paulo, Editora Brasiliense, 2002.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Museums and their visitors. London; New York: Routledge, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 2009.

AZEVEDO, Flavia Lemos Mota de. Cidadania, memória e patrimônio as dimensões do museu no cenário atual. Crisálida, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. Culturas do Passado e Presente. Contraponto, 2014.

FCI – 180980 - Museologia e Comunicação 2

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Museus e comunicação: estudo das formas de comunicação do museu a partir das metodologias de interpretação do real e sua adequação à percepção do público.

Os museus no sistema midiático. O uso de estratégias para visibilidade e divulgação.

Programa

Módulo 1: De qual comunicação estamos falando?

- Noções conceituais e teóricas da Comunicação.
- Estratégias da Comunicação.

Módulo 2: Como a Museologia e os museus compreendem Comunicação?

- Comunicação e Museu (Acervo, Público e Exposição).

- Museus como sistema midiático e suas estratégias de comunicação, visibilidade e divulgação.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

EIDELMAN, Jacqueline; ROUSTAN, M.; GOLDSTEIN, Bernardette (Org.). O lugar do público: sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus. São Paulo, SP: Iluminuras, 2014.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Turismo e museus. São Paulo: Aleph, 2006.

Bibliografia Complementar

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006

DIAZ BORDENAVE, Juan E. Que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1999.

PENTEADO, J. R. Whitaker. A técnica da comunicação humana. São Paulo: Cengage Learning, 2012

FCI – 182401 - Análise da Informação

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Conceituação, fundamentação teórica, objeto e função da análise da informação. Contextualidade da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: Linguística, Semântica, Semiótica. Terminologia e Lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Métodos e técnicas de

análise, síntese e representação da informação. O resumo documentário e a indexação.

Programa

Módulo I: Conceituação da informação

- 1- Conceito de informação
- 2- Acepções da informação em diferentes contextos
- 3- Origem da Ciência da Informação
- 4- As visões orientadas da Ciência da Informação

Módulo II: A análise da informação no contexto do ciclo documentário

- 1- Ciclo documentário
- 2- Linguagens documentárias
- 3- Análise documentária
- 4- Descrição temática da informação

Módulo III: Análise textual compreendendo aspectos interdisciplinares

- 1- Contribuição da lingüística
- 2- Índice de precisão
- 3- Mineração de dados
- 4- Mineração de textos

Módulo IV: Indexação e resumos como produtos de análise e insumos para a organização e recuperação da informação

- 1- Indexação
- 2- Resumos
- 3- Busca e recuperação da informação
- 4- Valor agregado à informação

Bibliografia Básica

GUINCHAT, Claire; MENO, M. J.; BLANQUET, Marie-France. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1994.

LANCASTER, F. Wilfrid; LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MCGARRY, K. D. O Contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Precisão no processo de busca e recuperação da informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Liber, 2008.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

SMIT, Johanna. Análise documental: A análise da síntese. Brasília: IBICT, 1989.

HIS – 139661 - História Regional

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

História e região; natureza e região; sociedade, economia e cultura regionais; regionalismo; relações entre o nacional e o regional.

Programa

Neste curso, o tema "história e região" será abordado especificamente por meio do estudo da região Centro-Oeste do Brasil, com o objetivo de conhecer a formação histórica das suas características e singularidades e da sua relação com o conjunto do território brasileiro e a sociedade nacional.

O estudo abordará temas relacionados à economia, à sociedade e à cultura regionais, considerando diferentes períodos: i) a incorporação à dinâmica da

colonização portuguesa, entre fins do século XVI e o século XVIII, das terras que hoje conformam a região Centro-Oeste; ii) a situação das províncias de Goiás e de Mato Grosso no século XIX; iii) a expansão da fronteira interna e o processo de (re)incorporação da região à dinâmica da sociedade nacional brasileira na primeira metade do século XX.

Entre diversos temas, o programa confere destaque para dois aspectos particularmente relacionados à história de Brasília: a formação, nos séculos XVIII e XIX, da sociedade que já habitava terras do atual Distrito Federal antes da inauguração da nova Capital; e os diversos projetos de transferência da Capital para as regiões centrais do país, do século XIX a meados do século XX.

Bibliografia Básica

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da; SALZANO, Francisco M. História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras: SMC, 1998.

LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. Rio de Janeiro: Ática, 2007.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 3. ed. Brasília: Iphan, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; SOUZA, Laura de Mello e; CERQUEIRA, André Sekkel. Monções: e Capítulos de expansão paulista. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins. Vitória: EdUFES, 1998.

VIDAL, Laurent; DRAVET, Florence Marie. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

5º Semestre

FCI - 180998 - Museologia e Comunicação 3

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo das teorias e concepções expositivas. Estudo dos elementos constituintes das exposições. Estudos de design expográfico. Fundamentos de elaboração e desenvolvimento de projeto expográfico.

Programa

Conteúdo Programático:

Eixo 1: Teoria e História do Espaço Expositivo.

Eixo 2: Fundamentos de elaboração do Plano Expográfico.

Eixo 3: Introdução as práticas Expográficas

Eixo 4: Elaboração de Plano Expográfico.

Eixo 5: Noções de Montagem de Exposições

Bibliografia Básica:

CASTILLO, Sonia Salcedo Del. Arte de expor: curadoria como exposis. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX. São Paulo: EdUSP, 2004.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Gestão de projetos de museus e exposições. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

Bibliografia Complementar

CRIMP, Douglas. Sobre as ruínas do museu. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DEAN, David. Museum exhibition: theory and practice. New York: Routledge, 1996.

KRAEUTLER, Hadwig; NEURATH, Otto. Otto Neurath. Museum and exhibition work: (designed) for communication. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2008.

LORENTE, Jesús Pedro (Dir.); ALMAZÁN, David (Coord.). Museología crítica y arte contemporáneo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.

RICO, Juan Carlos. Manual práctico de museología, museografía y técnicas expositivas. Madrid: Sílex, c2006.

FCI – 182770 - Conservação e Restauração de Documentos

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A importância de um planejamento de preservação envolvendo os documentos em papel e os eletrônicos, os registros sonoros e as fotografias; recomendações para construção de edifícios de arquivo; os fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos documentos; os planos de prevenção de desastres e técnicas de restauração.

Programa

Conceitos básicos

História e evolução dos suportes documentais

Fatores intrínsecos e extrínsecos de deterioração dos documentos

Etapas de um processo de conservação: higienização, acondicionamento, guarda, climatização e monitoração ambiental

Preservação de documentos digitais: particularidades, características, desafios e soluções

Edifícios de arquivos

Planos emergenciais

Métodos e técnicas de reprodução para conservação

Bibliografia Básica:

LUCCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: Abarq, 2005.

Bibliografia Complementar:

BOITO, Camillo. Os restauradores. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. (Artes & Ofícios, 3).

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004. (Artes & Ofícios, 5).

CASSARES, Norma Cianflone. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

LOPES, Luis. A qualidade dos suportes no armazenamento de informações. Florianópolis: Visual Books, 2004.

SERIPIERRI, Dione. Manual de conservação preventiva de documentos: papel e filme. São Paulo: EdUSP, 2005.

FCI – 182141 - Informação e Documentação Museológica

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Princípios e procedimentos para a criação de sistemas de gerenciamento de informação e acervos museológicos. Padrões internacionais de Documentação Museológica. Prática da Documentação Museológica. Laboratórios de Reservas Técnicas.

Programa

Dimensão teórica e prática das funções de pesquisa desenvolvida pelo campo da Museologia.

Processamento e informação de acervos no âmbito da Documentação Museológica (coleções de objetos tangíveis e indicadores culturais intangíveis) e as relações entre campos e disciplinas existentes na atualidade.

Documento no Museu.

Padrões internacionais de Documentação Museológica.

Vocabulário Controlado.

Código de Ética da Museologia.

Terminologia e suas atividades correlatas.

Prática da Documentação Museológica; Inventário; Ficha Catalográfica; Descrição

de Acervos; Numeração e Marcação de Acervos (Laboratório de Reservas Técnicas).

Bibliografia Básica

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Manual de museología. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

MARÍN TORRES, Ma. Teresa. Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística. España: Trea, 2002.

SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia aplicada em museus. São Paulo: Mackenzie, c2000.

Bibliografia Complementar:

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró Memória, 1987. 2 v.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, 2007.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Planteamientos teóricos de la museología. España: Trea, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed., rev. Campinas: UNICAMP, 2013.

MARIN TORRES, Maria Teresa. Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística. Espanha: Trea, 2002.

FCI – 182206 - Museologia, Patrimônio, Memória

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Introdução ao conceito de patrimônio cultural e natural e suas inter-relações com os conceitos de memória e identidade. Implicações e aplicações desses conceitos

na formação histórica e na concepção de museus e da museologia científica disciplinar.

Programa

Memória

- 1.1. Memória social e coletiva
- 1.2. Lembrar, esquecer, silenciar
- 1.3. Os “Lugares de memória”
- 1.4. Memória, Representação e Identidade
2. O Patrimônio como narrativa da nação
 - 2.1 Nação e Patrimônio: noções históricas da modernidade ocidental
 - 2.1.1 Nacionalismos no Ocidente
 - 2.1.2 O caso francês
 - 2.2 Patrimônio: a construção de um conceito
3. O Patrimônio no Brasil - séculos XIX e XX
 - 3.1 Por uma história dos museus no Brasil do Oitocentos
 - 3.2 Patrimônio e museus no século XX

Bibliografia Básica

- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia Complementar

- ANDERSON, Benedict R. O G. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHUVA, Márcia Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 2011.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

6º Semestre

FCI – 182303 - Museologia e Preservação 1

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Conservação Preventiva. Montagem de laboratórios de conservação. Segurança em museus: Documentação para aplicação em análise, descrição e controle do estado de conservação.

Programa

Preservação, Conservação, Restauração.

2. Parâmetros ambientais em museus. Controle e Monitoramento.

3. Tipologia dos materiais. Processos de degradação - Fatores intrínsecos e extrínsecos. Degradação Física, Química e Biológica.

4. Equipamentos e montagem de laboratórios de conservação.

5. Exames e fichas técnicas de tratamento, laudos, pareceres e relatórios: o Courier e o Condition Report.

Bibliografia Básica

BOITO, Camillo. Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008

BRANDI, Cesare; KÜHL, Beatriz Mugayar. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

Bibliografia Complementar

CARTAS patrimoniais. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 2004.

MENDONÇA, Elizabete e SILVA, Junia (org.) Bens Culturais Musealizados: políticas públicas, preservação e gestão. Rio de Janeiro: UniRio, 2014.

POLÍTICA de Preservação de Acervos Institucionais. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. Restauração. Cotia: Ateliê, 2017.

DVORÁK, Max. Catecismo da preservação de monumentos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

FCI – 181005 - Museologia e Comunicação 4

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Prática de processamento e programação de exposições. Elaboração, aplicação e desenvolvimento de projeto expográfico ou projeto de ações museológicas.

Programa

1: Etapas de Concepção: Aprofundamento do conceito expositivo e recorte curatorial. 2: Planejamento e Pré-Produção. 3: Estratégia de transporte de peças. 4: Processos de Montagem e Montagem Fina. 5: Elaboração documentações das peças. 6: Implementação de Projeto Expográfico e Ações Museológicas. 7:

Processos de Manutenção de mostras. 8: Procedimentos de desmontagem da exposição. 9: Estratégias de avaliação e reflexão acerca dos resultados obtidos.

Bibliografia Básica:

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. Museología y museografía. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2010.

RICO, Juan Carlos. Manual práctico de museología, museografía y técnicas expositivas. Madrid: Sílex, 2006

SANTACANA, Joan; MARTÍN PIÑOL, Carolina (Coord.). Manual de museografía interactiva. España: Trea, 2010.

Bibliografia Complementar:

BOGLE, Elizabeth. Museum exhibition planning and design. Lanham: Altamira, 2013.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

LORD, Barry; LORD, Gail Dexter (Coord.). The manual of museum exhibitions. Walnut Creek: Altamira Press, 2001.

MALRAUX, André. O Museu imaginário. Lisboa: Edições 70, 2000.

PENTEADO, J. R. Whitaker. A técnica da comunicação humana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FCI – 182168 - Estágio Supervisionado 1

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Desempenho de tarefas em instituição cultural. O estágio será realizado sob a supervisão conjunta do professor e de um profissional graduado atuante na instituição.

Programa:

Processo Museológico

2. Plano Museológico

4. Teoria museológica

5. Códigos de Ética

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.); ARAUJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (Colab.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca, 2010.

MAGALHÃES, Aloísio; LEITE, João de Souza (Org.). Aloísio Magalhães: bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

Bibliografia

CADERNO de diretrizes museológicas 2: mediação em museus : curadorias, exposições e ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus: 2008.

LOPES, Régis. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2008.

MUSAS: revista brasileira de museus e museologia.. Brasília : Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

NASCIMENTO JUNIOR, José do (Coord.). Economia de museus. Brasília: IBRAM, 2010.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

7º semestre:

FCI 182001 - Museologia e Preservação 2

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo dos elementos necessários para executar planejamento, organização e gestão de reservas técnicas museológicas. Estudo dos procedimentos de manuseio, exibição e transporte. A relação da reserva técnica com o público e a pesquisa.

Programa

Módulo I

1. Planejamento, organização e gestão de reservas técnicas museológicas
 - 1.1. Especificidades do acervo
 - 1.2. Controle ambiental e acondicionamento
 - 1.3. Arquitetura e espacialidade
 - 1.4. Manuseio e higienização
 - 1.5. Mobiliário e equipamentos

Módulo II

2. Reservas técnicas e públicos
 - 2.1. Preservação e pesquisa
 - 2.2. Reservas visitáveis
 - 2.3. Circulação – Exposição
 - 2.3.1. Seguro, embalagem e transporte
 - 2.3.2. Iluminação, climatização e outras variantes
 - 2.3.3. Monitoramento, registro e documentação

Bibliografia Básica

- BOITO, Camillo. Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008
- BRANDI, Cesare; KÜHL, Beatriz Mugayar. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

Bibliografia Complementar

CARTAS patrimoniais. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 2004.

MENDONÇA, Elizabete e SILVA, Junia (org.) Bens Culturais Musealizados: políticas públicas, preservação e gestão. Rio de Janeiro: UniRio, 2014.

POLÍTICA de Preservação de Acervos Institucionais. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. Restauração. Cotia: Ateliê, 2017.

DVORÁK, Max. Catecismo da preservação de monumentos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

FCI – 182150 - Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins. Planejamento e administração de acervos museológicos em instituições culturais públicas ou privadas. Análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo de atuação do museólogo.

Programa

Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins.

1.1. Plano diretor ou plano de metas para a gestão museológica e suas interfaces com a administração em geral.

1.1.1. Plano Diretor.

1.2. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus (Plano Museológico) e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária.

1.2.1. Natureza jurídica dos museus.

1.2.2. O Estatuto dos Museus e sua regulamentação.

1.2.3. Plano Museológico.

1.2.4. Legislação e normativas relacionadas aos museus.

- 1.3. Papel desempenhado pelas associações de amigos.
 - 1.3.1. Origem das Associações de Amigos
 - 1.3.2. O modelo de gestão das OS (Organizações Sociais)
- 1.4. Panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia
 - 1.4.1. Economia da Cultura
 - 1.4.2. Leis de Incentivo Fiscal à Cultura.
 - 1.4.3. Captação de recursos.
 - 1.4.4. Agências de Fomento e Editais.
- 2. Planejamento e administração de acervos museológicos em instituições culturais públicas ou privadas.
 - 2.1. Planejamento, organização, direção e controle de caráter museológico em instituições culturais.
 - 2.1.1. Planejamento de longo, médio e curto prazo.
 - 2.1.2. Elaboração de projetos museológicos.
- 3. Análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo de atuação do museólogo.
 - 3.1. Panorama da questão ética na atividade museológica.
 - 3.1.1. Questões cotidianas.
 - 3.1.2. Questões críticas.
 - 3.2. Análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo da atuação do museólogo, dentro e fora dos museus.
 - 3.2.1. Código de Ética do ICOM (Conselho Internacional de Museus)
 - 3.2.2. Código de Ética do COFEM (Conselho Federal de Museologia)

Bibliografia Básica:

CADERNO de diretrizes museológicas 2: mediação em museus. Belo Horizonte: SEC, Superintendência de Museus: 2008.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

NASCIMENTO JUNIOR, José do (Coord.). Economia de museus. Brasília: IBRAM, 2010

Bibliografia Complementar

CASTRO, Sonia Rabello de . O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

CARTAS patrimoniais. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

COLETÂNEA de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

ONO, Rosária; MOREIRA, Kátia Beatriz Rovaron. Segurança em museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Gestão de projetos de museus e exposições. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

FCI 182176 - Estágio Supervisionado 2

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Interação com diferentes realidades de museus e espaços culturais e envolvimento em ações de educação patrimonial, de acordo com os princípios éticos, fundamentos teóricos e práticas curriculares da Museologia.

Bibliografia Básica

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.); ARAUJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (Colab.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca, 2010.

CADERNO de diretrizes museológicas 2: mediação em museus : curadorias, exposições e ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus: 2008.

SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia aplicada em museus. São Paulo: Mackenzie, 2000.

Bibliografia Complementar

HUYSSSEN, A. Memórias do modernismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LOPES, Régis. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó, SC: Argos, 2008

MUSAS: revista brasileira de museus e museologia.. Brasília : Instituto Brasileiro de Museus,2011.

NASCIMENTO JR, J. do. Economia de Museus. Brasília: MinC/IBRAM, 2010.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005. 205 p. ISBN 857419493x

FCI – 182184 - Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo de princípios, métodos e técnicas da pesquisa científica em Museologia e áreas afins. Elementos para identificação de problemas pesquisáveis em Museologia e áreas afins, com vistas à elaboração de projeto de pesquisa que será a base para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Programa

Epistemologia e Ciência

Como produzir conhecimento?

Etapas de elaboração Projeto de Pesquisa

Bibliografia Básica

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. 2. ed. Brasília: Letras Livres, 2013.

FREITAS, Maria Ester de. Viva a tese!: um guia de sobrevivência. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação científica. Campinas, SP: Alínea, 2003.

TOMANIK, Eduardo Augusto. O olhar no espelho: "conversas" sobre a pesquisa em ciências sociais. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2004.

8º Semestre

FCI – 182192 - Trabalho de Conclusão de Curso

Pré-requisito: () Não (X) Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Elaboração, sob a supervisão de professor orientador, de um trabalho final de curso, de natureza monográfica, em forma de revisão de literatura, de relatório de experiência, de exposição de resultados de pesquisa ou de projeto museológico, museográfico ou expográfico que reflita o aproveitamento geral do curso.

Programa:

Não se aplica

Bibliografia:

A combinar

ANEXO B
Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em
Museologia

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 21, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Museologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) os tópicos de estudo de formação geral e de formação específica;
- d) o formato do estágio;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Museologia deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 21/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Filosofia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- c) os conteúdos curriculares das disciplinas básicas e das áreas escolhidas;
- d) os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- e) a estrutura do curso;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Filosofia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP___, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de História, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de História deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura
- d) a estrutura do curso, bem como os critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas do bacharelado e da licenciatura;
- e) os conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de História, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP ___, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Geografia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado, licenciatura e profissionalizante;
- b) as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a estrutura do curso;
- d) os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos;
- e) os conteúdos definidos para a Educação Básica, no caso das licenciaturas;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Geografia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP___, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, bacharelado

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001 deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e as suas habilitações, integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001 deverão orientar a formação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional na área de Comunicação Social e suas habilitações deverá explicitar:

- a) o perfil comum e os perfis específicos por habilitação;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas por habilitação a serem desenvolvidas, durante o período de formação;
- c) os conteúdos básicos relacionados à parte comum e às diferentes habilitações e os conteúdos específicos escolhidos pela instituição para organizar seu currículo pleno;
- d) as características dos estágios;
- e) as atividades complementares e respectiva carga horária;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de acompanhamento e avaliação da formação ministrada.

Art. 3º A carga horária do curso de Comunicação Social e respectivas habilitações deverá obedecer ao determinado em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura
- d) os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre;
- e) os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- f) a estrutura do curso;
- g) o formato dos estágios;
- h) as características das atividades complementares;
- i) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP___, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP ____, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes curriculares para o curso de Biblioteconomia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Biblioteconomia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica ou profissionalizante;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) as estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Biblioteconomia, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arthur Roquete de Macedo
Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/01, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Biblioteconomia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) as estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Arquivologia, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

Processo(s):

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º..., DE... DE DE

Estabelece Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia, integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecido pelo curso de Museologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) os tópicos de estudo de formação geral e de formação específica;
- d) o formato do estágio;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Museologia deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO C
354ª Reunião do Conselho Universitário

1 ATA DA TRECENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO (CONSUNI), realizada no nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às
3 quinze horas e nove minutos, no Auditório da Reitoria. Estiveram presentes os Conselheiros: JOÃO
4 BATISTA DE SOUSA, Vice-Reitor e Presidente da Mesa; DENISE BOMTEMPO BIRCHE DE
5 CARVALHO (DPP); MÁRCIA ABRAHÃO MOURA (DEG); WELLINGTON ALMEIDA (DEX) e PEDRO
6 MURRIETA (DAF). As Direções das Unidades Acadêmicas foram representadas pelos Conselheiros
7 OTÁVIO RIBEIRO DE MEDEIROS (FACE); DAVID RENAULT DA SILVA (FAC); ANA FRAZÃO DE
8 AZEVEDO LOPES (FD); PAULO CÉSAR DE JESUS (FM); FRANCISCO DE ASSIS ROCHA NEVES
9 (FS); FERNANDO JORGE RODRIGUES NEVES (FT); SÔNIA NAIR BÁO (IB); GUSTAVO SÉRGIO
10 LINS RIBEIRO (ICS); NORAI ROMEU ROCCO (IE); ANTÔNIO CLEVES NUNES DE OLIVEIRA (IF);
11 PAULO ROBERTO MENESES (IG); ESTEVÃO CHAVES DE REZENDE MARTINS (IH); MARIA
12 LUISA ORTIZ ALVAREZ (IL); CLÁUDIO VAZ TORRES (IP); MARILDE LOIOLA DE MENEZES
13 (IPOL); MARIA LUCILIA DOS SANTOS (IQ); MARCELO XIMENES AGUIAR BIZERRIL (FUP); DIANA
14 LÚCIA MOURA PINHO (FCE) e ALESSANDRO BORGES DE SOUSA OLIVEIRA (FGA). Para
15 representar as Unidades Acadêmicas compareceram os Conselheiros ANTÔNIO SEBEN (IB);
16 CARLOS BENEDITO MARTINS (ICS); THÉRÈSE HOFMANN GATTI (IdA); MARIA EMÍLIA
17 MACHADO T. WALTER (IE); JOSÉ EDUARDO MARTINS (IF); NILSON FRANCISQUINI BOTELHO
18 (IG); DIVA DO COUTO GONTIJO MUNIZ (IH); SYLVIA HELENA CYNTRÃO (IL); MARIA FÁTIMA
19 SUDBRACK (IP); JURANDIR RODRIGUES DE SOUZA (IQ); CÍCERO LOPES DA SILVA (FAV);
20 HÉLVIA LEITE CRUZ (FE); FREDERICO HENRIQUE VIEGAS DE LIMA (FD); ANTÔNIO CARLOS
21 RODRIGUES DA CUNHA (FM); MOEMA DA SILVA BORGES (FS); ANTÔNIO CÉSAR PINHO
22 BRASIL JÚNIOR (FT) e RICARDO PEZZUOL JACOBI (FGA). Representando o Conselho de Ensino,
23 Pesquisa e Extensão (CEPE) compareceram os Conselheiros IVAN MARQUES DE TOLEDO
24 CAMARGO (FT); NIGEL JOHN EDWARD PITT (IE); RAUL PIETRICOVSKY CARDOSO (IPOL);
25 ANDREA QUEIROZ MARANHÃO (IB) e ISABELA GUIMARÃES (IREL). Órgãos Complementares
26 foram representados pelo Conselheiro NORBERTO ABREU E SILVA NETO (EDU). Representando
27 os Discentes de Graduação compareceram os Conselheiros ANDRÉ MAIA (FD); JOÃO VICTOR (FGA)
28 SÓLON NICOLAS CARVALHO (IREL); JOANA RICARTE (HIS); RAFAEL HOLANDA BARROSO
29 (IPOL); LORENA FERNANDES SILVA (SER); CATHARINA VILELA COSTA LINCOLN (SER) e
30 BRUNO DA MATA E SOUZA CARVALHO (IPOL). Representando os Discentes de Pós-Graduação
31 compareceram os Conselheiros RODRIGO MIRANDA BARBOSA e JAMES LEWIS GORMAN
32 JÚNIOR. Compareceram para representar os Servidores Técnico-administrativos os Conselheiros
33 FREDERICO CRISTIANO G. MOURÃO; BENEDITO FERREIRA DE ALMEIDA; MARCUS VALÉRIO
34 GONÇALVES e MAURÍCIO SABINO DE ARAÚJO ROCHA. Na condição de convidados
35 compareceram FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO (ADUnB); PAULO CESAR NASCIMENTO

36 (ADUnB), GERALDO JOSÉ DA SILVA (IF) e TARCÍSIO MARCIANO DA ROCHA FILHO (IF). OS
37 Conselheiros RACHEL NUNES DA CUNHA (DAC), INÊS MARIA MARQUES Z. PIRES DE ALMEIDA
38 (FE); LAURA MARIA COUTINHO (FE); ZÉLIA LEAL ADGHIRNI (FAC); SUZETE VENTURELLI (IdA);
39 THIAGO MATHIAS (IPOL); DIOGO NAZZETA (FT) e CLÁUDIO RAFAEL ARMIJOS JARDIM (ADM)
40 justificaram suas ausências. Iniciando a Sessão, o Presidente da Mesa deu as boas-vindas aos novos
41 Membros do CONSUNI e aos Representantes do CEPE. A seguir, justificou a ausência do Magnífico
42 Reitor. Na sequência, submeteu à votação da Plenária uma inversão de pauta: Item 2.6 Aprovação do
43 Regimento do CIFMC, a ser deliberado no início da pauta, e Item 1 Informes, a ser deliberado no fim.
44 Em votação, aprovado por consenso. O Professor Flávio Botelho informou ao Conselho que o
45 Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pedido do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições
46 de Ensino Superior (Andes) e da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), determinando
47 pagamento integral da Unidade de Referência de Preços (URP) aos docentes e suspendendo a
48 medida do Tribunal de Contas da União (TCU), que contrariava liminar expedida pelo STF para
49 garantia do pagamento da URP. Na sequência, o Presidente da Mesa deu início às deliberações da
50 pauta. **Item 2.1** Atas da 351ª, 352ª e 353ª Reuniões, realizadas em 28/8/2009, 4/9/2009 e 11/9/2009,
51 respectivamente. Após manifestações, as atas das 351ª e 353ª reuniões foram retiradas de pauta, a
52 fim de que fossem efetuadas as alterações propostas; a Ata 352 foi aprovada pela maioria. **Item 2.6**
53 Aprovação do Regimento do CIFMC. O Professor Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo,
54 integrante do Colegiado Deliberativo do Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
55 (CIFMC), procedeu à leitura da minuta do Regimento Geral do Centro, informando que o Colegiado
56 do CIFMC aprovou o documento. O Presidente da Mesa consultou o Conselho acerca da
57 possibilidade de se debater e deliberar a questão no momento ou se havia necessidade de,
58 primeiramente, o Conselho indicar um Relator para trazer ao CONSUNI um parecer para posterior
59 deliberação. A Conselheira Andrea Queiroz Maranhão alegou haver incongruências na minuta
60 apresentada, sugerindo que a Procuradoria Jurídica da UnB fosse consultada primeiramente, antes
61 de a matéria ser deliberada no CONSUNI. O Conselheiro James Lewis Gorman Júnior parabenizou o
62 Professor Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo pela apresentação da minuta e sugeriu a
63 designação de um Relator, além de, em paralelo, ser efetuada consulta à Procuradoria Jurídica da
64 UnB quanto à legalidade da questão. Em seguida encaminhou no sentido de esse procedimento ser
65 executado, a fim de que o assunto seja apreciado na próxima reunião do CONSUNI. Com a palavra, o
66 Presidente da Mesa colocou a proposta de indicação de relatoria e consulta à PJU/UnB em votação.
67 Proposta aprovada por unanimidade. Na oportunidade, o Professor Tarcísio Marciano da Rocha Filho,
68 também Membro do Colegiado Deliberativo do CIFMC, agradeceu o apoio do CONSUNI e
69 manifestou-se favorável ao procedimento tomado pelo Conselho Superior. O Presidente da Mesa
70 sugeriu o Conselheiro Estevão Chaves de Rezende Martins para ser o Relator do processo, que se

71 pronunciou favorável a sua indicação, solicitando, doravante, agilidade no procedimento pela
72 Procuradoria Jurídica. Solicitou também que os Conselheiros enviassem sugestões, a fim de
73 complementar o seu trabalho. Em votação, aprovada por aclamação a indicação do Conselheiro
74 Estevão Chaves de Rezende Martins para Relator do processo. Para finalizar, o Professor Guilherme
75 Sales Soares de Azevedo Melo agradeceu a oportunidade dada pelo Conselho. **Item 2.2** Projeto de
76 Pós-Graduação em Geociências Aplicadas. Na ausência da Relatora, a Conselheira Hélvia Leite Cruz
77 procedeu à leitura do parecer pela aprovação do Programa de Pós-Graduação na área de
78 Geociências Aplicadas, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília. Não havendo
79 manifestações, o Presidente da Mesa colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. **Item**
80 **2.3** Projeto do curso de Bacharelado em Museologia. O Relator do processo leu seu parecer pelo
81 deferimento da aprovação do Projeto Acadêmico do curso de Bacharelado em Museologia da
82 Universidade de Brasília (UnB) bem como o Termo de Compromisso entre as partes integrantes do
83 "Consórcio de Museologia", que envolve as seguintes Unidades da UnB: Departamento de História
84 (HIS), Departamento de Antropologia (DAN), Departamento de Artes Visuais (VIS) e Departamento de
85 Ciência da Informação e Documentação (CID). O Relator posicionou-se contrário às alterações
86 propostas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no que diz respeito à definição das atribuições
87 exclusivas dos profissionais Arquitetos e Urbanistas. Com a palavra, o Conselheiro Estevão Chaves
88 de Rezende Martins manifestou-se de acordo com o parecer do Relator. Estevão Martins ressaltou
89 que a preocupação da FAU em relação às atribuições do Museólogo não se aplica ao projeto político-
90 pedagógico, uma vez que a Decisão Normativa nº 83 do Conselho Regional de Engenharia,
91 Arquitetura e Agronomia (CONFEA) diz respeito somente à fiscalização das atividades dos
92 profissionais, cuja profissão é regulamentada por lei. Com a palavra, o Conselheiro Cícero Lopes da
93 Silva demonstrou preocupação quanto aos critérios para formação do Colegiado para o curso, uma
94 vez que há uma natureza consorciada. A Conselheira Márcia Abrahão Moura esclareceu que todos os
95 cursos, incluindo os consorciados, possuem Colegiados de Curso. A seguir, citou alguns cursos
96 consorciados existentes que estão em pleno funcionamento com membros de todas as unidades
97 consorciadas. A Conselheira esclareceu que há um Colegiado de Curso provisório para o curso de
98 Bacharelado em Museologia, com membros de todas as unidades acadêmicas envolvidas,
99 salientando a importância da aprovação do parecer do Relator, e que o Colegiado terá seu
100 funcionamento de acordo com o Regimento Geral da UnB. O Conselheiro Frederico Cristiano G.
101 Mourão salientou o momento oportuno de aprovação do projeto de curso em Museologia,
102 considerando os problemas enfrentados atualmente pelos Estudantes do curso. A seguir,
103 manifestou-se contrário à aplicação da Decisão Normativa nº 83 do CONFEA, uma vez que ela trata
104 de preservação, conservação e segurança de bens culturais implícitos aos elementos culturais
105 imóveis definidos em trabalho arquitetônico e não museológico. Finalizou agradecendo a iniciativa da

106 criação desse curso, na condição de servidor e Estudante da universidade. O Conselheiro Rafael
107 Holanda Barroso sugeriu que todas as unidades acadêmicas tenham seus projetos acadêmicos de
108 cursos aprovados, manifestando-se favorável à aprovação do item em pauta. O Conselheiro lembrou
109 a questão dos Centros Acadêmicos necessários como espaços de convivência dos Estudantes. O
110 Conselheiro Wellington Almeida declarou-se favorável à aprovação do parecer do Relator,
111 salientando que não há criação de curso sem projeto pedagógico. A Conselheira Andrea Queiroz
112 Maranhão informou ao Conselho sobre a discussão ocorrida na Reunião do CEPE acerca do assunto
113 em pauta, manifestando-se favorável à aprovação do item. O Presidente da Mesa pôs o parecer do
114 Relator em votação, sendo aprovado com quarenta votos favoráveis e três abstenções. **Item 2.4**
115 Substituição da versão do Regimento Interno do CEFTRU. Com a palavra, o Relator procedeu à
116 leitura do seu parecer, manifestando-se favorável ao pleito. Em votação, foi aprovado com du
117 abstenções o Regimento Interno do Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes (CEFTRU), da
118 Universidade de Brasília. **Item 2.5** Proposta de composição do Conselho Comunitário da UnB. Com a
119 palavra, o Presidente da Mesa consultou a Plenária acerca do encaminhamento do item: se haverá
120 um Relator designado ou se haverá deliberação pelo Conselho. A Conselheira Maria Lucilia dos
121 Santos questionou a função do Conselho Comunitário. Na sequência, a Conselheira Márcia Abrahão
122 Moura procedeu à leitura de artigo no Regimento Geral da UnB que trata das funções do Conselho
123 Comunitário. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Sebben ressaltou o momento histórico de discutir
124 a composição do Conselho Comunitário, órgão consultivo da Administração Superior da Universidade
125 de Brasília. O Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha salientou o papel fundamental do
126 Conselho Comunitário, sugerindo que se discuta a composição do mesmo em outra oportunidade,
127 após haver um trabalho prévio para consubstanciar as discussões no CONSUNI. Sugeriu ainda que
128 fosse integrado na composição Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de
129 Brasília (SINTFUB). O Conselheiro Benedito Ferreira de Almeida sugeriu que Representantes da
130 União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES)
131 também façam parte do Conselho Comunitário. O Conselheiro Gustavo Lins Ribeiro manifestou-se de
132 acordo com a sugestão de um Representante da UNE, mas não vê em qual artigo possa ser
133 integrado. Ainda com a palavra, disse acreditar que não há propriedade na representação da
134 Secretaria de Estadual do Trabalho e sugeriu a inserção de representações do Conselho Nacional de
135 Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
136 de Nível Superior (CAPES) no artigo que trata das representações de organizações governamentais e
137 não-governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Finalizou sugerindo a inclusão de
138 um Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República (AMPAR) para compor o
139 Conselho Comunitário. O Conselheiro Rafael Holanda Barroso fez referência à gestão democrática da
140 Universidade, salientando a seguir que a representação de ex-aluno é importante, mas a Associação

141 de Ex-alunos não é reconhecida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) em decorrência de
142 indícios de fraude praticados por ela, sugerindo que seja retirada essa representação e aberta uma
143 vaga para eleição por edital público. Sugeriu integrar no Conselho Comunitário representantes do
144 DCE, da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) e do SINTFUB. Finalizou
145 apoiando a indicação de representações da UNE e da Associação de Pós-Graduação (APG). O
146 Conselheiro Frederico Cristiano G. Mourão sentiu-se contemplado com a citação que o antecedeu. A
147 seguir, acrescentou e salientou a importância da representação técnico-administrativa a ser indicada
148 pelo SINTFUB para compor o Conselho Comunitário, bem como as representações de Estudantes e
149 Docentes. Com relação aos aposentados, defende a representação da categoria e sugere uma
150 ampliação, passando a ser dois Representantes indicados pela Associação dos Aposentados da
151 Fundação Universidade de Brasília (APOSFUB), sendo um Técnico-Administrativo e um Docente. O
152 Conselheiro Paulo César de Jesus parabenizou a formação do Conselho Comunitário. Lembrou que o
153 Conselho é aberto à participação da comunidade externa e sugeriu a inclusão de Representante da
154 Secretaria de Estado de Saúde. O Conselheiro Rodrigo Miranda Barbosa sugeriu a inclusão de
155 Membros da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG) e Membros do Conselho de Moradores
156 dos *Campi* FCE, FGA e FUP no Conselho Comunitário. O Conselheiro Cícero Lopes da Silva sugeriu
157 que o Conselho fosse constituído também de Representantes do CONSUNI e encaminhou para ser
158 designado um Relator. A Conselheira Thérèse Hofmann Gatti parabenizou o Decano Wellington
159 Almeida pela IX Semana de Extensão ocorrida na UnB. Na sequência, verbalizou repúdio à fala do
160 Conselheiro Rafael Holanda Barroso, em relação à afirmação do Conselheiro acerca de fraude
161 relacionada à Associação dos Ex-alunos. Reiterou a inclusão de um Representante da Secretaria de
162 Estado da Saúde e sugeriu que as representações no Conselho Comunitário possam ser feitas da
163 forma de rodízio, para que todas as entidades possam ser contempladas. O Conselheiro Wellington
164 Almeida lembrou ao Conselho do objetivo do Conselho Comunitário, manifestando-se contrário à
165 representação das entidades internas da UnB, sugerindo na sequência o limite máximo de vinte e um
166 membros e a designação de uma relatoria para o processo. O Conselheiro André Maia concordou
167 que o assunto seja encaminhado a um Relator e se candidatou para tanto. Em seguida, manifestou-
168 se de acordo com a representação dos segmentos DCE, ADUnB e SINTFUB para representar o
169 Conselho Comunitário. Na oportunidade, a Decana de Pesquisa e Pós-Graduação, Denise Bomtempo
170 Birche de Carvalho, posicionou-se de acordo que o assunto seja encaminhado a um Relator e
171 justificou sua ausência no início da Sessão. Também prestou informe sobre projetos da Universidade
172 de Brasília (UnB) desenvolvidos com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
173 (FAP/DF), onde as demandas de financiamento à pesquisa no exercício de 2009 serão feitas a partir
174 de edital público, não sendo mais necessário às Unidades enviarem seus projetos de pesquisa ao
175 DPP. O Conselheiro Rafael Holanda Barroso sugeriu que se fizesse a substituição da representação

176 da Central de Movimentos Populares (CMP) no Conselho Comunitário pela representação da
177 Coordenação de Movimentos Sociais (CMS). Finalizou, comprometendo-se a realizar a relatoria do
178 processo. O Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha sugeriu que fosse realizada consulta às
179 entidades externas sobre o interesse em participar do Conselho. O Conselheiro mostrou-se favorável
180 à indicação de Rafael Holanda Barroso para relatar a proposta de formação do Conselho
181 Comunitário. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Sebben sugeriu que se faça uma comissão para
182 relatar o processo, com um Representante Discente, um Docente e um Técnico-Administrativo do
183 Conselho Universitário. Com a palavra, o Presidente da Mesa leu artigo do Regimento Geral que trata
184 da composição do Conselho Comunitário e prestou esclarecimentos de sua competência. Na
185 sequência, colocou em votação a proposta de se criar uma comissão com Representantes das três
186 entidades de classe da Universidade, a fim de elaborar um parecer sobre o assunto em pauta, para
187 posterior apreciação no CONSUNI. Em votação, foi aprovado com oito abstenções. Na sequência,
188 foram encaminhadas propostas com nomes dos Representantes das categorias para compor a
189 Comissão de Relatoria: Antônio Sebben (Representante dos Docentes), Frederico Cristiano G.
190 Mourão (Representante dos Técnico-Administrativos) e Rafael Holanda Barroso/André Maia
191 (Representantes Discentes). Após manifestações acerca da questão da escolha de qual dos dois
192 Conselheiros deveria compor a Comissão de Relatoria representando os discentes, foi proposto e
193 aceito pela Plenária que a Mesa designasse o terceiro integrante. O Conselheiro Norai Romeu Rocco
194 fez declaração de voto por acreditar que a prática de uma comissão tripartite fere o Regimento do
195 Conselho Universitário. A seguir, o Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Conselheiros que
196 quisessem prestar informes. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha prestou
197 informe acerca das condições de serviços de segurança prestados por mulheres na UnB. O
198 Conselheiro André Maia manifestou-se contrário aos informes serem prestados no final da Reunião.
199 Ainda com a palavra, informou acerca da carta encaminhada pelo Centro Acadêmico da Faculdade
200 de Direito que menciona um compromisso feito entre a Administração Superior da UnB e os
201 Estudantes. Informou também que haverá na livraria Cultura, na próxima semana, o lançamento do
202 livro *Uma gota de sangue*, de Demétrio Magnoli. O Conselheiro Gustavo Sergio Lins Ribeiro informou
203 o uso comum e frequente de álcool nas dependências do ICC durante os horários de aula, solicitando
204 providências urgentes por parte da Administração Superior da Universidade de Brasília. Nada mais a
205 ser tratado, sendo dezoito horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de
206 todos e encerrou a Sessão, da qual eu, Noeli Osterkamp, Secretária do CONSUNI, lavrei a presente
207 Ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

ANEXO D
Resolução nº 15/2009/Consuni

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

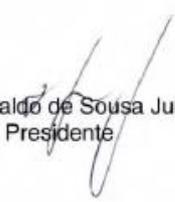
RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N. 15/2009

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições, em sua 354ª Reunião, realizada em 9/10/2009,

RESOLVE:

Aprovar o Projeto Acadêmico do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília (UnB) bem como o Termo de Compromisso entre as partes integrantes do "Consórcio de Museologia", que envolve as seguintes Unidades da UnB: Departamento de História (HIS), Departamento de Antropologia (DAN), Departamento de Artes Visuais (VIS) e Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID).

Brasília, 15 de outubro de 2009.


José Geraldo de Sousa Junior
Presidente

C/cópia: GRE/VRT/DPP/DEG/SAA/HIS/VIS/DAN/CID/SCA.
IEA/NO

ANEXO E
Termo Consórcio do Curso de Museologia por meio da Resolução CEPE
157/2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

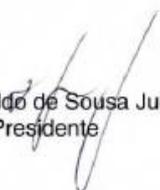
RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N. 15/2009

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições, em sua 354ª Reunião, realizada em 9/10/2009,

RESOLVE:

Aprovar o Projeto Acadêmico do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília (UnB) bem como o Termo de Compromisso entre as partes integrantes do "Consórcio de Museologia", que envolve as seguintes Unidades da UnB: Departamento de História (HIS), Departamento de Antropologia (DAN), Departamento de Artes Visuais (VIS) e Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID).

Brasília, 15 de outubro de 2009.


José Geraldo de Sousa Junior
Presidente

C/cópia: GRE/VRT/DPP/DEG/SA/HIS/VIS/DAN/CID/SCA.
IEA/NO

ANEXO E
Termo de Compromisso entre as unidades integrantes do consórcio:
CID/FAC, DAN, VIS/IDA e HIS



TERMO DE COMPROMISSO ENTRE AS UNIDADES INTEGRANTES DO “CONSÓRCIO DE MUSEOLOGIA”

O Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (CID/FACE), o Departamento de História do Instituto de Humanidades (HIS/IH), o Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais (DAN/ICS) e o Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes (VIS/IdA), unidades acadêmicas da Universidade de Brasília integrantes do “Consórcio de Museologia” formado por solicitação do Decanato de Ensino de Graduação, representados pelos respectivos Chefes de Departamentos, assinam o presente Termo de Compromisso e assumem a responsabilidade pelo cumprimento do disposto abaixo.

Conforme acordado em reuniões realizadas pelo “Consórcio de Museologia”, em especial na reunião de 6 de agosto do corrente ano, as unidades acadêmicas acima relacionadas, a fim de viabilizar a abertura e funcionamento do curso de graduação em Museologia no âmbito do CID/FACE, **estão cientes que:**

- 1 O CID/FACE, por intermédio de sua Comissão de Museologia, propôs e sediará o curso de graduação em Museologia baseado no **Projeto acadêmico do curso de bacharelado em Museologia** aprovado pelo Colegiado do CID em sessão ordinária de 12/05/08 e alterado em reunião extraordinária de 11/08/08;
- 2 O **Projeto** citado foi concebido a partir de demanda de 2004/2005 do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) do Ministério da Cultura e atualmente encontra-se no rol dos “Novos Cursos”, incluso no bojo do Projeto da Universidade de Brasília no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, caracterizados como “Cursos Interdisciplinares” que demandam parceria entre unidades acadêmicas diferenciadas;
- 3 As tratativas visando uma parceria entre as unidades acadêmicas mencionadas no caput deste documento já se encontravam em andamento, independente e anteriormente ao disposto pelo Projeto UnB – REUNI, aprovado pelo CONSUNI em 04/07/08. Os entendimentos se desenvolviam em decorrência do pressuposto de que a formação do bacharel em Museologia deve ser inter e multidisciplinar e também porque os conteúdos curriculares elegidos para a formação discente traduzem-se em determinadas disciplinas presentes nas grades curriculares de diferentes unidades, cuja oferta importava assegurar aos graduandos em Museologia;
- 4 Ao curso de Museologia, formalmente integrado ao Projeto UnB – REUNI, foram destinados recursos para contratação de um total de 13 (treze) docentes, prevendo-se a abertura de 6 (seis) vagas para docentes em 2008 e 7 (sete) vagas em 2009;
- 5 A presença do curso de Museologia no Projeto UnB – REUNI, como um “curso interdisciplinar” com início previsto para 2009/2, com o pressuposto de parceria e a destinação de recursos do REUNI simboliza o interesse da Universidade de Brasília em .



viabilizar a criação do curso e propicia base concreta para formalizar as parcerias em andamento, cujos termos são objeto deste documento.

Diante do exposto, as unidades acadêmicas relacionadas no caput deste documento, seguindo recomendação do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e do Projeto UnB – REUNI, **assumem com o CID/FACE, o seguinte:**

- 1 Cumprir o critério acordado entre as unidades acadêmicas na reunião do “consórcio de Museologia” realizada em 06/08/08 de proporcionalidade na oferta de disciplinas obrigatórias (obrigatórias e obrigatórias seletivas) e de seqüência no fluxograma da grade curricular do curso de Museologia para a distribuição das vagas de docentes. Esses critérios se traduzem da seguinte maneira:
 - 1.1 O total de 13 (treze) vagas para docentes destinados ao curso de Museologia na previsão de recursos do Projeto UnB – REUNI será distribuído tomando por base a quantidade de disciplinas obrigatórias/créditos ofertados por unidades acadêmicas. Desse modo, dos 118 créditos em disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas presentes na Grade Curricular apresentada no **Projeto acadêmico do curso de bacharelado em Museologia** do CID/FACE, 68 créditos (57,7%) são compostos por 17 disciplinas específicas de Museologia a serem criadas no CID/FACE, que serão cobertas por 7 (sete) vagas para docentes; 16 créditos (13,5%) são compostos por 4 disciplinas ofertadas pelo CID/FACE, que serão cobertas por 2 (duas) vagas para docentes; 16 créditos (13,5%) são compostos por 4 disciplinas ofertadas pelo HIS/IH, que serão cobertas por 2 (duas) vagas para docentes; 10 créditos (8,5%) são compostos por 2 disciplinas ofertadas pelo VIS/IdA, que serão cobertas por 1 (uma) vaga para docente; 8 créditos (6,8%) são compostos por 2 disciplinas ofertadas pelo DAN/ICS, que serão cobertas por 1 (uma) vaga para docente. Em resumo, 7 (sete) vagas para docentes serão destinadas às disciplinas específicas de Museologia e 6 (seis) às disciplinas de serviço das distintas unidades acadêmicas;
 - 1.2 Em 2008, o total previsto de 6 (seis) vagas para docentes será distribuído da seguinte forma: 3 (três) para o CID/FACE atender às disciplinas obrigatórias específicas da Museologia e iniciar a formação de corpo docente do novo curso; 1 (uma) vaga para cada unidade acadêmica (CID/FACE, HIS/IH e VIS/IdA, respectivamente), visando cobrir as disciplinas de serviço ofertadas pelos cursos de Biblioteconomia, História e Artes Visuais;
 - 1.3 Em 2009, o total previsto de 7 (sete) vagas para docentes será distribuído da seguinte forma: 4 (quatro) para o CID/FACE atender às disciplinas obrigatórias específicas da Museologia; 1 (uma) vaga para cada unidade (CID/FACE, HIS/IH e DAN/ICS, respectivamente), visando cobrir as disciplinas de serviço ofertadas pelos cursos de Arquivologia, História e Antropologia;
- 2 Cumprir a oferta de disciplinas de serviço para as turmas do curso de Museologia (30 vagas/semestre, que podem sofrer acréscimo com a consolidação do curso), conforme disposto no **Projeto** do CID/FACE e/ou alterado de comum acordo entre as partes envolvidas;
- 3 Elaborar esboços de perfis de docentes para as vagas acima citadas e definir esses perfis de comum acordo com o CID/FACE, na medida em que os docentes deverão atender ao curso de origem concomitantemente ao curso de Museologia;
- 4 Aceitar a disciplina “Museologia 1” como pré-requisito de disciplina de serviço ofertada para as turmas do curso de Museologia, em substituição às disciplinas elencadas como pré-requisitos



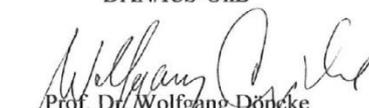
pela unidade acadêmica oferecedora. As exceções serão definidas de comum acordo entre as partes envolvidas.

E por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente documento.

Brasília, 9 de outubro de 2008.


Prof.^a Dr.^a Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Chefe do Departamento
CID/FACE-UnB


Prof.^a Dr.^a Lia Zanotta Machado
Chefe do Departamento
DAN/ICS-UnB


Prof. Dr. Wolfgang Döpcke
Chefe do Departamento
HIS/IH-UnB


Prof.^a Dr.^a Anna Beatriz Mello
Chefe do Departamento
VIS/IdA-Unb

ANEXO F
Ato da Direção n. 38/2012



Universidade de Brasília Faculdade de Ciência da Informação (FCI)

ATO DA DIREÇÃO DA FCI Nº38

A Diretora da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Criar o Núcleo Docente Estruturante para o Curso de Museologia, com os seguintes membros: SILMARA KÜSTER DE PAULA CARVALHO (Presidente/FCI), ANA LÚCIA DE ABREU GOMES (FCI), ANDREA FERNANDES CONSIDERA (FCI), EMERSON DIONÍSIO GOMES DE OLIVEIRA (VIS), LILLIAN MARIA ARAÚJO DE REZENDE ALVARES (FCI) e MONIQUE BATISTA MAGALDI (FCI).

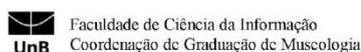
Brasília, 16 de maio de 2012.


Prof.ª Elmira Luzia Melo Soares Simeão

Diretora da Faculdade de Ciência da Informação - FCI

ANEXO G

Regimento do Núcleo Docente Estruturante



1 ATA DA 78ª REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE MUSEOLOGIA, realizada no
2 dia 05 de julho de 2019, na sala 212 da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), sob a
3 presidência da Professora Monique Batista Magaldi, Coordenadora do Curso de Graduação em
4 Museologia. A reunião teve início às 10h00min. Estiveram presentes os professores: Ana Lúcia
5 de Abreu Gomes (Museo), Clovis Carvalho Britto (Museo), Emerson Dinonísio Gomes de
6 Oliveira (Vis) e José Inaldo Chaves Júnior (His). Ausências justificadas dos professores: Andrea
7 Fernandes Considera (Museo), João Miguel Sautchuk (Dan). A Prof.ª Monique Magaldi deu
8 início à reunião e apresentou a pauta previamente encaminhada, perguntando se algum dos
9 presentes tinha alguma sugestão de alteração para pauta. A Prof.ª Monique Magaldi pediu para
10 retirar da pauta os pontos: 3- Regulamento de Estágio, 6 Ações da empresa junior, 11-
11 Parceria do Museu da Polícia Federal. Inclusão dos pontos: 12- Auxílio Estudante para as alunas
12 Fabiana Oliveira e Fernanda Povil, 13 Reintegração da aluna Thais Tibery, 14 - Passagens para
13 a palestrante do SEBRAMUS Kátia Regina. **1. Aprovação da Ata n. 77ª de 2018.** A ata foi
14 aprovada por unanimidade. **2. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) :** Prof.ª
15 Ana Abreu leu a resolução do NDE. Prof.º Emerson Dionísio observou que o NDE não pode ser
16 deliberativo. Aprovada por unanimidade. **3. Regulamento dos laboratórios do Curso de Museologia:**
17 Prof.ª Monique Magaldi leu o regulamento do uso de laboratórios e explicou que o mobiliário foi
18 comprado pela FCI e que foram montados nos quatro laboratórios de uso comum aos três cursos da FCI,
19 mas com especificações diferentes de acordo com o curso. A resolução foi aprovada por unanimidade.
20 **4. Agenda de reuniões do Colegiado de Museologia para o segundo semestre de 2019:**
21 Foram aprovadas por unanimidade as datas 09/08,06/09,04/10,01/11,06/12. **5- Regulamento do**
22 **TCC.** A Prof.ª Monique Magaldi disse que o curso precisa ter um regulamento de Trabalho de
23 Conclusão de Curso, o colegiado deliberou pela criação da comissão para esse fim, composta
24 pelos professores: Ana Lúcia de Abreu Gomes, Monique Batista Magaldi e Clóvis Carvalho de
25 Britto, sob a presidência da primeira. Ficou ainda deliberado e aprovado por unanimidade que os
26 orientadores de monografias, somente lançarão a menção dos alunos depois que esses entregarem
27 a versão revisada na secretaria do curso para publicação na BDM. **6-Auxílio Viagem Individual**
28 **para os alunos da disciplina Estudos e Pesquisas Museológicas em 2019/2:** Prof.ª Monique
29 Magaldi explicou que o curso tem uma disciplina optativa chamada Estudos e Pesquisas
30 Museológicas que promove viagens para visita técnicas em outras cidades e no segundo semestre
31 de 2019/2 será em Minas Gerais e o auxílio viagem será de mil reais (R\$1.000,00) para cada
32 aluno que estiver matriculado na disciplina. Além disso, foi aprovado passagens e diárias para a
33 professora da disciplina e um servidor efetivo para acompanhar. **7- Parceria do Curso de**
34 **museologia com o Museu Vivo da Memória Candanga (GDF).** Prof.ª Monique Magaldi leu a
35 solicitação de parceria que veio do Museu Vivo de Memória Candanga do DGF. Prof. Emerson
36 Dionísio disse que quando o curso faz essas parcerias acaba substituindo a mão de obra de alunos
37 formados que deveriam prestar concursos e trabalhar nessas organizações. Prof.ª Ana Abreu disse
38 que a única museóloga responsável por esse museu, não concorda com essa parceria por não dar
39 conta de supervisionar os trabalhos. Prof.º Clóvis Britto disse que poderiam dar como resposta
40 que o curso de Museologia segue um planejamento anual de atividades e que não consegue
41 atender essa demanda agora, mas que o curso de Museologia está aberto ao diálogo e parcerias
42 com o Museu de Memória Viva Candanga para planejamentos futuros. **8- Auxílio Viagem para**
43 **as alunas Fabiana Oliveira, Fernanda Povil e Julia Martins:** Prof.ª Ana Abreu disse que
44 aluna Fabiana Oliveira é sua orientanda do Mestrado e que precisa de um auxílio para fazer
45 pesquisas nos arquivos da Cinemateca Brasileira em São Paulo, trata-se de pesquisa que debaterá
46 o lugar dos museus da imagem e do som na Museologia. A aluna se compromete, como
47 contrapartida, de elaborar oficinas e palestras para os estudantes de graduação do curso e ministrar
48 aulas na disciplina Arquivo Cinema Informação e memória, apresentando os dados obtidos
49 durante a pesquisa de campo. Prof.º Clovis Britto disse que a aluna Fernanda Povil é aluna da
50 graduação e precisa do auxílio para fazer pesquisas do PIBIC no Museu de Tatuagem de São
51 Paulo e que a aluna Julia Martins irá fazer pesquisas para o Trabalho de Conclusão de Curso,



52 ambas foram selecionadas pelo colegiado por estarem em processo de conclusão do curso e com
53 pesquisas em andamento. Foi aprovado para ambas o auxílio a viagem individual no valor de mil
54 e duzentos e cinquenta reais (R\$1.250,00). **9- Reintegração da aluna Thais Tibery. SEI:**
55 **Parecer: Prof.^a Monique Magaldi** A Prof.^a Monique Magaldi leu o parecer favorável a
56 reintegração da aluna Thais Tibery, tendo em vista que faltam apenas três créditos para a
57 conclusão do curso. Aprovado por unanimidade. **10- Passagens para a palestrante do**
58 **SEBRAMUS, Kátia Regina:** Prof.^o Clovis Britto solicitou passagens de ida e volta de São
59 Paulo para Brasília e de Brasília para São Paulo nos dias 28/07/2019 à 02/08/2019 para a
60 palestrante Kátia Regina Felipini Neves que irá se apresentar no SEBRAMUS. **Informes: 1-A**
61 **Prof.^a Monique Magaldi** informou que esse ano o curso de Museologia passará por avaliação do
62 MEC e que se reuniu com o Danilo do DEG para maiores esclarecimentos sobre essa avaliação,
63 disse que a última avaliação foi em 2015 e que a maioria das pendências apontadas nessa data já
64 foram resolvidas. Disse ainda que a Museóloga está dentro da classificação dos cursos de
65 Biblioteconomia e Arquivologia e que por esse motivo podem vir avaliadores dessas áreas. Prof.^o
66 Emerson Dionísio disse que o curso tem direito de pedir para trocar de avaliador caso avalie
67 necessário. **2- Prof.^o Clovis Britto** informou que teve seu livro O Tragico nos Museus:
68 Perspectivas sobre o colecionismo, memória e morte, escrito com Prof.^a Marijara Queiroz,
69 aprovado pelo Conselho Editorial da Universidade de Brasília. **Nada mais havendo a tratar, a**
70 **reunião foi encerrada e a ata lavrada e aprovada será assinada por mim, Presidente do**
71 **Colegiado do Curso de Museologia e demais membros do Colegiado do Curso de**
72 **Graduação em Museologia.**

73

74

75 **Prof.^a Monique Magaldi**
76 **Coordenadora do Curso de Museologia**

Carla Thais dos Santos Rocha
Secretária

ANEXO H

Conselho Universitário em 09 de outubro de 2008 (reunião nº 354 – Anexo X)

1 ATA DA TRECENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO (CONSUNI), realizada no nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às
3 quinze horas e nove minutos, no Auditório da Reitoria. Estiveram presentes os Conselheiros: JOÃO
4 BATISTA DE SOUSA, Vice-Reitor e Presidente da Mesa; DENISE BOMTEMPO BIRCHE DE
5 CARVALHO (DPP); MÁRCIA ABRAHÃO MOURA (DEG); WELLINGTON ALMEIDA (DEX) e PEDRO
6 MURRIETA (DAF). As Direções das Unidades Acadêmicas foram representadas pelos Conselheiros
7 OTÁVIO RIBEIRO DE MEDEIROS (FACE); DAVID RENAULT DA SILVA (FAC); ANA FRAZÃO DE
8 AZEVEDO LOPES (FD); PAULO CÉSAR DE JESUS (FM); FRANCISCO DE ASSIS ROCHA NEVES
9 (FS); FERNANDO JORGE RODRIGUES NEVES (FT); SÔNIA NAIR BÃO (IB); GUSTAVO SÉRGIO
10 LINS RIBEIRO (ICS); NORÁI ROMEU ROCCO (IE); ANTÔNIO CLEVES NUNES DE OLIVEIRA (IF);
11 PAULO ROBERTO MENESES (IG); ESTEVÃO CHAVES DE REZENDE MARTINS (IH); MARIA
12 LUISA ORTIZ ALVAREZ (IL); CLÁUDIO VAZ TORRES (IP); MARILDE LOIOLA DE MENEZES
13 (IPOL); MARIA LUCILIA DOS SANTOS (IQ); MARCELO XIMENES AGUIAR BIZERRIL (FUP); DIANA
14 LÚCIA MOURA PINHO (FCE) e ALESSANDRO BORGES DE SOUSA OLIVEIRA (FGA). Para
15 representar as Unidades Acadêmicas compareceram os Conselheiros ANTÔNIO SEBEN (IB);
16 CARLOS BENEDITO MARTINS (ICS); THÉRÈSE HOFMANN GATTI (IdA); MARIA EMÍLIA
17 MACHADO T. WALTER (IE); JOSÉ EDUARDO MARTINS (IF); NILSON FRANCISQUINI BOTELHO
18 (IG); DIVA DO COUTO GONTIJO MUNIZ (IH); SYLVIA HELENA CYNTRÃO (IL); MARIA FÁTIMA
19 SUDBRACK (IP); JURANDIR RODRIGUES DE SOUZA (IQ); CÍCERO LOPES DA SILVA (FAV);
20 HÉLVIA LEITE CRUZ (FE); FREDERICO HENRIQUE VIEGAS DE LIMA (FD); ANTÔNIO CARLOS
21 RODRIGUES DA CUNHA (FM); MOEMA DA SILVA BORGES (FS); ANTÔNIO CÉSAR PINHO
22 BRASIL JÚNIOR (FT) e RICARDO PEZZUOL JACOBI (FGA). Representando o Conselho de Ensino,
23 Pesquisa e Extensão (CEPE) compareceram os Conselheiros IVAN MARQUES DE TOLEDO
24 CAMARGO (FT); NIGEL JOHN EDWARD PITT (IE); RAUL PIETRICOVSKY CARDOSO (IPOL);
25 ANDREA QUEIROZ MARANHÃO (IB) e ISABELA GUIMARÃES (IREL). Órgãos Complementares
26 foram representados pelo Conselheiro NORBERTO ABREU E SILVA NETO (EDU). Representando
27 os Discentes de Graduação compareceram os Conselheiros ANDRÉ MAIA (FD); JOÃO VICTOR (FGA)
28 SÓLON NICOLAS CARVALHO (IREL); JOANA RICARTE (HIS); RAFAEL HOLANDA BARROSO
29 (IPOL); LORENA FERNANDES SILVA (SER); CATHARINA VILELA COSTA LINCOLN (SER) e
30 BRUNO DA MATA E SOUZA CARVALHO (IPOL). Representando os Discentes de Pós-Graduação
31 compareceram os Conselheiros RODRIGO MIRANDA BARBOSA e JAMES LEWIS GORMAN
32 JÚNIOR. Compareceram para representar os Servidores Técnico-administrativos os Conselheiros
33 FREDERICO CRISTIANO G. MOURÃO; BENEDITO FERREIRA DE ALMEIDA; MARCUS VALÉRIO
34 GONÇALVES e MAURÍCIO SABINO DE ARAÚJO ROCHA. Na condição de convidados
35 compareceram FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO (ADUnB); PAULO CESAR NASCIMENTO

36 (ADUnB), GERALDO JOSÉ DA SILVA (IF) e TARCÍSIO MARCIANO DA ROCHA FILHO (IF). OS
37 Conselheiros RACHEL NUNES DA CUNHA (DAC), INÊS MARIA MARQUES Z. PIRES DE ALMEIDA
38 (FE); LAURA MARIA COUTINHO (FE); ZÉLIA LEAL ADGHIRNI (FAC); SUZETE VENTURELLI (IdA);
39 THIAGO MATHIAS (IPOL); DIOGO NAZZETA (FT) e CLÁUDIO RAFAEL ARMIJOS JARDIM (ADM)
40 justificaram suas ausências. Iniciando a Sessão, o Presidente da Mesa deu as boas-vindas aos novos
41 Membros do CONSUNI e aos Representantes do CEPE. A seguir, justificou a ausência do Magnífico
42 Reitor. Na sequência, submeteu à votação da Plenária uma inversão de pauta: Item 2.6 Aprovação do
43 Regimento do CIFMC, a ser deliberado no início da pauta, e Item 1 Informes, a ser deliberado no fim.
44 Em votação, aprovado por consenso. O Professor Flávio Botelho informou ao Conselho que o
45 Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pedido do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições
46 de Ensino Superior (Andes) e da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), determinando
47 pagamento integral da Unidade de Referência de Preços (URP) aos docentes e suspendendo a
48 medida do Tribunal de Contas da União (TCU), que contrariava liminar expedida pelo STF para
49 garantia do pagamento da URP. Na sequência, o Presidente da Mesa deu início às deliberações da
50 pauta. **Item 2.1** Atas da 351ª, 352ª e 353ª Reuniões, realizadas em 28/8/2009, 4/9/2009 e 11/9/2009,
51 respectivamente. Após manifestações, as atas das 351ª e 353ª reuniões foram retiradas de pauta, a
52 fim de que fossem efetuadas as alterações propostas; a Ata 352 foi aprovada pela maioria. **Item 2.6**
53 Aprovação do Regimento do CIFMC. O Professor Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo,
54 integrante do Colegiado Deliberativo do Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
55 (CIFMC), procedeu à leitura da minuta do Regimento Geral do Centro, informando que o Colegiado
56 do CIFMC aprovou o documento. O Presidente da Mesa consultou o Conselho acerca da
57 possibilidade de se debater e deliberar a questão no momento ou se havia necessidade de,
58 primeiramente, o Conselho indicar um Relator para trazer ao CONSUNI um parecer para posterior
59 deliberação. A Conselheira Andrea Queiroz Maranhão alegou haver incongruências na minuta
60 apresentada, sugerindo que a Procuradoria Jurídica da UnB fosse consultada primeiramente, antes
61 de a matéria ser deliberada no CONSUNI. O Conselheiro James Lewis Gorman Júnior parabenizou o
62 Professor Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo pela apresentação da minuta e sugeriu a
63 designação de um Relator, além de, em paralelo, ser efetuada consulta à Procuradoria Jurídica da
64 UnB quanto à legalidade da questão. Em seguida encaminhou no sentido de esse procedimento ser
65 executado, a fim de que o assunto seja apreciado na próxima reunião do CONSUNI. Com a palavra, o
66 Presidente da Mesa colocou a proposta de indicação de relatoria e consulta à PJU/UnB em votação.
67 Proposta aprovada por unanimidade. Na oportunidade, o Professor Tarcísio Marciano da Rocha Filho,
68 também Membro do Colegiado Deliberativo do CIFMC, agradeceu o apoio do CONSUNI e
69 manifestou-se favorável ao procedimento tomado pelo Conselho Superior. O Presidente da Mesa
70 sugeriu o Conselheiro Estevão Chaves de Rezende Martins para ser o Relator do processo, que se

71 pronunciou favorável a sua indicação, solicitando, doravante, agilidade no procedimento pela
72 Procuradoria Jurídica. Solicitou também que os Conselheiros enviassem sugestões, a fim de
73 complementar o seu trabalho. Em votação, aprovada por aclamação a indicação do Conselheiro
74 Estevão Chaves de Rezende Martins para Relator do processo. Para finalizar, o Professor Guilherme
75 Sales Soares de Azevedo Melo agradeceu a oportunidade dada pelo Conselho. **Item 2.2** Projeto de
76 Pós-Graduação em Geociências Aplicadas. Na ausência da Relatora, a Conselheira Hélvia Leite Cruz
77 procedeu à leitura do parecer pela aprovação do Programa de Pós-Graduação na área de
78 Geociências Aplicadas, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília. Não havendo
79 manifestações, o Presidente da Mesa colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. **Item**
80 **2.3** Projeto do curso de Bacharelado em Museologia. O Relator do processo leu seu parecer pelo
81 deferimento da aprovação do Projeto Acadêmico do curso de Bacharelado em Museologia da
82 Universidade de Brasília (UnB) bem como o Termo de Compromisso entre as partes integrantes do
83 "Consórcio de Museologia", que envolve as seguintes Unidades da UnB: Departamento de História
84 (HIS), Departamento de Antropologia (DAN), Departamento de Artes Visuais (VIS) e Departamento de
85 Ciência da Informação e Documentação (CID). O Relator posicionou-se contrário às alterações
86 propostas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no que diz respeito à definição das atribuições
87 exclusivas dos profissionais Arquitetos e Urbanistas. Com a palavra, o Conselheiro Estevão Chaves
88 de Rezende Martins manifestou-se de acordo com o parecer do Relator. Estevão Martins ressaltou
89 que a preocupação da FAU em relação às atribuições do Museólogo não se aplica ao projeto político-
90 pedagógico, uma vez que a Decisão Normativa nº 83 do Conselho Regional de Engenharia,
91 Arquitetura e Agronomia (CONFEA) diz respeito somente à fiscalização das atividades dos
92 profissionais, cuja profissão é regulamentada por lei. Com a palavra, o Conselheiro Cícero Lopes da
93 Silva demonstrou preocupação quanto aos critérios para formação do Colegiado para o curso, uma
94 vez que há uma natureza consorciada. A Conselheira Márcia Abrahão Moura esclareceu que todos os
95 cursos, incluindo os consorciados, possuem Colegiados de Curso. A seguir, citou alguns cursos
96 consorciados existentes que estão em pleno funcionamento com membros de todas as unidades
97 consorciadas. A Conselheira esclareceu que há um Colegiado de Curso provisório para o curso de
98 Bacharelado em Museologia, com membros de todas as unidades acadêmicas envolvidas,
99 salientando a importância da aprovação do parecer do Relator, e que o Colegiado terá seu
100 funcionamento de acordo com o Regimento Geral da UnB. O Conselheiro Frederico Cristiano G.
101 Mourão salientou o momento oportuno de aprovação do projeto de curso em Museologia,
102 considerando os problemas enfrentados atualmente pelos Estudantes do curso. A seguir,
103 manifestou-se contrário à aplicação da Decisão Normativa nº 83 do CONFEA, uma vez que ela trata
104 de preservação, conservação e segurança de bens culturais implícitos aos elementos culturais
105 imóveis definidos em trabalho arquitetônico e não museológico. Finalizou agradecendo a iniciativa da

106 criação desse curso, na condição de servidor e Estudante da universidade. O Conselheiro Rafael
107 Holanda Barroso sugeriu que todas as unidades acadêmicas tenham seus projetos acadêmicos de
108 cursos aprovados, manifestando-se favorável à aprovação do item em pauta. O Conselheiro lembrou
109 a questão dos Centros Acadêmicos necessários como espaços de convivência dos Estudantes. O
110 Conselheiro Wellington Almeida declarou-se favorável à aprovação do parecer do Relator,
111 salientando que não há criação de curso sem projeto pedagógico. A Conselheira Andrea Queiroz
112 Maranhão informou ao Conselho sobre a discussão ocorrida na Reunião do CEPE acerca do assunto
113 em pauta, manifestando-se favorável à aprovação do item. O Presidente da Mesa pôs o parecer do
114 Relator em votação, sendo aprovado com quarenta votos favoráveis e três abstenções. **Item 2.4**
115 Substituição da versão do Regimento Interno do CEFTRU. Com a palavra, o Relator procedeu à
116 leitura do seu parecer, manifestando-se favorável ao pleito. Em votação, foi aprovado com du
117 abstenções o Regimento Interno do Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes (CEFTRU), da
118 Universidade de Brasília. **Item 2.5** Proposta de composição do Conselho Comunitário da UnB. Com a
119 palavra, o Presidente da Mesa consultou a Plenária acerca do encaminhamento do item: se haverá
120 um Relator designado ou se haverá deliberação pelo Conselho. A Conselheira Maria Lucilia dos
121 Santos questionou a função do Conselho Comunitário. Na sequência, a Conselheira Márcia Abrahão
122 Moura procedeu à leitura de artigo no Regimento Geral da UnB que trata das funções do Conselho
123 Comunitário. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Sebben ressaltou o momento histórico de discutir
124 a composição do Conselho Comunitário, órgão consultivo da Administração Superior da Universidade
125 de Brasília. O Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha salientou o papel fundamental do
126 Conselho Comunitário, sugerindo que se discuta a composição do mesmo em outra oportunidade,
127 após haver um trabalho prévio para consubstanciar as discussões no CONSUNI. Sugeriu ainda que
128 fosse integrado na composição Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de
129 Brasília (SINTFUB). O Conselheiro Benedito Ferreira de Almeida sugeriu que Representantes da
130 União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES)
131 também façam parte do Conselho Comunitário. O Conselheiro Gustavo Lins Ribeiro manifestou-se de
132 acordo com a sugestão de um Representante da UNE, mas não vê em qual artigo possa ser
133 integrado. Ainda com a palavra, disse acreditar que não há propriedade na representação da
134 Secretaria de Estadual do Trabalho e sugeriu a inserção de representações do Conselho Nacional de
135 Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
136 de Nível Superior (CAPES) no artigo que trata das representações de organizações governamentais e
137 não-governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Finalizou sugerindo a inclusão de
138 um Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República (AMPAR) para compor o
139 Conselho Comunitário. O Conselheiro Rafael Holanda Barroso fez referência à gestão democrática da
140 Universidade, salientando a seguir que a representação de ex-aluno é importante, mas a Associação

141 de Ex-alunos não é reconhecida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) em decorrência de
142 indícios de fraude praticados por ela, sugerindo que seja retirada essa representação e aberta uma
143 vaga para eleição por edital público. Sugeriu integrar no Conselho Comunitário representantes do
144 DCE, da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) e do SINTFUB. Finalizou
145 apoiando a indicação de representações da UNE e da Associação de Pós-Graduação (APG). O
146 Conselheiro Frederico Cristiano G. Mourão sentiu-se contemplado com a citação que o antecedeu. A
147 seguir, acrescentou e salientou a importância da representação técnico-administrativa a ser indicada
148 pelo SINTFUB para compor o Conselho Comunitário, bem como as representações de Estudantes e
149 Docentes. Com relação aos aposentados, defende a representação da categoria e sugere uma
150 ampliação, passando a ser dois Representantes indicados pela Associação dos Aposentados da
151 Fundação Universidade de Brasília (APOSFUB), sendo um Técnico-Administrativo e um Docente. O
152 Conselheiro Paulo César de Jesus parabenizou a formação do Conselho Comunitário. Lembrou que o
153 Conselho é aberto à participação da comunidade externa e sugeriu a inclusão de Representante da
154 Secretaria de Estado de Saúde. O Conselheiro Rodrigo Miranda Barbosa sugeriu a inclusão de
155 Membros da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG) e Membros do Conselho de Moradores
156 dos *Campi* FCE, FGA e FUP no Conselho Comunitário. O Conselheiro Cícero Lopes da Silva sugeriu
157 que o Conselho fosse constituído também de Representantes do CONSUNI e encaminhou para ser
158 designado um Relator. A Conselheira Thérèse Hofmann Gatti parabenizou o Decano Wellington
159 Almeida pela IX Semana de Extensão ocorrida na UnB. Na sequência, verbalizou repúdio à fala do
160 Conselheiro Rafael Holanda Barroso, em relação à afirmação do Conselheiro acerca de fraude
161 relacionada à Associação dos Ex-alunos. Reiterou a inclusão de um Representante da Secretaria de
162 Estado da Saúde e sugeriu que as representações no Conselho Comunitário possam ser feitas da
163 forma de rodízio, para que todas as entidades possam ser contempladas. O Conselheiro Wellington
164 Almeida lembrou ao Conselho do objetivo do Conselho Comunitário, manifestando-se contrário à
165 representação das entidades internas da UnB, sugerindo na sequência o limite máximo de vinte e um
166 membros e a designação de uma relatoria para o processo. O Conselheiro André Maia concordou
167 que o assunto seja encaminhado a um Relator e se candidatou para tanto. Em seguida, manifestou-
168 se de acordo com a representação dos segmentos DCE, ADUnB e SINTFUB para representar o
169 Conselho Comunitário. Na oportunidade, a Decana de Pesquisa e Pós-Graduação, Denise Bomtempo
170 Birche de Carvalho, posicionou-se de acordo que o assunto seja encaminhado a um Relator e
171 justificou sua ausência no início da Sessão. Também prestou informe sobre projetos da Universidade
172 de Brasília (UnB) desenvolvidos com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
173 (FAP/DF), onde as demandas de financiamento à pesquisa no exercício de 2009 serão feitas a partir
174 de edital público, não sendo mais necessário às Unidades enviarem seus projetos de pesquisa ao
175 DPP. O Conselheiro Rafael Holanda Barroso sugeriu que se fizesse a substituição da representação

176 da Central de Movimentos Populares (CMP) no Conselho Comunitário pela representação da
177 Coordenação de Movimentos Sociais (CMS). Finalizou, comprometendo-se a realizar a relatoria do
178 processo. O Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha sugeriu que fosse realizada consulta às
179 entidades externas sobre o interesse em participar do Conselho. O Conselheiro mostrou-se favorável
180 à indicação de Rafael Holanda Barroso para relatar a proposta de formação do Conselho
181 Comunitário. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Sebben sugeriu que se faça uma comissão para
182 relatar o processo, com um Representante Discente, um Docente e um Técnico-Administrativo do
183 Conselho Universitário. Com a palavra, o Presidente da Mesa leu artigo do Regimento Geral que trata
184 da composição do Conselho Comunitário e prestou esclarecimentos de sua competência. Na
185 sequência, colocou em votação a proposta de se criar uma comissão com Representantes das três
186 entidades de classe da Universidade, a fim de elaborar um parecer sobre o assunto em pauta, para
187 posterior apreciação no CONSUNI. Em votação, foi aprovado com oito abstenções. Na sequência,
188 foram encaminhadas propostas com nomes dos Representantes das categorias para compor a
189 Comissão de Relatoria: Antônio Sebben (Representante dos Docentes), Frederico Cristiano G.
190 Mourão (Representante dos Técnico-Administrativos) e Rafael Holanda Barroso/André Maia
191 (Representantes Discentes). Após manifestações acerca da questão da escolha de qual dos dois
192 Conselheiros deveria compor a Comissão de Relatoria representando os discentes, foi proposto e
193 aceito pela Plenária que a Mesa designasse o terceiro integrante. O Conselheiro Norai Romeu Rocco
194 fez declaração de voto por acreditar que a prática de uma comissão tripartite fere o Regimento do
195 Conselho Universitário. A seguir, o Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Conselheiros que
196 quisessem prestar informes. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Sabino de Araújo Rocha prestou
197 informe acerca das condições de serviços de segurança prestados por mulheres na UnB. O
198 Conselheiro André Maia manifestou-se contrário aos informes serem prestados no final da Reunião.
199 Ainda com a palavra, informou acerca da carta encaminhada pelo Centro Acadêmico da Faculdade
200 de Direito que menciona um compromisso feito entre a Administração Superior da UnB e os
201 Estudantes. Informou também que haverá na livraria Cultura, na próxima semana, o lançamento do
202 livro *Uma gota de sangue*, de Demétrio Magnoli. O Conselheiro Gustavo Sergio Lins Ribeiro informou
203 o uso comum e frequente de álcool nas dependências do ICC durante os horários de aula, solicitando
204 providências urgentes por parte da Administração Superior da Universidade de Brasília. Nada mais a
205 ser tratado, sendo dezoito horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de
206 todos e encerrou a Sessão, da qual eu, Noeli Osterkamp, Secretária do CONSUNI, lavrei a presente
207 Ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

ANEXO I

Ofício à Universidade de Brasília solicitando estudo acerca da possibilidade de criação de uma Curso de Bacharelado em Museologia para a formação de profissionais qualificados para a área (Anexo).

DE :

NO. DE FAX : 4146178

31 ENE. 2006 09:43PM P

Prezados Colegas
Segue o ofício do
DEMU/IPHAN sobre o
curso de Museologia



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Museus e Centros Culturais
SBN - Q. 02 - Ed. Central Brasília - 2º Andar
70040-904 - Brasília - DF

Sofia
BSB, 1/21/2006

Ofício/DEMU/IPHAN/ nº 16/2006

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2006

Magnífico Senhor
Prof. THIMOTY MARTIN MULHOLLAND
Reitor da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - CP 15299 Asa Norte
70910-900 - BRASÍLIA - DF

Assunto: Criação do curso de graduação em museologia

Reiterando o Ofício Circular nº 9, de 22/07/2005, reencaminho à Vossa Magnificência o documento denominado "Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura - Relatório de Gestão 2003-2004". Esse encaminhamento tem o objetivo de prestar contas e demonstrar o quanto se fez e o quanto ainda é preciso fazer para a consolidação, em nosso país, de políticas museológicas sintonizadas com políticas culturais de caráter mais amplo.

Como Vossa Magnificência poderá constatar, a Política Nacional de Museus colocada em movimento pelo Ministério da Cultura visa qualificar espaços e ações desenvolvidas por instituições museológicas comprometidas com a preservação e a dinamização do patrimônio cultural brasileiro. Nos últimos anos, a dinâmica gerada no setor vem visivelmente ampliando a demanda por profissionais qualificados para a atuação no campo patrimonial.

Considerando a formação acadêmica e profissional como componentes indispensáveis para a configuração e o enraizamento de uma política pública de cultura, o nosso Ministério vem cuidando de estimular a consolidação de cursos de graduação e carreiras profissionais identificadas com o campo da memória, do patrimônio, do museu, da informação e da preservação cultural. Entre estas carreiras destacamos: a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia.

Na atualidade, em termos de universidades federais, estão em funcionamento dois cursos de graduação em museologia: um oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e outro pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Esses dois cursos, ainda que solidamente constituídos - o primeiro com mais de 70 anos de atuação ininterrupta - não são capazes de atender às demandas crescentes em todas as regiões do país por profissionais especialmente treinados e academicamente bem formados.

Além da pequena oferta de cursos de graduação em museologia, também não se encontram na rede de universidades federais do Brasil cursos de mestrado e doutorado especialmente orientados para a área museológica. Registre-se que a hipótese de cursos de especialização não favorece a consolidação do campo de conhecimento e, além disso, a própria CAPES está examinando a retirada do caráter de pós-graduação dos cursos de especialização.

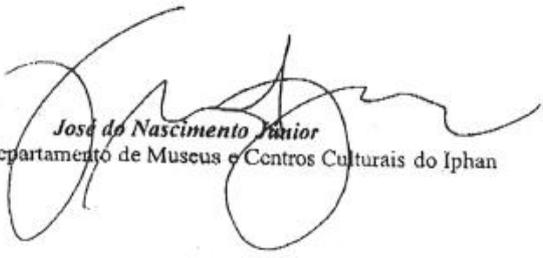
O campo museal brasileiro está em expansão. Atualmente ele é composto por mais de 2000 museus e mais de cinco centenas de espaços de caráter museológico. A memória e a preservação do patrimônio cultural ganharam no mundo contemporâneo uma dimensão de movimento social. A memória, o patrimônio e o museu interessam a todos. Ainda assim, apenas 16% dos municípios brasileiros possuem museus. Esses dados apontam para o potencial de ampliação do setor e para a necessidade de se instituir, no âmbito das universidades federais, políticas de formação que, de algum modo, possam dialogar, reforçar e ampliar as ações realizadas pelas políticas públicas de cultura.

No âmbito do Ministério da Cultura realizou-se por todo o país um amplo programa de formação e capacitação profissional através de oficinas e cursos de curta duração. Até o presente momento participaram destes cursos e oficinas mais de 4500 pessoas. Este dado é mais um indicativo da demanda existente por formação profissional na área da museologia.

Na condição de articulador da Política Nacional de Museus, ao tempo em que encarninho, como já foi indicado, o Relatório de Gestão 2003-2004, solicito respeitosamente que Vossa Magnificência examine a possibilidade de criação do curso de graduação em museologia nessa universidade.

A título de colaboração, coloco à disposição do Magnífico Reitor o Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan e informo que o Conselho Federal de Museologia e a Associação Brasileira de Museologia estão igualmente dispostos a prestar o apoio necessário para o melhor encaminhamento desse assunto.

Atenciosamente,


José do Nascimento Junior
Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

OI 001CID/2006

Brasília, 09 de fevereiro de 2006.

Da: Prof. Sofia Galvão Baptista
Chefe do CID
Ao: Magnífico Reitor
Prof. Timothy Martin Mulholland

Ref: Solicitação Ministério da Cultura /IPHAN.

Magnífico Reitor,

A proposta da criação do curso de Museologia simultaneamente com a criação do curso de Arquivologia foi discutida pelo departamento em várias oportunidades porém a criação do curso de Museologia não chegou a ser concretizada por falta de apoio e interesse dos órgãos envolvidos internos e externos.

Tentando retomar o assunto, motivado pela correspondência do Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, via Reitoria, o Colegiado do CID em reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 2006, deliberou pela seguintes recomendações:

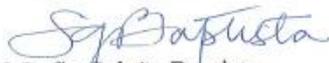
- a) Criar uma comissão de estudo composta por professores do CID da área de Arquivologia e Biblioteconomia e solicitar a colaboração de um representante da área de Museologia para discussões sobre currículo, mercado de trabalho e outros detalhes necessários para criação de um curso de graduação.
- b) Solicitar um compromisso das partes envolvidas sobre a infra-estrutura necessária para a operacionalização do curso, tais como: contratação de professores especializados, implantação de laboratórios para a prática e outros requisitos que tornem o curso viável e que contenha elementos para

manter o ensino de qualidade pelo qual a Universidade de Brasília é reconhecida.

O Colegiado do CID gostaria de frisar que o corpo docente tem interesse na criação do curso de Museologia, porém insiste quanto à forma de criação, pois considera que não é recomendável a criação de um curso dessa magnitude sem as condições de infra-estrutura e recursos humanos mencionadas.

Por fim, o Departamento de Ciência da Informação e Documentação é favorável a criação do Curso de Museologia desde que seja garantida a implantação de uma infra-estrutura, principalmente quanto a contratação de novos docentes ligados a essa área.

Atenciosamente,



Prof. Sofia Galvão Baptista
Chefe do Departamento de Ciência
Da Informação e Documentação (CID)